

**TATHIANA ALMEIDA SERAVAL**

**A EVOLUÇÃO DA PESCA ARTESANAL E A PARTICIPAÇÃO DA  
MULHER NA REPRODUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE UMA  
COMUNIDADE PESQUEIRA: O CASO DE VILA DAS PEÇAS (ILHA DAS  
PEÇAS, GUARAQUEÇABA -PR - BRASIL)**

**Monografia apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel em  
Oceanografia, Centro de Estudos do Mar,  
Setor de Ciências da Terra, Universidade  
Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Náina Pierri Estades**



M 333.956098162  
S482e  
2006  
ex.01

**PONTAL DO PARANÁ**

**2006**

10/2006 - 13

m  
333.956 98162  
S-102e  
2006  
ex. 21

Ellá esta en el horizonte,  
me acerco dos pasos,  
ella se aleja dos pasos,  
y el horizonte se corre  
diéz pasos más alla.  
Por mucho que yo camine,  
nunca la alcanzaré.  
Para que sirve la utopia?  
Para eso sirve, para  
caminar.

Fernando Birri

**Dedico este  
trabalho à minha mãe,  
luz da minha vida, e que  
me faz enxergar tão  
longe. Ao meu pai, que  
está lá longe, para onde  
olho. E à minha irmã,  
que assim como eu, é a  
união destas duas  
maravilhas.**

## AGRADECIMENTOS

Parece-me quase impossível dar conta, nestes agradecimentos, de tudo e de todos que devem ser lembrados, seja por fazerem parte deste trabalho ou por fazerem parte da minha vida, deixando-a mais feliz! Ainda assim, quero deixar aqui todo o meu carinho, primeiramente, ao Centro de Estudos de Mar e à Pontal do Sul, que se tornaram a minha casa, onde passei momentos tão maravilhosos que considero simplesmente inesquecíveis. E para todos os que fazem o CEM existir, além de agradecer pelo convívio tão especial, quero antes parabenizar pela dedicação, de todos, à nós, enquanto pessoas, e aos nossos trabalhos, como filhos que estão sendo gerados!

Para os companheiros da vida, quero agradecer, exaltar, reverenciar os grandes amigos que conquistei nestes últimos anos, e dizer que as tantas experiências e aventuras que passamos juntos estarão pra sempre no meu coração e nas minhas lembranças! Nomear a todos? Impossível! Mas estou certa que sabem, todos vocês, e sentem meu carinho e minha homenagem neste momento. Amo vocês, meus queridos do barulho!

Particularmente, quero agradecer à minhas irmãzinhas (às vezes também mamãezinhas!) Bya, Carol, Dani, Mari (leide), Mari (Jorge), Fer, Rafa Zem, Rafa Robert, Noelle, Karin, “esquadrão de ouro” (!!!), por compartilhar a vida comigo! Estar com vocês me fez uma pessoa melhor, e espero que ainda possamos ver muita água rolando juntas!

Especialmente, muito mais que especialmente, agradeço à Naína, por tudo! Primeiro, por me mostrar um caminho que hoje considero minha maior conquista, e que vou segui-lo sempre, pensando e sentindo a sua energia contagiante! Agradeço acima de tudo, Nai, a tua amizade, que pra mim, será eterna, e o imenso prazer de trabalhar com você e com esta equipe maravilhosa que faz o Laboratório Sócio-Ambiental tão gigante! E todos nós que colocamos ali toda a nossa dedicação o fazemos por ti, grande guerreira, que mais do lutar, sabe como unir mais pessoas e fortalecer a luta! Lembranças especiais à ManYu e à Tamara, grandes amigas e companheiras de trabalho admiráveis, e que são um dos fortes pilares desta obra tão geniosa aos poucos construída, e que melhora à cada dia!

E para aqueles que estão mais distantes, e que mesmo assim estiveram cada segundo sempre presentes em minha vida por estarem bem dentro do meu coração, quero agradecer à toda minha família, pelo apoio e pela confiança! Acima de tudo, quero agradecer à pessoa que tornou possível meu sonho, me fazendo acreditar que nós sempre somos capazes, sempre! À você minha mãe Dirce, dedico não só este trabalho e o meu diploma, senão toda a minha vida, pelo o que você me ensinou a ser e pela pessoa extraordinária que você é! Você, mãe, sempre foi mais, foi antes de tudo, minha grande amiga, a maior que tenho na vida!!! A distância e a saudade que superamos nos deixou ainda mais fortes mãe, eu e você, e ainda mais unidas, e me fez acreditar na força que tem um sonho! Meu amor e minha admiração por você, minha polaca linda, é tão grande como o mar! E para você, Su, minha irmã do coração, agradeço por ter compartilhado a vida comigo e todas as experiências que hoje nos fazem mulheres felizes! Ainda que não estejamos juntas, você está sempre no meu coração, e dedico cada feito da minha vida a você, que esteve do meu lado e ajudou a me fazer uma pessoa cada dia melhor! Obrigada irmã! E, juntinho com minhas princesas, agradeço ao rei da minha existência, meu pai, que está do meu lado sempre, no meu coração, no meu pensamento, em cada gesto meu. Hoje, pai, você vive em mim, obrigada por ter feito nós todas, eu, a mãe e a Su, pessoas tão felizes!

E por falar em amor, agradeço ao outro homem especial da minha vida: a você Daniel, meu Arixa, por me fortalecer no meu sonho, por me amar como sou, e onde estou! Você sempre esteve comigo, sabe disto!

Mas quero agradecer, de forma especial, à Vila das Peças, toda! Aos grandes amigos que fiz e pelas lições especiais que aprendi na vivência com esta comunidade tão maravilhosa. O que fiz, foi por vocês, e espero de todo o coração que este trabalho possa reverter tudo de bom o que me proporcionou fazê-lo. Especialmente, quero agradecer às irmãs maravilhosas, Elenilda, Madalena e Rosinéia, que mostram a garra da mulher na luta diária da vida! Obrigada por me receberem tão bem! Sobretudo, quero agradecer a Renato Caiçara, grande capitão, que me mostrou a realidade da vida na Baía de Paranaguá em uma canoa, e me proporcionou uma das experiências mais emocionantes e construtivas da minha vida. Hoje, Renato, você é meu grande amigo e

sabe que este trabalho também é seu! Ao grande companheiro Jova, agradeço pela amizade e companhia pela Ilha das Peças!

Aos companheiros de turma, quase Cientistas do Mar, hoje Oceanógrafos, agradeço pelo crescimento que proporcionou nossa convivência todos esses anos. É muito gratificante acompanhar a mudança nas pessoas, e poder ver de perto, hoje, como evoluímos, todos nós! Obrigada.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiv
RESUMO.....	xv
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. DEFINIÇÃO DO TEMA.....	1
1.2. JUSTIFICATIVA.....	2
1.3. OBJETIVOS.....	9
1.4. DESENVOLVIMENTO TEMÁTICO.....	10
<b>2. ANTECEDENTES DE PESQUISA.....</b>	<b>12</b>
2.1. A PRESENÇA DA MULHER NO UNIVERSO DA PESCA ARTESANAL E DE PEQUENA ESCALA.....	12
2.1.1. A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A MULHER NA PESCA.....	15
2.2. O ESPAÇO E A SITUAÇÃO ATUAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO LITORAL DO PARANÁ.....	19
2.3. A ATIVIDADE PESQUEIRA NO LITORAL DO PARANÁ.....	22
2.3.1. AMBIENTES, TÉCNICAS E RECURSOS PESQUEIROS.....	25
2.4. A ATUAÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO LITORAL DO PARANÁ.....	28
<b>3. ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>31</b>
3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA COMUNIDADE E ACESSOS.....	31
3.2. PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO GERAL.....	35
<b>4. MÉTODOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....</b>	<b>36</b>
<b>5. RESULTADOS E DISCUSÃO.....</b>	<b>42</b>
5.1. SITUAÇÃO GERAL DA VILA DAS PEÇAS.....	42
5.1.1. Histórico das estratégias produtivas da comunidade.....	42
5.1.2. Cenário econômico atual.....	45
5.1.3. A influência da ocupação turística nas condições de vida local.....	48
5.2. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA VILA DAS PEÇAS.....	52
5.2.1. Frota pesqueira.....	53
5.2.2. Tipos de pesca e apetrechos.....	60
5.2.3. Estruturas de pesca, cadeia produtiva e de comercialização.....	65
5.3. O PAPEL SOCIAL E ECONÔMICO DA MULHER NA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DA VILA DAS PEÇAS.....	73
5.3.1. Histórico da participação das mulheres nas atividades produtivas na Vila das Peças nas últimas três décadas.....	73
5.3.2. Dinâmicas econômicas e as mudanças no papel das mulheres na pesca e na comunidade.....	84
5.3.3. Panorama atual do papel da mulher na pesca e nas demais atividades extrativistas na Vila das Peças.....	87
5.3.4. O trabalho atual da mulher na atividade pesqueira: os grupos de descasque de camarão na Vila das Peças.....	90

5.3.5. Demais espaços atuais de trabalho das mulheres na Vila das Peças.....	103
5.3.6. Os grupos de trabalho cooperado de mulheres.....	107
5.3.6.1. A Cozinha Comunitária Clube de Mães.....	107
5.3.6.1.1. Histórico de criação.....	108
5.3.6.1.2. Estrutura e organização do trabalho.....	109
5.3.6.1.3. Conquistas, perspectivas e entraves.....	114
5.3.6.2. A Cozinha Comunitária Grupo de Mulheres Solidárias (“Cozinha da D. Lurdes”)	116
5.3.6.2.1. Histórico de criação.....	116
5.3.6.2.2. Estrutura e organização do trabalho.....	117
5.3.6.2.3. Conquistas, perspectivas e entraves.....	119
5.3.6.3. O Grupo de Artesanato Berço dos Golfinhos.....	121
5.3.6.3.1. Histórico de criação.....	122
5.3.6.3.2. Estrutura e organização do trabalho.....	123
5.3.6.3.3. Conquistas, perspectivas e entraves.....	126
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>127</b>
6.1. O ATUAL CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA VILA DAS PEÇAS.....	127
6.2. A EVOLUÇÃO E A SITUAÇÃO ATUAL DO PAPEL ECONÔMICO DAS MULHERES.....	130
6.3. O APORTE DOS GRUPOS COOPERADOS DE MULHERES.....	131
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>139</b>

## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS NA BAÍA DE PARANAGUÁ E PORÇÃO NORTE DA FAIXA LITORÂNEA (PR).....21
- FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SISTEMAS PESQUEIROS NO LITORAL DO PARANÁ.....28
- FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DA ILHA DAS PEÇAS, PARANÁ, BRASIL.....32
- FIGURA 4 - IMAGENS AÉREAS DA DESEMBOCADURA DA BAIÁ DE PARANAGUÁ, (GOOGLE EARTH) E DETALHE DA VILA DAS PEÇAS.....33
- FIGURAS 5 E 6 - EM CONTRASTE, CASA DE NATIVO MORADOR, À ESQUERDA, E DE VERANISTA, À DIREITA.....49
- FIGURA 7 - ESPAÇO MARINHO COMPARTILHADO ENTRE NAVEGAÇÃO ESPORTIVA E PESCARIAS DE BEIRA DE PRAIA. DETALHE PARA O LANÇADOR DE TARRAFA, E PARA OS GALHOS QUE SERVEM DE AMARRAÇÃO DE REDES DE ESPERA, NA COSTA.....51
- FIGURAS 8, 9, 10 e 11 - TIPOS DE EMBARCAÇÕES MOTORIZADAS VERIFICADAS NA ILHA DAS PEÇAS. ACIMA, EMBARCAÇÕES DENOMINADAS DE BOTES, UTILIZADAS PARA ARRASTO DE CAMARÃO. ABAIXO E À ESQUERDA, CANOAS DE DISTINTOS PORTES.....55
- FIGURA 12 - INSTRUMENTO DE PESCA CONHECIDO POR “GERIVAL” OU “TARRAFINHA”.....56
- FIGURA 13 - CENÁRIO DE PROPRIEDADE DAS CANOAS A REMO NA VILA DAS PEÇAS.....57
- FIGURAS 14 E 15 - CANOAS DE PROPULSÃO A REMO, DAS QUAIS ALGUMAS SÃO, OCASIONALMENTE, UTILIZADAS TAMBÉM A VELA.....58
- FIGURAS 16 E 17 - EMBARCAÇÃO DE PESCA DE ARRASTO E DETALHE DA “PORTA”, NAS QUAIS É FIXA A REDE QUE ARRASTA AO FUNDO.....60
- FIGURA 18 - ISCAS SENDO COLOCADAS NOS ANZÓIS DO ESPINHEL.....62

FIGURA 19 - REDE DE EMALHE SENDO TECIDA POR PESCADOR DA COMUNIDADE.....	63
FIGURAS 20 E 21 - PESCARIAS DE PRAIA: PESCA DE LINHA, À ESQUERDA, E CONFECÇÃO DE ARMADILHA PARA CAPTURA DE SIRI, À DIREITA, GERALMENTE UTILIZADO COMO ISCA PARA ESPINHÉIS.....	64
FIGURAS 22 E 23 - TRAPICHE E AMBIENTE DE ATRAQUE DAS EMBARCAÇÕES.....	65
FIGURAS 24 E 25 - RANCHOS DE PESCA SITUADOS A BEIRA-MAR, LOCAL DE ABRIGO DAS EMBARCAÇÕES E INSTRUMENTOS DE TRABALHO DO PESCADOR PROPRIETÁRIO.....	66
FIGURA 26 - EMBARCAÇÃO DE ATRAVESSADOR LOCAL SAINDO PARA PARANAGUÁ. DETALHE DAS CAIXAS DE ISOPOR, QUE VÃO COM OS PESCADOS E VOLTARÃO COM GELO.....	67
FIGURA 27 - CADEIA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAMARÃO DE MAIOR ESCALA NA VILA DAS PEÇAS (2006).....	70
FIGURA 28 - CADEIA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PEQUENA ESCALA NA VILA DAS PEÇAS (2006).....	72
FIGURAS 29 e 30 - O MERCADINHO E LOCAL DE PESAGEM DA PRODUÇÃO INDIVIDUAL DAS DESCASCADEIRAS. À DIREITA, OS GRUPOS DE DESCASCADEIRAS AO REDOR DAS MESAS.....	92
FIGURAS 31 e 32 - À DIREITA, PANORÂMICA DO LOCAL DE DESCASQUE, COM DESTAQUE PARA O DEPÓSITO DE ARMAZENAMENTO DE PESCADOS QUE, EVENTUALMENTE SERVE DE AMBIENTE ABRIGADO DE TRABALHO.....	92
FIGURAS 33 E 34 – VISTA EXTERNA DA COZINHA COMUNITÁRIA, A PARTIR DO TRAPICHE, À DIREITA, E VISTA INTERNA, À ESQUERDA.....	110
FIGURAS 35 E 36 – INTEGRANTE DA COZINHA PREPARANDO OS PÃES, E BALCÃO DE ATENDIMENTO, ONDE AS DEMAIS MULHERES SE REVEZAM NAS DISTINTAS FUNÇÕES.....	111
FIGURAS 37 E 38 – VISTA INTERNA DA COZINHA COMUNITÁRIA “MULHERES SOLIDÁRIAS” OU COZINHA DE D. LURDES (À DIREITA).....	118
FIGURAS 39 E 40 – INTEGRANTE DO GRUPO DE ARTESANATO BERÇO DOS GOLFINHOS, E CAMISETAS BORDADAS COM ANIMAIS ENDÊMICOS DA REGIÃO.....	123

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - QUADRO GERAL DA METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	41
TABELA 2 - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA VILA DAS PEÇAS (2006) .....	48
TABELA 3 - EVOLUÇÃO NO N° TOTAL DE EMBARCAÇÕES NA VILA DAS PEÇAS NAS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS (1960, 1980, 1990,2000).....	55
TABELA 4 - COMPOSIÇÃO DA FROTA PESQUEIRA ATUAL DA VILA DAS PEÇAS.....	56
TABELA 5 - MAIORES CONCENTRAÇÕES DE POSSE DE EMBARCAÇÕES À MOTOR NA VILA.....	58
TABELA 6 - SITUAÇÃO GERAL DE PROPRIEDADE DE EMBARCAÇÕES.....	59
TABELA 7 - PRINCIPAIS MODALIDADES PESQUEIRAS DA VILA DAS PEÇAS (2006) .....	65
TABELA 8 - A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE PESCADOR/ INTERMEDIADOR/ MERCADO EM VILA DAS PEÇAS (2006).....	68
TABELA 9 - A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS DO SÉCULO XX.....	83
TABELA 10 - ATIVIDADES LIGADAS À PESCA REALIZADAS PELAS MULHERES ATUALMENTE.....	90
TABELA 11 - FAIXAS ETÁRIAS DO GRUPO DE DESCASCADEIRAS DE VILA DAS PEÇAS (2006) .....	93
TABELA 12 - IDADES MÉDIAS POR ESTADO CIVIL DAS DESCASCADEIRAS DE VILA DAS PEÇAS (2006) .....	93
TABELA 13 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO GRUPO DE DESCASCADEIRAS DA VILA DAS PEÇAS (2006) .....	93
TABELA 14 - OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL (EM RENDA) DAS DESCASCADEIRAS DA VILA DAS PEÇAS (2006).....	94

TABELA 15 – CARÁTER DE OCUPAÇÃO PRINCIPAL (EXCLUSIVA OU PRESENÇA DE OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA E COMPLEMENTAR).....	94
TABELA 16 - PERFIL OCUPACIONAL DAS DESCADREIRAS DA VILA DAS PEÇAS (2006) .....	96
TABELA 17 - RENDIMENTO MESNAL MÉDIO DOS DIFERENTES TIPOS DE TRABALHO DAS MULHERES (VILA DAS PEÇAS, 2006).....	97
TABELA 18 - RENDA FAMILIAR DERIVADA DA PESCA DECLARADA PELAS DESCADREIRAS E RENDA MÉDIA ESTIMADA ÀS CATEGORIAS DE PESCA DEFINIDAS COM BASE AO TIPO DE EMBARCAÇÕES (VILA DAS PEÇAS, 2006) .....	100
TABELA 19 – COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, APORTES DA PESCA E SEGURIDADE SOCIAL E CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	102
TABELA 20 - ESPAÇOS DE TRABALHO OCUPADOS PELAS MULHERES NA VILA DAS PEÇAS.....	106
TABELA 21 - TRAJETÓRIA DE CAPACITAÇÃO DAS INTEGRANTES DO GRUPO BERÇO DOS GOLFINHOS (VILA DAS PEÇAS, 2006).....	124

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEM	Centro de Estudos do Mar
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODESPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
CONAPE	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
COPEL	Companhia de Energia Elétrica do Paraná
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado
FAO	Food and Agriculture Organization of the United States
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSF	International Collective of Support of Small-Scale Fishworkers
INSS	Instituto Nacional de Seguridade e Previdência Social
IOI	Internacional Ocean Institute
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PROVOPAR	Programa de Voluntariado Paranaense
PT	Partido do Trabalhador
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
SWAOC	South West Atlantic Operational Center
UFPR	Universidade Federal do Paraná

## RESUMO

A pesca artesanal vem passando por profundas modificações sócio-econômicas e culturais, particularmente nas três últimas décadas do século XX, o que tem determinado novas relações de trabalho e novos papéis desempenhados pelos homens e mulheres envolvidos, direta e indiretamente, na atividade pesqueira. Este trabalho teve o objetivo identificar os efeitos das grandes transformações sentidas na pesca e nas condições de vida da Vila das Peças (Ilha das Peças, Guaraqueçaba, PR) em relação à atual situação sócio-econômica da comunidade, bem como no papel da mulher na reprodução econômica e social desta Vila, nas últimas três décadas do século XX, chegando até o presente. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e abertas com pescadores e moradores antigos (13 entrevistas), descascadeiras de camarão (15 entrevistas), e coordenadoras das atuais cooperativas de mulheres da vila (3 entrevistas), além de diálogos informais. A pesquisa constatou que as principais transformações nas condições de vida da população se deram a partir dos anos 70 e 80, em função da capitalização da pesca de arrasto de camarão no mercado e da introdução do turismo. Em âmbito pesqueiro, as mudanças decorreram da transição da pesca praticada no rio e estuário para a plataforma costeira, com mudanças nos fins de produção - de subsistência para o atendimento ao mercado consumidor -, nas técnicas utilizadas e no ritmo produtivo; neste momento, ocorreu o afastamento gradativo das mulheres da pesca, que antes participavam em unidade de produção familiar, no sentido de colaborar na provisão direta de alimento para a família e também, de concentrar a renda no núcleo familiar. Hoje, verifica-se uma situação de tecnificação gradativa da pesca e de diferenciação social, agravada pelo perfil de apetrechamento desigual, onde as mulheres trabalham regularmente, no descasque de camarão, agora com produção alheia, em troca de remuneração individual. Além deste, atuam em eventuais serviços de limpeza e filetagem para comércios locais ou turistas. Em relação ao trabalho de beneficiamento da produção, a falta de estrutura física para a realização do trabalho e a crescente influência da demanda industrial pelos produtos *in natura* tendem a reduzir ou suprimir a demanda pelo trabalho feminino, ameaçando acabar com uma importante fonte de renda das mulheres da Vila em um futuro relativamente próximo. Hoje, a expressão econômica da mulher na comunidade está relacionada à pesca e ao turismo, e que apresentam a semelhança de tratar-se de trabalhos informais, marcadamente sazonais, e que mantém o caráter doméstico, por repercutirem em atividades de limpeza e de manuseio de alimentos, em geral. No entanto, em todos os espaços de trabalho das mulheres, sejam ocasionais ou mais permanentes (com exceção daqueles ligados ao serviço público) se verifica o forte peso da sazonalidade que implica em limitações da demanda, seja pelos consumidores turistas ou moradores da vila. Em contrapartida, algumas ocupações derivadas do turismo têm se caracterizado como empregos permanentes, ainda que informais, como o serviço de caseiras, por exemplo. No entanto, considerando que o cenário de ocupação de segundas residências tende a estagnar diante da regulamentação fundiária, este canal representa poucas chances de ampliar a oferta de empregos à população e às mulheres. Em relação à pesca, a falta de organização dos pescadores na busca por melhores condições para a produção e para a comercialização dificulta a superação da subordinação econômica daqueles de menor escala. Atualmente, o elemento favorável é que o atrelamento ao intermediador já não se relaciona à exclusividade deste na oferta de gêneros alimentícios e na concessão de crédito à maior prazo, pois as Cozinhas Comunitárias vêm cumprindo este papel. Além de atuarem como alternativa de sustentação alimentar em baixas econômicas, as Cooperativas de mulheres mostraram extrema importância como mecanismo de fortalecimento e visibilidade econômica e social para as mulheres da vila, e relevante aporte financeiro para suas famílias.

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. DEFINIÇÃO DO TEMA

Este trabalho trata da atividade pesqueira artesanal e de pequena escala no litoral do Paraná, em uma abordagem que parte da evolução da pesca no estado para chegar a uma comunidade em particular, onde são examinados (e somados ao espaço de atuação dos homens) os diferentes papéis e aportes das mulheres nas estratégias de sobrevivência desta população. O tempo focado para esta análise compreende as últimas três décadas do século XX, chegando até a situação presente. A finalidade principal é evidenciar a importância do trabalho da mulher na reprodução econômica e social das comunidades pesqueiras, concebendo que desta forma, sua atuação também favorece a continuidade da própria pesca de pequena escala. Concretamente, o intuito é dar visibilidade à mulher na esfera da economia e do trabalho, atentando ao potencial de sua participação no âmbito das políticas públicas e dos esforços de desenvolvimento das regiões litorâneas, em nível comunitário. E, tanto na academia quanto na sociedade, tenta-se tornar mais compreensível os aportes da mulher em um caso em particular, dentre os diversos contextos sócio-econômicos e culturais do país.

De modo geral, a intenção é chamar a atenção para a necessidade de inserir a dimensão humana e social nas propostas de pesquisa e gerenciamento da pesca, considerando que seu entendimento contribui para a compreensão da atividade em si, bem como da realidade econômica, social e cultural das regiões litorâneas. É possível, e mesmo necessário, incorporar as questões relacionadas com a pesca ao esquema geral do desenvolvimento econômico local, integrando seus propósitos também, as propostas mais amplas de gerenciamento integrado das zonas costeiras, tornando mais eficiente a resolução de interesses e conflitos. A questão fundamental é que características comuns à pesca de pequena escala, como a sazonalidade e o fato de compartilharem estoques, por frotas variadas, trazem mais complexidade à sua gerência. Porém, inexistente uma orientação prática sobre como gerir este tipo de pescaria, e ainda que tenham se disseminado estudos que contemplem uma abordagem

social da pesca não se tem, exatamente, um panorama do que é necessário para orientar, de fato, a gestão das pescas em pequena escala (BERKES et al., 2006).

Em âmbito local, o objetivo é a necessidade urgente de resolução dos problemas de desenvolvimento e de superação de condições de pobreza às quais muitas comunidades pesqueiras paranaenses estão submetidas. Para tanto, tem se mostrado necessário incorporar as pessoas que pescam ou que estejam vinculadas à pesca, suas comunidades e dinâmicas sociais e econômicas, e suas conexões dentro e fora dos sistemas pesqueiros, na tentativa de direcionar seus esforços de gestão e desenvolvimento.

## 1.2. JUSTIFICATIVA

Este estudo parte da constatação de que a pesca artesanal vem passando por profundas modificações sócio-econômicas e culturais, enquanto sistema produtivo e de organização social, particularmente nas três últimas décadas até o presente (ANDRIGUETTO-FILHO et al, 1998; ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; MANESCHY, 1996; DIEGUES, 2004). Esta situação tem determinado novas relações de trabalho e novos papéis desempenhados pelos homens e mulheres envolvidos, direta e indiretamente, na atividade pesqueira no Brasil.

Do ponto de vista da evolução do setor pesqueiro, a dinâmica da concorrência trouxe avanço tecnológico e surgimento de novas formas de organização do trabalho social, que tanto expressam como reproduzem processos de diferenciação social, e que concretamente modificaram as formas de participação dos homens e das mulheres na pesca. Isto, por um lado, implicou a transformação da produção familiar de auto-consumo em produção orientada ao mercado, seja no nível mercantil simples - onde o pescador ainda é um produtor independente -, ou em nível capitalista - onde o trabalho da pesca é realizado por pessoas contratadas pelos proprietários de embarcações - supondo escalas comerciais distintas. Por outro lado, o avanço tecnológico causou a redução da mão de obra necessária na pesca e, também, a diminuição da demanda de certas tarefas desempenhadas ao longo do ciclo produtivo. Entretanto, como em

muitos casos não surgiram novas oportunidades de trabalho (tanto para as mulheres quanto para os homens), exatamente quando a reprodução na atividade pesqueira passou a requerer mais investimentos, se compôs um cenário de desemprego e empobrecimento, seguido de migração de pescadores para outros setores econômicos e outros espaços geográficos (ROUGEULLE, 1993; MANESCHY, 1995; ALENCAR, 2001; DIEGUES, 2004).

Atualmente, atribui-se um quadro de gravidade à situação da pesca extrativa marinha no país, com comprometimento da renovação dos estoques em decorrência da sobre-pesca dos principais recursos - fenômeno observado tanto no Brasil como em todo o mundo (VASCONCELOS et al, 2000; FAO, 2002). Dados da FAO (2002) apontam que, mundialmente, cerca de 200 pescarias de relevância comercial se encontram plenamente exploradas, e uma de cada três estão totalmente esgotadas ou seriamente sobre-exploradas.

No geral, é possível considerar que a escassez dos recursos afeta mais intensamente a pesca de pequena escala, que possui menor capacidade financeira e material para adequar-se a novas áreas, técnicas e capturas. Além disto, por serem comunidades dispersas ao longo da costa e, por dependerem principalmente dos ecossistemas marinhos próximos de suas áreas de origem, são particularmente vulneráveis ao esgotamento dos recursos (FAO, 2002). Mas, mesmo que as evidências apontem para o comprometimento de grande parte dos recursos oceânicos, é a pesca artesanal que comumente é referida como setor estagnado, mesmo diante da comum ausência de estatísticas da produção que dêem base à tal argumentação. Atualmente, a própria Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), se fundamenta na falência da pesca de pequena escala para dar incentivos ao cultivo de organismos aquáticos, e para manter os investimentos na pesca industrial (SEAP, 2003).

Por outro lado, as pescarias de pequena escala, que emprega diretamente 50 dos 51 milhões de pescadores do mundo, e indiretamente mais 150.000.000 de pessoas, além de 250.000.000 de pessoas dependentes de pescadores. Juntos, este contingente é responsável por cerca de 20 a 30 milhões de toneladas de captura anual direcionada ao consumo humano (BERKES et al., 2006).

Além das pressões que tem origem e se reproduzem internamente ao setor pesqueiro – pelo aumento da concorrência, perda de postos de trabalho e redução dos estoques - na atualidade, as comunidades pesqueiras estão submetidas a uma série de conflitos de interesse e de uso das zonas costeiras, o que têm comprometido o acesso destas populações aos seus territórios e aos recursos. As pressões vêm, cada vez em mais intensidade, do avanço do investimento de capital para novas áreas, o que tem causado degradação ou substituição de ecossistemas costeiros com fins de exploração comercial em larga escala, a exemplo dos empreendimentos turísticos e imobiliários, projetos agrícolas, de aquíicultura costeira e de geração de fontes de energia (barragens e usinas) (ALENCAR, 2001; FAO, 2002). Mesmo as áreas naturais protegidas, que hoje representam a medida mais efetiva, senão a única, de deter a expansão desmesurada do capital privado e especulativo para a zona costeira, por vezes se transforma em mais um impasse para a reprodução social e econômica das comunidades costeiras residentes em espaços naturais ainda preservados (BORRINI-FEYERABEND, 1997; DIEGUES, 2004).

A parte das implicações decorrentes da expansão do mercado e dos fenômenos de exclusão que produz, é possível considerar que a pesca de pequena escala vem sentindo nos últimos anos, as implicações de um ordenamento do setor pesqueiro centrado na produção em larga escala. A pesca artesanal e de pequena escala, foram percebidas, por longo tempo, como atividades essencialmente voltadas à subsistência, e que, portanto, não representavam fonte de crescimento econômico para o país. Conseqüentemente, o setor manteve-se ausente no âmbito das políticas públicas e planejamento econômico, o que se refletiu na escassez de investimentos em pesquisa, monitoramento, ordenamento e incentivos à atividade (VASCONCELOS, 2000; BECK, s.d.).

De fato, as dificuldades que se colocam nas estratégias de ordenamento e gestão da pesca decorrem, em partes, da sua trajetória de ciência pesqueira que, tanto na pesquisa quanto na prática, teve como foco disciplinar na biologia e na economia, voltados para se dedicou a avaliação de grandes estoques e em meios para elevar ao máximo a produtividade (VASCONCELOS, 2000; FAO, 2002; BERKES et al., 2006).

Tal abordagem não se mostrou adequado às necessidades dos países em desenvolvimento e de uma pesca complexa, social, ambiental e tecnicamente, como é a pesca de pequena escala. E, principalmente, não foram suficientes às necessidades sócio-econômicas das populações pesqueiras e não consideram os benefícios potenciais de formas mais colaborativas e integradas de pesquisa e de governança dos recursos marinhos (BEKERS et al., 2006).

Ou seja, falta a concepção da pesca como um fenômeno humano, e de que as atividades humanas são um dos atributos da pesca, assim como os recursos pesqueiros, os espaços geográficos, as artes de captura, os setores econômicos (FAO, 2002). O que não se deve é priorizar ou excluir quaisquer destes atributos no risco de se inviabilizar a pesca enquanto setor de produção. Não obstante, a gestão pesqueira convencional desconsidera, absolutamente, os diferentes papéis de homens e mulheres no universo de reprodução da pesca artesanal e de suas comunidades, e o entendimento destes papéis pode direcionar esforços de desenvolvimento e de gestão mais coerentes com a realidade da pesca de pequena escala.

Quando se trata especificamente dos aportes da mulher para a reprodução econômica e social de um grupo, desconsidera-se que, do conjunto de atividades das quais se incumbe, dentro ou fora do espaço de produção da pesca, seja através do trabalho doméstico ou de atividades produtivas, e que geralmente acontecem de forma articulada, derivam as condições (materiais e econômicas) que permitem a reprodução social da família; conseqüentemente, na soma das famílias, reproduzem-se as comunidades e a atividade econômica na qual se sustentam seus meios de vida – a pesca artesanal e de pequena escala.

No sentido da sustentação da vida, a contribuição da mulher acontece através das tarefas diárias essenciais que mantêm o grupo familiar (alimentação, vestuário, cuidados da saúde e dos filhos, etc), e que possibilitam, particularmente, a jornada de trabalho remunerado, extra-doméstico, de outros indivíduos da família. Diretamente voltada ao espaço de produção da pesca, a participação da mulher assume ainda uma diversidade de formas, conforme o ambiente explorado, de acordo com o perfil da pesca (comercial ou não), de sua escala de produção e nível de inserção no mercado,

além de outras coerções decorrentes do sistema econômico (MANESCHY et al, s/d). Em geral, o trabalho da mulher resulta em renda direta ou contribuição que se soma, indiretamente, ao montante da família, seja ao agregar valor à produção - quando opera no processamento dos produtos -, ou ao concentrar o lucro na família - quando atua na captura e venda, realizando o papel que outro parceiro e/ou intermediador da produção faria.

De fato, ainda que a mulher exerça um papel fundamental na reprodução econômica e social da atividade pesqueira, na maioria dos casos permanece invisível ou pouco considerado o seu aporte, em primeiro momento, para a economia, e que resulta em dificuldades também no acesso a direitos trabalhistas e na formulação de políticas públicas em geral. Esta situação se expressa, enfim, na invisibilidade frente à sociedade em geral - o que também inclui a academia e as pesquisas direcionadas ao universo de gestão da pesca.

Independente da comunidade pesqueira e do país, ainda que as mulheres desempenhem importante papel na pesca, a sua atuação tem permanecido pouco documentada (KUMAR, 2004<sup>1</sup>). No Brasil é relativamente escassa a produção acadêmica que retrate a situação da mulher trabalhadora na pesca, e entre os estudos existentes, o destaque tem sido dado às regiões norte e nordeste do país. Entretanto, no litoral do Paraná recentemente começaram os estudos sobre o tema, cujos trabalhos têm se integrado à linha de pesquisa desenvolvida pelo Laboratório Sócio-ambiental do Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná (CEM/UFPR) desde 2004.

Diante da pouca informação sobre o tema, que não corresponde ao significativo papel que a mulher exerce no espaço de produção e reprodução da pesca de pequena escala justifica-se a presente pesquisa, que se propõe a estudar uma comunidade em particular, entendida como caso representativo de uma situação pesqueira peculiar, e onde se verificou em fase anterior da pesquisa significativo aporte econômico da mulher para esta população. Trata-se da Vila das Peças (Ilha das Peças, Guaraqueçaba,

---

<sup>1</sup> KUMAR é editora do dossiê especial Gender Agenda – Women in fisheries, publicado pelo ICSF – International Collective of Support of Small-Scale Fisherworkers.

PR), cujas particularidades em relação à pesca derivam da localização da comunidade, pois, se bem a Vila se situe em ambiente estuarino, tem acesso facilitado ao mar aberto, o que possibilita a exploração dos dois ambientes para a pesca. Historicamente, esta comunidade de fato passou de pescar na baía para fazê-lo principalmente em mar aberto, o que permitiria compreender a participação da mulher nas duas situações, assim como o processo de transição. Além disto, esta população sentiu a transição completa das práticas de subsistência em quadro de complementaridade (roça, caça, e extrativismos), à total supressão destas pela criação de uma unidade de conservação restritiva em sua área de uso, o que conferiu particular peso à atividade de pesca e sua exclusividade como meio de vida.

Em relação à mulher, a Vila das Peças possui três grupos de mulheres auto-organizados, em trabalho cooperado, com fim de geração de renda e melhoria da qualidade de vida, e que se articulam ou independem de sua participação mais tradicional no espaço de produção da pesca, em distintas tarefas. Neste caso, a especial atenção decorre do empoderamento econômico da mulher na esfera pública, e de sua articulação institucional que resultou na base material para a consolidação dos empreendimentos cooperados – fato, no mínimo, instigante, por se tratar de uma sociedade pesqueira tradicional e submetida a relativo isolamento geográfico, o que poderia resultar em um contexto cultural especialmente adverso a essa movimentação das mulheres.

Por outro lado, se bem que a comunidade se localize numa ilha, o grau de isolamento diminuiu substantivamente a partir da disposição relativamente recente de serviço diário de barco de linha para os centros urbanos próximos, o que dá oportunidade de compreender melhor os limites impostos pelo isolamento e o impacto das oportunidades derivadas do maior acesso a centros urbanos – nas condições de vida e sobre o papel das mulheres nesta comunidade. E ainda, a Vila apresenta atividade turística significativa na mesma hora que, estando situada na Zona de Amortecimento do Parque Nacional de Superagüi, está submetida a fortes restrições na ocupação e uso do espaço. Isto insere o caso na complexa problemática da contradição entre desenvolvimento e proteção do meio ambiente em áreas de conservação.

Diante dos elementos levantados que justificam a escolha deste estudo de caso, e diante da diversidade de formas em que se expressa o aporte da mulher para a reprodução da atividade pesqueira de pequena escala, é possível considerar que sua visibilidade e inclusão como foco de análise pode contribuir para a compreensão da pesca em si, enquanto atividade produtiva, o que, por sua vez, vem a favorecer o entendimento da realidade econômica, social e cultural das regiões litorâneas, assim como o gerenciamento desta (MANESCHY, 1995; LIMA, 2001; DIEGUES, 2001). Parte-se do suposto que a necessidade de resolução dos problemas de desenvolvimento da pesca de pequena escala e a superação das condições de pobreza às quais muitas comunidades pesqueiras paranaenses estão submetidas passa pelo entendimento da complexidade de seus agentes sociais e respectivos papéis na organização econômica e social em comunidade.

De forma geral, trata-se de uma tentativa de estimular a percepção, em nível institucional, de que é preciso compreender a cultura das comunidades pesqueiras de pequena escala, em suas formas de organização e produção, para a elaboração de políticas e práticas de ordenamento da pesca que resultem efetivas do ponto de vista de interesse do setor - de reduzir impactos ecológicos e obter melhores mecanismos de gestão da produção, - mas que resultem também em melhores condições de vida das comunidades e trabalhadores do setor (FAO, 2002). Neste sentido, este estudo é uma proposta de abordagem acadêmica que espera contribuir com um maior entendimento do arranjo econômico e social de uma comunidade pesqueira, e embora seja um caso em particular, que venha a responder aos interesses de investigação em nível comunitário, seja para implementação de estratégias produtivas, ordenamento e investimentos na pesca de pequena escala, ou em outros contextos que venham a se mostrar relevantes.

Do ponto de vista de desenvolvimento sócio-econômico do país, a importância atribuída por este estudo ao trabalho da mulher parte do suposto de que as diferentes formas de discriminação estão fortemente associadas aos fenômenos de exclusão social, que por sua vez dão origem à pobreza e são responsáveis pelos diversos tipos de vulnerabilidade e de barreiras adicionais para que os grupos discriminados superem

esta situação – o que remete tanto à condição da mulher quanto dos pescadores artesanais na sociedade urbano-industrial capitalista (OIT, 2005). Neste sentido, a questão de gênero é fator fundamental para determinar as diferentes possibilidades dos indivíduos de terem acesso a um emprego e nas suas condições de trabalho: remunerações, benefícios e possibilidades de proteção social. Ou seja, a diferença nos papéis entre homens e mulheres na sociedade condiciona a forma através da qual os indivíduos e as famílias vivenciam a situação de fragilidade econômica e social e conseguem ou não superá-la.

### 1.3. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é identificar os efeitos das grandes transformações sofridas na pesca e nas condições de vida da Vila das Peças (Ilha das Peças, Guaraqueçaba, PR) na organização sócio-econômica da comunidade e no papel econômico da mulher ao longo das últimas três décadas do século XX, chegando até a atualidade. No presente, o estudo se concentra na análise articulada, quantitativa e qualitativamente, da situação da pesca nesta Vila, e dos aportes da mulher na reprodução econômica e social da comunidade, vinculados ou não à pesca, na tentativa de fazer considerações sobre as perspectivas atuais de desenvolvimento, tanto da atividade pesqueira quanto da mulher na esfera econômica da Vila das Peças.

Os objetivos específicos são:

(i) identificar as principais mudanças sentidas na pesca e nas condições de vida da Vila das Peças, bem como dos efeitos destas sobre a participação da mulher nas estratégias produtivas da comunidade;

(ii) caracterizar a atividade pesqueira na Vila das Peças no contexto do atual cenário sócio-econômico da comunidade;

(iii) identificar e descrever as atividades vinculadas à pesca realizadas atualmente pelas mulheres, remuneradas ou não;

(iv) identificar e descrever os trabalhos remunerados formais e informais que as mulheres desenvolvem fora da atividade pesqueira;

(v) recuperar o histórico dos grupos de mulheres organizadas existentes, e caracterizar sua composição e atividades econômicas;

(vi) identificar qual é o aporte qualitativo e dimensionar o aporte quantitativo do trabalho das mulheres na subsistência das famílias; e

(vii) avaliar os limites qualitativos e quantitativos que apresentam as atividades exercidas pelas mulheres na perspectiva de sua possível evolução futura.

#### 1.4. DESENVOLVIMENTO TEMÁTICO

Com o objetivo de contextualizar o leitor sobre o tema do presente estudo, o desenvolvimento do trabalho inicialmente aborda dois pontos distintos, apresentados como antecedentes de pesquisa: o primeiro, para situar sobre a relação existente entre a mulher e a pesca artesanal, passando, então, ao contexto da atividade pesqueira no litoral do Paraná.

Nos antecedentes sobre a mulher no universo da pesca de pequena escala, são retomados os elementos conceituais sobre a presença da mulher no universo da pesca artesanal, e o leitor é situado sobre o estado da arte que aborda a temática. Em um segundo momento, os antecedentes recuperam a caracterização geral da atividade pesqueira realizada no estado, apresentando-se a situação atual das comunidades pesqueiras e da pesca em si, em relação aos ambientes, técnicas e recursos pesqueiros. Em seguida, apresenta-se um panorama geral sobre a situação da mulher na pesca de pequena escala no litoral do Paraná, cujas informações derivam da fase inicial da linha de pesquisa sobre o tema no estado.

A partir de então, o texto retoma a área de estudo definida como estudo de caso, em uma breve contextualização que pretende apenas situar geograficamente o leitor, e inseri-lo de forma superficial na realidade desta comunidade. Os métodos e instrumentos da pesquisa são descritos no capítulo seguinte, e o trabalho, segue, enfim, para a análise dos resultados, de forma que estes são discutidos no mesmo momento em que são apresentados no decorrer do texto. O cuidado para diferenciar os dados *strictu sensu* das inferências, e da relação destes com a literatura, aparece na ordem em

que se apresenta os mesmos, que tentou seguir o padrão: dados – inferências – literatura – sempre diferenciando a fonte, seja quando os dados decorrem dos depoimentos dos entrevistados, ou de outra fonte.

A apresentação dos resultados segue uma abordagem do geral ao particular: parte da situação geral da Vila das Peças, retomando um breve histórico de ocupação e consolidação desta população, e segue ao cenário econômico atual, analisando neste contexto, a expansão da atividade turística e de veraneio e as implicações destas sobre as condições de vida local. Na seqüência, sendo a pesca a base econômica da vila, esta é analisada em base a um enfoque técnico-produtivo para situar as questões sociais presentes na atividade na tentativa de compreender a sua situação atual, bem como as perspectivas de evolução futura.

Diante do objetivo de identificar quais os efeitos das grandes transformações sofridas na pesca e nas condições de vida sobre o papel econômico e social da mulher na trajetória de desenvolvimento desta Vila, parte-se de um histórico que compreende as três últimas décadas do século XX, e que sintetiza uma realidade aproximada deste período. Parte-se então, para a análise das dinâmicas econômicas e das mudanças sentidas na atuação da mulher, tanto na pesca quanto na comunidade. Esta parte resulta de um exame geral das informações obtidas durante as entrevistas, e tem um enfoque mais qualitativo que esboça o processo de mudança no decorrer do período analisado. Chega-se então, para uma descrição sobre o atual panorama de atuação da mulher na pesca e nas atividades extrativistas.

No tempo presente, o estudo privilegia a representação econômica que as mulheres assumem na Vila, identifica os espaços de trabalho das mulheres na Vila das Peças na atualidade, e mais especificamente, analisa quantitativa e qualitativamente, dois deles: o descasque de camarão, como tradicional trabalho feminino vinculado à pesca, e que ainda permanece; e, em contraste, os grupos cooperados de mulheres, como estratégia mais recente que articula empoderamento de suas integrantes e apoio institucional para geração de renda e condições mais dignas de trabalho e de vida. O intuito é verificar o aporte econômico que estes representam enquanto fonte de renda às mulheres, qual a condição de trabalho, entre benefícios e prejuízos, lhes determina,

e quais os limites, qualitativos e quantitativos, que apresentam estas atividades na perspectiva de sua possível evolução futura.

## 2. ANTECEDENTES DE PESQUISA

### 2.1. A PRESENÇA DA MULHER NO UNIVERSO DA PESCA ARTESANAL E DE PEQUENA ESCALA

Pesquisas em todo o mundo têm mostrado a importância das atividades da mulher, não apenas que se limitam ao âmbito doméstico, senão, aquelas vinculadas ao espaço de produção da pesca (MANESCHY et. al, s/d). De modo geral, a ênfase tem se dado no sentido de atentar ao papel fundamental que a mulher exerce na reprodução das comunidades pesqueiras, ao somar sua dedicação nas atividades produtivas e em práticas diárias de manutenção do grupo familiar.

Em relação às atividades produtivas, embora estas sejam percebidas, a maior parte das vezes, como aquelas geradoras de renda, muitas das práticas realizadas pelas mulheres não tem esta função imediata, mas são imprescindíveis para o processo de captura, como a confecção de redes e equipamentos para a pesca, seu concerto e manutenção; ou para o processo de beneficiamento e comercialização do pescado (limpeza, filetagem, salga e armazenamento) (MANESCHY et al, s/d). Mas, ainda que tais atividades sejam fundamentais ao processo produtivo e à venda do produto, não tem o reconhecimento social do ato de captura, que tradicionalmente define a pesca.

De modo geral, a presença predominante da mulher na pesca artesanal e de pequena escala se verifica, de fato, “em terra” - enquanto os homens saem ao mar - nas atividades de beneficiamento e comercialização da produção pesqueira de membros da própria família. Neste caso, o resultado econômico do trabalho se integra na renda familiar sem que exista uma retribuição específica e independente à atividade exercida pela mulher. Esta situação tende a reduzir o trabalho feminino a uma ajuda ao homem, e/ou a uma extensão dos deveres domésticos de esposa e mãe, o que torna invisível seu aporte à economia. Quando as atividades de beneficiamento são realizadas para

terceiros, em produção alheia, o trabalho feminino se caracteriza pela informalidade e sobre-exploração capitalista. A remuneração se estabelece em função de produção individual e é de baixo valor, o que incita às mulheres a trabalharem mais tempo e de forma mais intensa, e não são reconhecidos seus direitos trabalhistas (TALLER LATINO AMERICANO SOBRE GÊNERO E O TRABALHO DA MULHER EM COMUNIDADES PESQUEIRAS COSTEIRAS, 2000; MANESCHY, 1995; MANESCHY, 2001; MANESCHY & ESCALIER, 2002; MANESCHY et al, s/d).

Quando as mulheres trabalham na captura, as atividades se realizam, maior parte, no mar “raso”, em baías, manguezais, rios, canais de maré e faixa de praia, se valendo, preferentemente, de técnicas simples e instrumentos não-mecanizados. Neste sentido, o fato de que para muitos pescadores de mar o trabalho no mangue não se caracteriza como “pesca”, quem trabalha na lama não é considerado “pescador”, senão, que é enquadrado em diferentes categorias de trabalho de acordo com a diversidade de funções que assume. No caso das mulheres, estas são categorizadas como marisqueiras, catadeiras de caranguejo, de siri, etc. (TALLER LATINO AMERICANO SOBRE GÊNERO E O TRABALHO DA MULHER EM COMUNIDADES PESQUEIRAS COSTEIRAS, 2000). Por outro lado, na maior parte das vezes, a produção decorrente da captura feminina tem o fim de auto-consumo, sem excedente comercializável, ou apenas de forma ocasional, o que reforça a invisibilidade econômica de seu trabalho, até para elas mesmas.

A jornada de trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras é marcada pela superposição de variadas atividades, domésticas e extra-domésticas, muitas vezes não remuneradas, o que marca a fragmentação do tempo produtivo da mulher e sua invisibilidade econômica. Por outro lado, os homens possuem um tempo unitário centrado na pesca, possibilitado exatamente pelas condições materiais criadas pelo trabalho da mulher, que lhe permitem priorizar o exercício da atividade. Diferentemente da mulher, essas atividades imediatamente se reconhecem como “trabalho” por resultar em ganhos monetários diretos e acontecer pela força de trabalho exclusiva nesta função (ALENCAR, 1993; MANESCHY et al., s/d). É assim que o considerável aporte que a mulher oferece na reprodução econômica da unidade

familiar - seja como produtora direta de alimentos para seus membros, seja como ajudante dos homens na pesca, ou como beneficiadora e vendedora do produto da mesma - se mantêm fundamentalmente invisível, tanto para o setor pesqueiro, em nível de políticas públicas e garantias trabalhistas, quanto para grande parte da literatura sobre a pesca artesanal e de pequena escala (ALENCAR, 1993; MOTTA-MAUÉS, 1998; MANESCHY et al., s/d).

De fato, a falta de reconhecimento do trabalho feminino não implica apenas na ausência de valor social de sua função; resulta, em diversas partes do país, em barreiras concretas que privam às mulheres do reconhecimento profissional e o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Atualmente, os empecilhos legais que se colocam à regularização da mulher como profissional da pesca são resultado da generalização de sua invisibilidade econômica, que esbarra no conceito legal de “pescador profissional” contido na lei de pesca vigente (Decreto-Lei 221/1967), que limita o termo àqueles que “realizam o ato de captura e extração de recursos do ambiente aquático” - o que não compreende grande parte das atividades na cadeia produtiva pesqueira desempenhada pelas mulheres. No entanto, mesmo quando a mulher atua diretamente na captura, o preconceito existente nas organizações de pescadores (Colônias de Pesca) e nas agências de governo (SEAP, INSS), faz com que ora considerem suas atividades como não-pesca (por acontecer em outros espaços, com outras técnicas e sob outros recursos) ou simplesmente avaliam-nas incapazes de exercer esta função, seja por estarem com boa aparência ou exclusivamente pelo fato de serem mulheres. Esta situação se expressa em humilhações e hostilidades na hora de tramitar a carteira de pescadora profissional, e, em muitos casos, resulta na não obtenção da mesma. Todavia, a referida lei não estabelece diferença conceitual entre homens e mulheres que fazem da pesca “o seu principal meio de vida”, portanto, ainda que as mulheres desempenhem uma infinidade de trabalhos relacionados à atividade, ligados ou não à captura, podem e devem ser consideradas pescadoras (PIERRI et al., 2005).

Atualmente, no contexto das transformações sentidas na pesca, em relação à incorporação técnica e reorganização do trabalho social, houve uma concreta perda de

espaço para as mulheres no setor (MANESCHY, 1995, 1996). Em decorrência desta situação, atualmente as mulheres passaram a desempenhar múltiplas tarefas, dentro e fora da pesca, de forma a contribuir no orçamento doméstico e atender às necessidades mais urgentes de sobrevivência da família. Desta forma, a mulher estaria criando as condições materiais que permitem, juntamente com a reprodução da família, a continuidade da pesca como atividade econômica na qual se baseia a complementação de renda deste grupo doméstico. MANESCHY (1995, P. 163) reforça esta afirmação:

Neste sentido, a mulher não estaria se afastando da pesca. Indiretamente, enquanto esposa de pescador, ela continuaria criando condições para a reprodução social dessa categoria. A seu modo, ela também assume riscos e oscilações da pesca.

### 2.1.1. A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A MULHER NA PESCA

O Brasil acompanha a tendência observada em outros países em desenvolvimento, que possuem produção acadêmica relativamente escassa que retrate a situação da mulher trabalhadora na pesca – condição que pode ser entendida como conseqüência do fato da pesca se tratar de um domínio enfaticamente, ainda que não exclusivamente, masculino. PIERRI et al. (2005) identificaram que os estudos sobre o tema se concentram no norte e nordeste, possivelmente por corresponder às regiões maior representatividade da pesca artesanal e maior quantidade de pescadores e em posição mais desfavorável do ponto de vista econômico-social das populações pesqueiras nestas regiões.

Apesar da limitada quantidade, os trabalhos existentes têm contribuído para a compreensão das formas em que se expressam a presença e o aporte da mulher no universo da atividade pesqueira de pequena escala, e por quais modificações têm passado esta participação. Sobretudo, tais estudos buscam compreender como os impactos das transformações econômico-sociais e ambientais sobre a atividade pesqueira têm influenciado a atuação da mulher no setor. Neste contexto, alguns estudos se dedicam a retratar o processo de constituição das mulheres em

trabalhadoras da pesca, visíveis no universo econômico, e sua transição para sujeitos políticos (MANESCHY, 1995; MANESCHY & ALMEIDA, 2002).

O objetivo particular de tais abordagens vem sendo não apenas descrever a situação de gênero no âmbito pesqueiro, senão determinar em que medida estas mulheres podem ser consideradas hoje, como *pescadoras* ou *trabalhadoras da cadeia produtiva pesqueira*; ou ainda agentes expropriados e mesmo explorados dentro do cenário de definitiva mercantilização da pesca de pequena escala em grande parte do país (BECK, 1989; DIEGUES, 2004). Neste sentido, estes estudos podem contribuir a gerar discussões e abrir novas perspectivas de ação no nível das políticas públicas para reverter o quadro geral de invisibilidade e exclusão, tanto das comunidades de pesca quanto da mulher, cenário que tende a intensificar a posição de desvantagem em que se encontra, em especial, a mulher trabalhadora e a mulher pobre (MANESCHY et. al, s/d; WOORTMAN, 1992). E este é passo fundamental para que elas conquistem condições dignas de trabalho e acesso a direitos laborais e seguridade social, que resultem em melhor qualidade de vida e na conquista de sua cidadania.

De fato, o interesse acadêmico nas populações pesqueiras, e não propriamente na atividade de pesca, ocorreu tardiamente em comparação a outros movimentos sociais do Brasil, e teve sua repercussão mais evidente em estudos na área de Antropologia. Segundo MOTTA-MAUÉS (1999), os anos 50 e 60 do século XX marcam o início da trajetória acadêmica relacionada às sociedades pesqueiras<sup>2</sup>, que se amplia na década seguinte principalmente em função do aumento na oferta de cursos de pós-graduação em Antropologia.

Em relação à mulher, MOTTA-MAUÉS (op. cit.) assinala para as mudanças no enfoque de investigação, que passaram por distintas tendências conceituais, sobretudo nas décadas de 70 e 80 – período que retrata o surgimento, desenvolvimento e as mudanças de rumo dos estudos sobre mulher e gênero. No início, a autora observa uma motivação derivada da influência dos movimentos feministas marcando a abertura da academia a essa questão, ao passo que ao fim da década de 80, ocorre uma

---

<sup>2</sup> MOTTA-MAUÉS (1999) menciona MUSSOLINI estudando os ‘caiçaras’ do litoral de São Paulo (década de 50) e RAMOS estudando os pescadores portugueses que atuavam no Rio de Janeiro (década de 60). Entretanto, a autora não oferece as referências completas dos referidos trabalhos.

tendência inversa, de baixa na visibilidade do movimento e intensificação dos estudos na academia, marcados, sobretudo, pelo despertar do interesse da mulher no meio social. Numa perspectiva temporal, a autora aponta que as tendências conceituais foram, até meados dos anos 70, aos papéis sexuais; para o final desta década até meados da de 80, à mulher; e mais para o final dos 80, à análise de gênero, numa perspectiva relacional entre os espaços de homem e de mulher simultaneamente, de forma a compreender as diferenças em contraste.

Entretanto, no Brasil, apenas em 1991 se verifica a primeira produção acadêmica registrada no catálogo de dissertações e teses da Associação Brasileira de Antropologia, cujo tema é a mulher em uma comunidade pesqueira<sup>3</sup> (MOTTA-MAUÉS, 1999).

MANESCHY & ALMEIDA (2002) apontam que apenas a partir da década de 90 têm se disseminado os estudos nesta temática, ainda que de forma tímida, em relação ao conjunto de estudos voltados às sociedades pesqueiras. Autores como ALENCAR (1991, 1993), ALVARES (1997, 2001), MANESCHY (1994, 1995, 2001), MOTTA-MAUÉS (1994, 1999), WOORTMAN (1992) e ALMEIDA (2002) hoje representam os principais estudiosos sobre o tema, além de outros pesquisadores que o tem abordado de forma mais ou menos esporádica.

Embora estes estudos partam de realidades culturais e ambientais distintas - assim como a atividade pesqueira assume variada importância no contexto econômico dos estados onde se desenvolvem tais estudos - existe uma semelhança em relação à situação da mulher na pesca artesanal. No geral, em relação à participação da mulher nas estratégias de sobrevivência das comunidades tradicionais, a literatura geralmente aponta para o tradicional padrão de divisão sexual do trabalho, concedendo algumas tarefas e espaços à mulher, e privando-lhes de outros. Sobre a realidade atual da mulher no espaço de produção da pesca, MANESCHY (1995, p. 161) sintetiza:

---

<sup>3</sup> Vide ALENCAR (1991).

Ontem, como hoje, as mulheres não estão à frente da produção haliêutica (...) De uma maneira geral, permanece o rígido padrão de divisão sexual do trabalho nas comunidades pesqueiras, que distingue os espaços e atribuições masculinas – a pesca no mar, para a obtenção da renda – e femininas – a casa, a produção direta para o consumo, ou, no máximo, a atividade remunerada em caráter complementar.

Entretanto, atualmente as principais críticas sobre os estudos que se focam no papel da mulher e para as relações de gênero nas sociedades pesqueiras têm recaído, principalmente, sobre a generalização da condição da mulher na atividade pesqueira, a partir de um modelo estanque de divisão sexual do trabalho e de uma realidade particular observada (WOORTMAN, 1991; ALENCAR, 1991; ALENCAR, 1993; MANESCHY, 2001). A existência de variadas representações da mulher pescadora e de suas formas de inserção na atividade pesqueira respondem diretamente à diversidade intrínseca da zona costeira, em seus aspectos históricos, culturais, ambientais, econômicos e sociais.

O fato central é que a pesca, no Brasil assim como no mundo, é atividade tradicionalmente exercida pelos homens e, mais do que isso, é sempre pensada, também pelos próprios membros das comunidades pesqueiras, como um domínio essencialmente masculino. Neste sentido, ALENCAR (1993) atenta que esta situação tende a perpetuar na academia o discurso predominante sob a ótica do que aparenta mais evidente, de que “as mulheres não pescam, porque a pesca é trabalho de homem”. No entanto, a autora avalia que esta afirmação surge da prática cotidiana verificada nas sociedades pesqueiras (práxis), cujos valores estão centrados na pesca, que passa a ser a referência maior da vida social e que concede uma divisão do espaço produtivo com identidades e papéis que são incorporados na comunidade.

Ou seja, as críticas sobre a reprodução do padrão estanque de divisão sexual do trabalho na literatura parte do suposto de que os estudos que discorrem sobre comunidades pesqueiras apenas replicam o discurso público que ouve nessas comunidades (WOORTMANN, 1992; ALENCAR, 1993; MOTTA-MAUÈS, 1999) e não consideraram mais especificamente as nuances que podem repercutir em uma realidade em particular, sob condições estruturais e culturais específicas. Para ALENCAR (1993) a generalização em atribuir distância da mulher da atividade

pesqueira decorre da noção de senso comum, que por sua vez, é “fortemente marcado por um viés que está relacionado à ótica dominante, masculina e ocidental, também presente nos discursos públicos das comunidades” (p. 68).

Para MOTTA-MAUÈS (1999), o significado desta “exclusão” da mulher como tema de “estudo” em sociedades ditas “pesqueiras” deve ser algo “bom para pensar” no contexto da discussão sobre a “invisibilização” da mulher acima mencionado (p.3, grifos da autora). Certamente, são fatores que concorrem para a reprodução desta invisibilidade a falta de interesse acadêmico na questão, mas por outro lado, a tendência a aceitação condicionada de que deve se manter na pesca, assim como nas demais esferas da vida em sociedade, o tradicional padrão de divisão sexual do trabalho.

É preciso perceber que na prática, a mulher pode ser encontrada em atividades de pesca, mas que se desenvolvem em momentos, espaços e tempos daqueles distintos do homem (ALENCAR, 1993). Neste sentido, ALENCAR (op.cit.) aponta que não é possível falar de um modelo único de divisão sexual do trabalho, que seja comum às populações costeiras. Principalmente, porque estes modelos surgem da prática, e se ajustam às especificidades históricas, culturais, econômicas e ambientais de cada grupo social.

## 2.2. O ESPAÇO E A SITUAÇÃO ATUAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO LITORAL DO PARANÁ

Os sete municípios que compõem o litoral paranaense (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá) abrigam uma população de 235.840 habitantes, com uma densidade de 38 hab/Km<sup>2</sup>, mas com concentrações populacionais extremamente distintas entre alguns municípios (PIERRI, 2002). Em base a esta população, estima-se que existam 11.000 pessoas, entre pescadores e suas respectivas famílias, que dependam diretamente da atividade pesqueira (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006).

A região costeira paranaense é marcada por disparidades econômico-sociais existentes entre os núcleos populacionais situados nas praias oceânicas (voltadas ao

mar aberto) e aqueles situados nas áreas estuarinas e de fundo de baía, uma vez que estes refletem as diferentes repercussões da ordenação territorial, e conseqüentemente, apresentam diferentes níveis de desenvolvimento econômico atual (ANDRIGUETTO FILHO & MARCHIORO, 2002). As principais oposições se verificam entre a riqueza natural dos espaços costeiros e pobreza social que este sustenta, com evidentes problemas de gestão relacionados ao desenvolvimento e à conservação destas áreas. Concretamente, a região apresenta histórico de conflitos fundiários e adversidades surgidas entre atividades econômicas e a proteção ambiental, e entre estas e a manutenção (e reprodução) das populações locais (TEIXEIRA, 2002).

Para ANDRIGUETTO FILHO & MARCHIORO (2002), as diferenças ambientais e sócio-econômicas da zona costeira paranaense são derivadas:

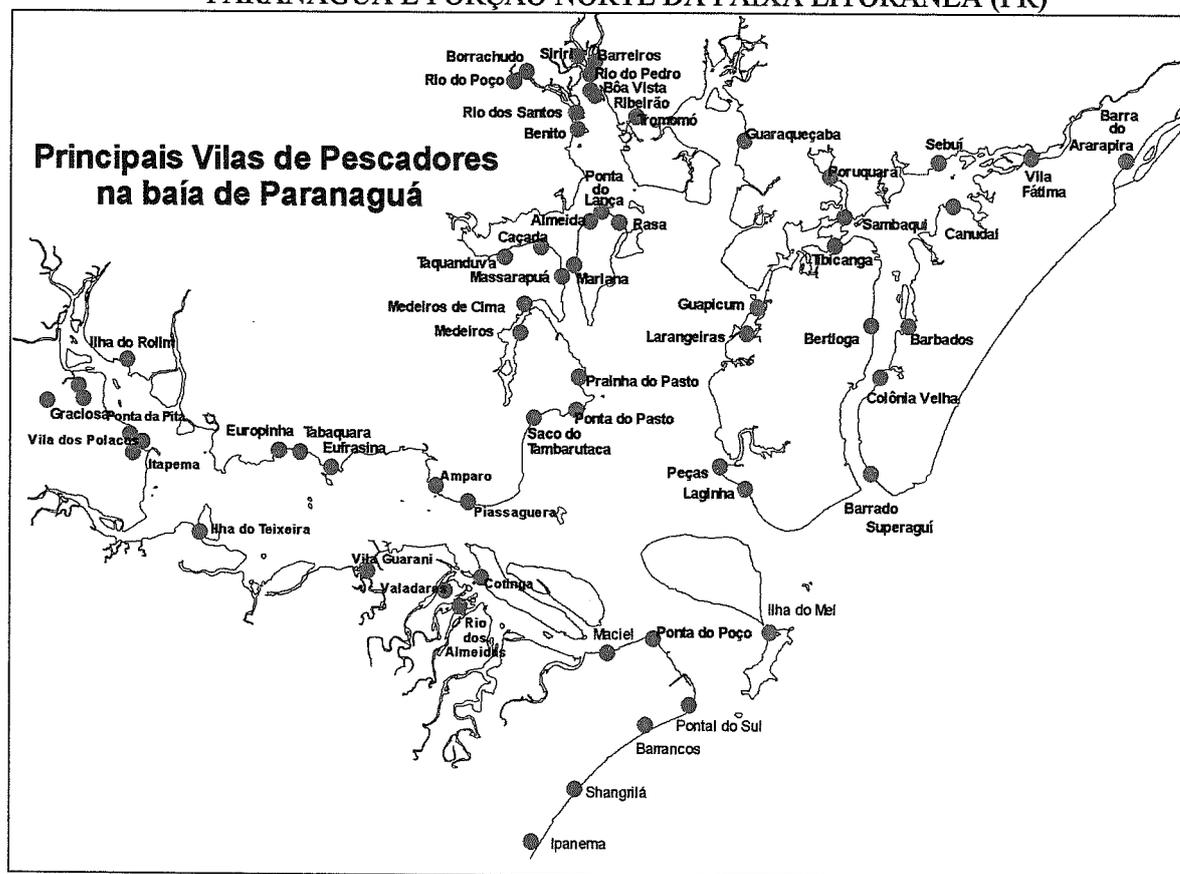
- i) Da variedade de ecossistemas e de atributos do meio físico natural;
- ii) Da diversidade de atividades geradoras de renda baseadas na agropecuária e extrativismos, com variações entre seus níveis tecnológicos e de inserção no mercado;
- iii) Da heterogeneidade de situações culturais e de condições de vida das populações, que convivem ora com o isolamento, ora com a urbanização;
- iv) Da desigualdade de condições de acesso aos recursos, dependentes das possibilidades de posse de terra e capital, dificultadas pela legislação ambiental complexa, e disparidades na inserção no mercado; e
- v) Da disparidade na distribuição urbano-industrial, concentrada principalmente na orla turístico-balneária e região portuária.

De fato, são marcantes as diferenças entre as tendências econômicas e os potenciais existentes no litoral sul, na porção central e extremo norte do litoral (ibid). Por um lado, Paranaguá é considerada o pólo regional do estado, abriga o maior porto exportador de grãos da América do Sul e o mais importante do sul do país, e ainda possui algumas unidades fabris. Por outro lado, aplica-se ao litoral um quadro de subdesenvolvimento generalizado, que não corresponde aos potenciais regionais porque poucos foram adequadamente explorados (como o turismo e o ecoturismo, por exemplo, e mesmo a pesca de pequena escala) (ANDRIGUETTO-FILHO &

MARCHIORO, 2002). Desta forma, o sucesso de algumas atividades tende a mascarar as carências sentidas em outras, resultando em desníveis sociais acentuados. O litoral apresenta, atualmente, um dos mais baixos índices de desenvolvimento de todo o estado (PIERRI, 2002). Atualmente, as regiões identificadas como pólos de crescimento se situam prioritariamente em núcleos urbanos, representados por Guaratuba, Matinhos e Paranaguá (ANDRIGUETTO-FILHO & MARCHIORO, 2002)

Em meio à esta diversidade sócio-econômica e ambiental, distribuem-se cerca de 60 vilas de pescadores, ora rurais ou urbanas, no interior das baías e na orla oceânica (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Estas vilas podem constituir-se em pequenos povoados exclusivamente pesqueiros, muitas vezes com acesso só pelo mar, ou mesmo dispersos por bairros urbanos (cidades e balneários), onde nem toda a população se dedica à pesca (FIG. 1).

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS NA BAÍA DE PARANAGUÁ E PORÇÃO NORTE DA FAIXA LITORÂNEA (PR)



FONTE: PIERRI et al (2005)

Entretanto, existe uma controvérsia no número total de pescadores do litoral do Paraná devido à inexistência de estatísticas sistemáticas e de cruzamento de dados entre os órgãos de gestão pesqueira, que resultam em dados incongruentes quando se trata de distintas fontes de informação. Segundo dados do IBAMA apresentados por ANDRIGUETTO-FILHO et al. (2006), o número total de pescadores registrados no litoral teve um aumento de mais de 39% entre 1989 e 1996, totalizando 6.548 trabalhadores neste último ano. Segundo dados apresentados por RICHTER (2000) do último levantamento elaborado pela EMATER/PR em 1998, o total de pescadores dos seis municípios da orla paranaense somava 4.078, e município de Guaraqueçaba liderava com o maior número, 1.097 pescadores, seguido de Antonina, com 1.040, e Paranaguá, com 1.005.

Atualmente, registrados na SEAP encontram-se 4.200 pescadores, maior parte de Guaratuba, Guaraqueçaba e Paranaguá, número que certamente aumenta à medida que os pescadores cadastrados no IBAMA se regularizarem junto à Secretaria (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Porém, para evitar uma estratégia de formalização trabalhista de não-pescadores em busca de benefícios sociais da categoria, a SEAP realizou em 2005 um recadastramento dos pescadores em nível nacional, cujos dados ainda não se encontram disponíveis.

### 2.3. A ATIVIDADE PESQUEIRA NO LITORAL DO PARANÁ

A pesca marítima no litoral do Paraná acompanha a complexidade inerente aos sistemas naturais e sociais do litoral estado. Por um lado, a variedade de ambientes aquáticos oferece distintos espaços para o exercício da pesca, que se realiza na plataforma costeira, baías e manguezais circundantes, e determina a diversidade de práticas e sistemas de pesca existente (equipamentos e espécies diferentes, espacialmente dispersos). Por outro lado, a origem cultural difusa - agrícola ou estritamente pesqueira - e as distintas procedências migratórias implicam em variações nas formas de usos de outros recursos naturais e fontes de complementaridade produtiva (atividades agrícolas, pesca, caça, extrativismos), que, de acordo com o

contexto geográfico, determinam diferentes níveis de inserção no mercado e de vínculos com centros urbanos para complementaridade também de renda (ANDRIGUETTO-FILHO, 2003).

Historicamente, a pesca de pequena escala representou uma importante vertente econômica no litoral do Paraná por mais de 200 anos (MIGUEL apud NATIVIDADE et al, 2004). Ainda hoje, frequentemente, a pesca desenvolvida atualmente no litoral paranaense é denominada “artesanal”. Também definida por outras expressões – como pesca “costeira”, “tradicional”, “ribeirinha”, “familiar” e, finalmente, de “pequena escala” (ANDRIGUETTO-FILHO, 2002) – sua abordagem e classificação se refere a elementos de organização social do trabalho para identificar como se situa a propriedade dos meios de produção, uso da força de trabalho, formas de organização do processo produtivo, e a repartição dos produtos e benefícios gerados dentro deste sistema pesqueiro (ANDRIGUETTO FILHO et al., 1998; BECK, 1983; DIEGUES, 1983; 1988).

No caso do Paraná, a pesca caracterizada como “artesanal” se refere a uma pesca de pequena escala com intensidade reduzida em base à baixa incorporação tecnológica, principalmente se comparado ao contexto nacional e à heterogeneidade técnica atualmente existente para o exercício da atividade (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Apresenta uma grande diversidade de modalidades técnicas, e pode se realizar, em alguns casos, pelo núcleo familiar que concentra a totalidade das tarefas na cadeia produtiva (produção, beneficiamento e venda); em outros, predomina a organização social de grupos de pesca (“sistema de quinhão”), intermediados por relações de dependência econômica e/ou financeira em diferentes intensidades, às quais se associam ainda, relações de afinidades e/ou de parentesco (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 1998; POLINARI, 1998). Ou seja, os pescadores artesanais estariam nos moldes da pequena produção mercantil, marcada pela restrita capacidade de acúmulo de capital, e uso da força de trabalho própria. Porém, o “sistema de quinhão” que emprega a pessoas não proprietárias das embarcações supõe um tipo de relação capitalista – que são aquelas entre os proprietários dos meios de produção (donos de

embarcações e/ ou redes) e aqueles que trabalham em troca de remuneração pela força de trabalho empenhada (PIERRI, com. pess.<sup>4</sup>).

De todo modo, ainda que a maior parte das pescarias no estado se desenvolva neste padrão de pequena escala, não é possível fazer generalizações. Parece mais coerente apontar a pesca artesanal e de pequena escala como sistema de produção mais difundido no estado, a partir do qual é possível traçar um gradiente crescente de condições materiais e nível tecnológico, passando por uma série de esquemas híbridos entre os sistemas “artesaniais” e “industriais” hoje existentes, para culminar, então, na pesca empresarial/industrial mais desenvolvida, cuja frota se concentra em poucos municípios. Traçar uma caracterização precisa ou um limite divisório entre estes sistemas, no entanto, tem sido tarefa complicada. ANDRIGUETTO-FILHO (2003) representa, hoje, o autor que mais precisamente descreve a atual complexidade na pesca paranaense, apontando as mudanças evolutivas no plano técnico e social e lançando hipóteses sobre as diferenças de identidade entre os sistemas. Em todas as situações, o autor evidencia um gradiente tecnológico da baía em sentido ao mar aberto, e analisa as mudanças evolutivas na pesca particularmente sob influência das transformações no mercado, evolução do turismo, ocupação do solo e complexificação da legislação ambiental (normas de pesca e áreas naturais protegidas), considerando as particularidades de ambas as regiões (estuarinas e litorâneas).

De fato, a principal diferenciação na atividade pesqueira se verifica em função da localização geográfica, assumindo particularidades e tendências próprias quando se trata da pesca em estuário ou em mar aberto (ROUGEULLE, 1993; ANDRIGUETTO FILHO, 2003). E, tanto a localização da área de pesca quanto do núcleo pesqueiro (comunidade de origem dos pescadores) influencia as configurações técnicas e econômico-sociais da atividade pesqueira, pois determinam uma série de fatores que incidem diretamente nas formas de exploração e organização do sistema de produção, a partir de algumas condições que podem ser:

---

<sup>4</sup> PIERRI, N.P., comunicação pessoal durante aulas de Bases Econômicas ministradas ao curso de graduação em Oceanografia da Universidade Federal do Paraná, em abril de 2006.

i) técnico-produtivas, em função das características ambientais locais e da base de recursos pesqueiros que dispõe; ou

ii) econômico-sociais, em relação ao grau de acesso a mercados, nível de comercialização e tipos de venda que possibilita aos pescadores, a partir do posicionamento em relação a centros urbanos.

### 2.3.1. AMBIENTES, TÉCNICAS E RECURSOS PESQUEIROS

O litoral do Paraná possui uma superfície de 6.600 Km<sup>2</sup>. Em meio ao oceano Atlântico, a leste, e a Serra do Mar, a oeste, abrange a porção continental situada entre as latitudes de 25° e 26° Sul. Ao norte, limita-se com o litoral do Estado de São Paulo, ao sul, com o litoral de Santa Catarina.

A faixa litorânea conforma uma planície costeira com aproximadamente 126 km de praias contínuas, interrompidas aos extremos pelas baías de Paranaguá, ao norte, e de Guaratuba, ao sul, que finalizam a zona costeira paranaense em sistemas de desembocadura. Apesar da sua limitada extensão, o litoral do estado reúne características muito peculiares, e uma diversidade de ambientes impressionante, formando um mosaico de paisagens lagunares, estuarinas e marinhas. Um dos principais atributos ambientais desta região é o estado de conservação dos sistemas aquáticos e ecossistemas ao redor, considerado uma das regiões da costa sul-sudeste do país que menos tem sofrido com os impactos de atividades antrópicas (DIEGUES, 1989).

Em geral, a pesca desenvolvida no estado utiliza todo o sistema aquático costeiro, estuarino e marinho, em diferentes intensidades. Em termos de aparato técnico, a principal diferença se verifica entre as áreas abrigadas (estuarinas) e expostas (praias oceânicas e plataforma costeira).

Em termos de diferenciação espacial, nas regiões situadas no interior e arredores das baías, de maneira geral, ANDRIGUETTO-FILHO et al (2006) verificaram a predominância de pescadores autônomos ou quinhoeiros proprietários de instrumentos simples, geralmente praticantes de pesca de subsistência, com excedente

ocasional vendido no mercado para gerar alguma renda – situação que representaria a pesca “artesanal”. Seus instrumentos são, em geral, canoa a remo, conjunto de linha e anzol, gerival (tarrafinhas), e panos de rede para a pesca de caceio ou deriva. Já os pescadores mais apetrechados podem ter quantidade variável de meios de trabalho (equipamentos). Nestas áreas estuarinas ocorrem as seguintes modalidades de pesca: pesca de espinhéis direcionada às espécies bênticas; pesca de fundeio, de caceio e de cerco fixo destinadas às espécies pelágicas e algumas espécies demersais; pesca de “gerival” (apetrecho que consiste na modificação da tarrafa em uma pequena rede de arrasto destinado ao camarão); e a pesca com a rede de filó, destinada à captura da manjuba (ANDRIGUETTO-FILHO et. al., 2006).

Já nas praias oceânicas e na plataforma adjacente são praticadas, principalmente, as pescas de fundeio e caceio, além da pesca de “cambau” nas regiões praias, que também se utiliza de redes de emalhe (de maneira análoga às pescas de caceio e fundeio) (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006).

Na região da plataforma continental interna domina a modalidade da pesca de arrasto de porta, destinada principalmente aos camarões, o mais importante recurso em volume e valor para o estado (camarão sete-barbas, branco e ferro). Já nas pescarias de peixes, tem destaque o fundeio de pescadas e cações, mais difundido e importante economicamente (ibid).

A pesca semi-industrial empresarial existente na costa paranaense é representada, exclusivamente, pela pesca de arrasto de camarão (ANDRIGUETTO-FILHO, 2002; ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Segundo os autores, a pesca de arrasto por “armadores” ou “tangoneiros” seria o único segmento empresarial que melhor se caracteriza como pesca especializada e que possui forte inserção no mercado, e cujos proprietários não participam, necessariamente, da pesca. Esta frota semi-industrial estaria distribuída em maior parte em Guaratuba (Piçarras), e em Paranaguá. Guaratuba também conta com estruturas de pesca voltadas ao beneficiamento e distribuição da produção local. Trata-se de sete salgas instaladas na região (empresas de beneficiamento), e um mercado municipal, além de distintos pontos de desembarque em mercados comunitários em distintos bairros (Caieiras e

Brejatuba). Juntos, estes pontos concentram uma parte significativa da produção pesqueira do estado (RICHTER, 2000; ANDRIGUETTO-FILHO et al, 2006).

Ainda segundo os autores, outra frente de incorporação técnica se evidencia, nem que não na mesma intensidade, em algumas áreas internas do complexo estuarino de Paranaguá, com destaque para a Vila da Barra de Superagüí (Ilha de Superagüí). Nesta localidade, a pesca encontra-se direcionada ao alto-mar, favorecida por seu posicionamento geográfico, com relativo incremento técnico e processos de beneficiamento para o escoamento da produção, ainda que ocorra, predominantemente, intermediação na venda e sua absorção por poucos centros comerciais locais (Paranaguá, Guaratuba e Curitiba). Juntamente com a Vila da Barra de Superagüí, a Vila das Peças e a Barra do Ararapira constituem os principais núcleos de pesca marítima localizados na porção norte do estado (município de Guaraqueçaba), em condições geográficas que possibilitam o acesso facilitado ao mar, e à pesqueiros importantes para a captura de camarão (ROUGEULLE, 1993; IPÊ, 2003).

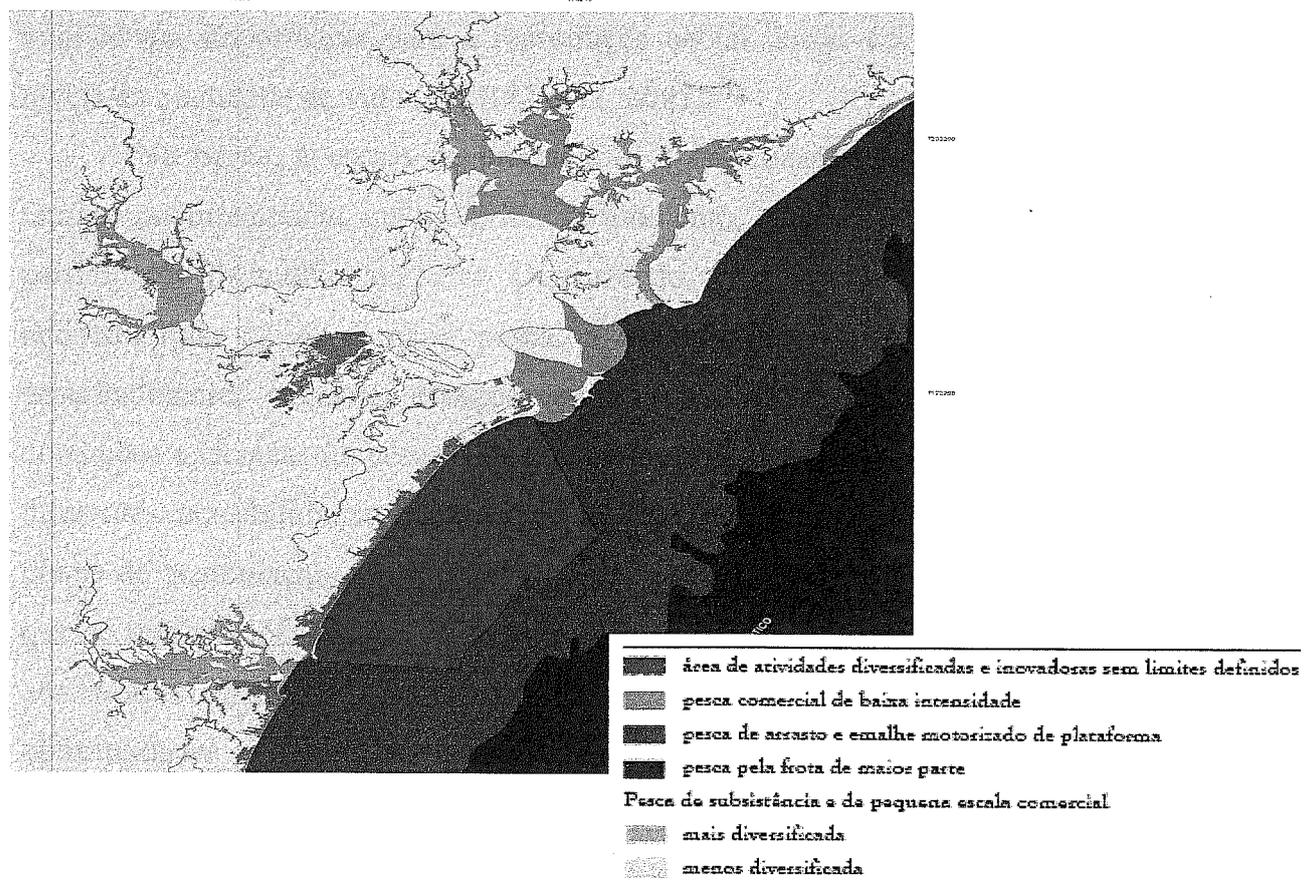


FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA DIVERSIDADE DE SISTEMAS PESQUEIROS NO LITORAL DO PARANÁ

#### 2.4. A ATUAÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO LITORAL DO PARANÁ<sup>5</sup>

Atualmente, as comunidades pesqueiras existentes no estado possuem acesso diferenciado a alternativas econômicas, com situações onde a pesca ainda se mantém como principal, senão, como único meio de vida. E, em cada contexto, as mulheres possuem diferentes formas de inserção econômica, e em diferentes intensidades, seja em atividades ligadas à pesca, ou fora dela. De modo geral, seu papel na complementaridade da renda doméstica ou como mão-de-obra junto ao núcleo familiar

<sup>5</sup> Este capítulo sintetiza as informações obtidas na fase inicial da pesquisa desenvolvida pelo Laboratório sócio-Ambiental (CEM-UFPR), disponível em PIERRI et al (2005). Verificar bibliografia consultada.

implica em importância para a reprodução social destas comunidades e eleva seus níveis de qualidade de vida (PIERRI et al, 2005).

Na pesca, a escala de produção e a organização social do trabalho são os fatores que direcionam, em um primeiro momento, quais as possibilidades e formas de participação da mulher no setor. Discorrendo sobre a questão, PIERRI et al (2005) apontam que, assim como a pesca, a inserção das mulheres nela se diferencia, principalmente, segundo espaços geográficos, que estariam supondo diferentes condições e técnicas de pesca, tipos de embarcações e esforços de trabalho, e também diferentes possibilidades de inserção na atividade, no sentido de exigir diferentes níveis de acumulação de capital dos pescadores. E ainda, o componente geográfico - que se refere a localização da comunidade na baía ou em mar aberto e sua distância aos centros urbanos - estaria supondo diferentes níveis de acesso ao mercado e a oportunidades econômicas, dentro e fora da pesca, e também, a serviços sociais básicos, que viabilizam ou potencializam o trabalho e proporcionam mais qualidade de vida. Em cima disso, a presença ou não de turismo se institui como um diferenciador importante (PIERRI et al, 2005).

Segundo PIERRI et al (op.cit.), é possível afirmar que, de modo geral, a população das comunidades pesqueiras estuarinas depende mais da pesca do que as aquelas situadas em mar aberto, onde a proporção de pessoas que trabalham fora do setor é maior. Além de que, nestas últimas, foram evidentes as melhores condições de vida em decorrência da oferta de serviços sociais e maior diversidade ocupacional, derivadas da existência de centro urbano e atividade turística.

Em relação a localização geográfica da comunidade/área de pesca, o ambiente se mostrou determinante de condições mais ou menos favoráveis para ter acesso a serviços sociais e recursos naturais, dentro dos limites físicos e à menor disposição ao risco que as mulheres encontram-se submetidas. Por este fato, PIERRI et al (2005) apontam a baía (com águas mais tranquilas) como espaço mais favorável que o mar aberto para a mulher no tocante à navegação e à exploração, uma vez que oferece condições para captura de recursos do mangue seja para coleta ou cultivo, nas redondezas de sua casa, para o consumo da família ou para comercialização, servindo

como uma fonte de renda complementar. Já nas comunidades de mar aberto, as mulheres se inserem em trabalhos não vinculados a captura em si, como o beneficiamento e a comercialização, tarefa realizada tanto para os produtos pescados e coletados pelos membros da família (inclusive por elas mesmas) quanto para terceiros que intermediam a produção.

No tocante às condições econômicas, a situação de maior ou menor pobreza relativa das famílias não se mostrou, para as autoras, tão claramente como fator determinante das formas de inserção da mulher na pesca. Porém, as autoras atentam ao fato de que a própria evolução histórica das formas de inserção da mulher na pesca sugere que elas somente se dispuseram ou conquistaram sair de suas casas para trabalhar, como consequência da pressão econômica decorrente da crise do setor, para reforçar as condições de sobrevivência estrita, e de reprodução enquanto pescadores. E, quando se trata de atividade que depende de terceiros como, por exemplo, um emprego, essa oportunidade pode simplesmente não se efetivar, ao contrário da coleta de recursos do mangue, por exemplo, que pode ser uma atividade auto-regulada, e, portanto, representar importante opção, seja para prover ao consumo ou complemento de renda;

Associado aos dois elementos anteriores (localização e condição sócio-econômica), PIERRI et al (2005) afirmam que têm-se o tipo de pesca ou coleta praticada nos diferentes lugares, de acordo com a base de recursos pesqueiros e possibilidades de investimento em meios de produção, o que por sua vez, opera como demandante de serviços. E é em função do tipo de sistema de produção pesqueiro que as mulheres são demandadas em certos lugares para certos tipos de trabalhos e não outros, ou ainda, mesmo sob demandas a primeiro momento similares (a exemplo do descasque de camarão), elas podem estar submetidas a condições de trabalho completamente distintas, de acordo com a estrutura e capital existente para a pesca (seja diretamente no local de desembarque, na praia; em mercados de peixes locais ou manipulando máquinas de descasque nas indústrias).

O quarto elemento que mostrou influência na forma de envolvimento da mulher na pesca foi a proximidade com o centros urbano e a presença do turismo. Os

centros urbanos se mostraram eficientes para otimizar a comercialização dos produtos a medida que facilitam a venda e ainda, permitem melhor preço pela possibilidade de suprimir mais facilmente os atravessadores. Além disso, permitem acesso a serviços como educação e creche, e atendimento à saúde, que são fatores que possibilitam a saída da mulher de sua casa para trabalhar, em um contexto com maior diversidade de espaços de trabalho. Em relação ao turismo, sua influência muitas vezes se deve à sua posição de dinamizador da economia local, oferecendo clientes e melhores preços para os produtos, e também, maiores possibilidades de empregos. É nesse sentido que sua presença, maior ou menor, nas comunidades faz diferença na inserção da mulher no espaço de trabalho.

Apesar da significância e da diversidade de formas que a mulher aparece inserida no setor pesqueiro paranaense, PIERRI et al (2005) descrevem a recorrente falta de reconhecimento de seus trabalhos, sendo até mesmo uma percepção compartilhada pelas próprias mulheres. De um modo geral, as diferentes atividades que as mulheres assumem na pesca mantêm-se atreladas às responsabilidades domésticas, e passaram a ser reconhecidos por elas mesmas como atividades específicas à sua condição de esposas. E partir dessa concepção, estas trabalhadoras se intitulam como “mulher de pescador”, e suas atividades na pesca como contribuições despercebidas no universo do trabalho e da economia. E uma vez limitada a consciência sobre a importância de seu papel, a busca pelos direitos comuns à categoria dos profissionais da pesca e de igualdade de benefícios torna-se uma realidade ainda mais remota.

### **3. ÁREA DE ESTUDO**

#### **3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA COMUNIDADE E ACESSOS**

A comunidade da Vila “da Ponta” das Peças situa-se na costa sudoeste da ilha do mesmo nome, localizada nas coordenadas geográficas 25°27’6” S e 48°20’0” W, no litoral norte do estado do Paraná, Brasil (FIG. 3 e 4). A Ilha das Peças apresenta

uma larga porção de faixa arenosa que se estende praticamente por toda a área onde se situa a comunidade, que ora cede lugar a vegetação de manguezais ao norte, e de restinga à Oeste (CUNHA et al, 2004).

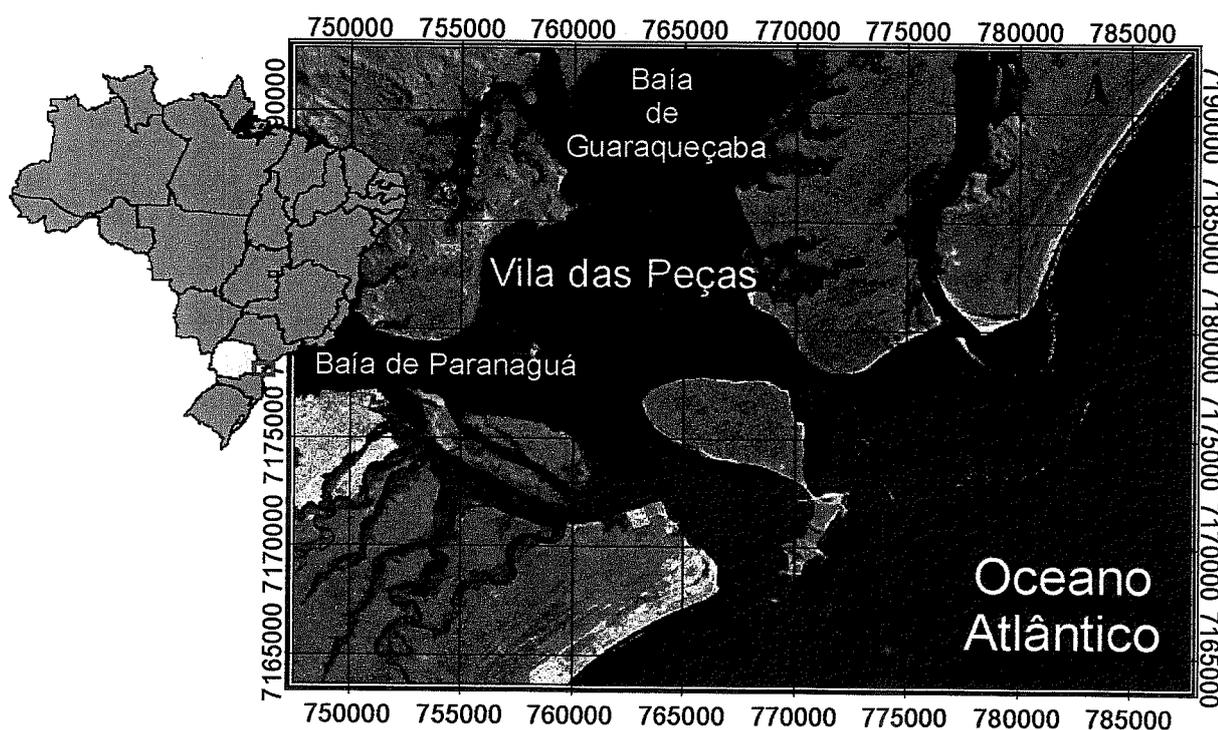


FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DA ILHA DAS PEÇAS, PARANÁ, BRASIL.

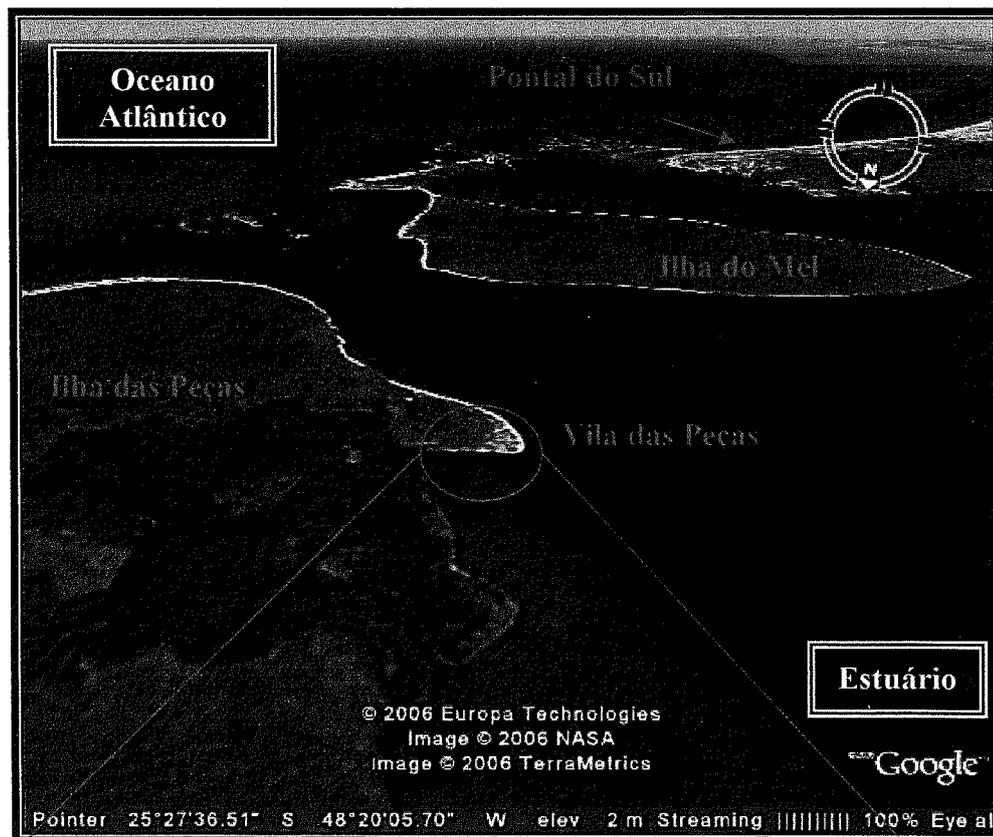


FIGURA 4 - IMAGENS AÉREAS DA DESEMBOCADURA DA BAIJA DE PARANAGUÁ, (GOOGLE EARTH) E DETALHE DA VILA DAS PEÇAS (FOTO AÉREA CEDIDA PELO LABORATÓRIO DE OCEANOGRAFIA COSTEIRA E GEOPROCESSAMENTO CEM/UFPR)

Localizada no município de Guaraqueçaba, a Ilha das Peças integra o PARNA do Superagui, que é formado pelas Ilhas de Superagui, das Peças, Pinheiro e Pinheirinho, e uma porção continental que abrange o Vale do Rio dos Patos (IPÊ, 2002). Por sua vez, o PARNA de Superagui faz parte da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, que abrange (além de seu município sede) parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campinas Grande do Sul.

Os onze núcleos populacionais situados na área do PARNA distribuem-se nas Ilha de Superagui e das Peças, e estima-se a população total das duas Ilhas em cerca de 1200 habitantes (VIVEKANANDA, 1999). Na ilha de Superagui são seis comunidades (Barra do Superagui, Colônia do Superagui, Barbados, Canudal, Fátima e Barra do Ararapira) e na Ilha das Peças, outras cinco (Guapicum, Tibicanga, Laranjeiras, Bertioga e Ponta das Peças), sendo esta última, atualmente, a maior delas (ibid).

O Parque Nacional do Superagui é uma unidade de conservação de caráter restritivo quanto à manutenção de população em sua área, ou ao desenvolvimento de práticas extrativistas ou produtivas em geral. No entanto, das doze comunidades que integram a Unidade, as três maiores (Vila das Peças, de Superagui e de Ararapira) situam-se fora dos limites territoriais do PARNA, enquadrando-se como Zona de Amortecimento, área concebida como “zona de transição” por estar contígua ao parque. No entanto, tais vilas encontram-se submetida à regulação ambiental semelhante a que se aplica às demais vilas que integram, fisicamente, a Unidade de Conservação (IPÊ, 2002).

O acesso à Ilha das Peças a partir da capital do Estado do Paraná (Curitiba) se dá pela BR 277 até Paranaguá de onde é possível tomar um barco regular com destino a Guaraqueçaba, com parada para desembarque na Vila das Peças. As saídas de Paranaguá são diárias, geralmente em dois horários distintos (manhã e tarde), com duração média de 1 hora e 30 minutos no trecho até a Vila. A partir de Pontal do Sul ou de outras localidades costeiras ao longo do estado, é necessário fretar uma embarcação para chegar à Vila das Peças ou quaisquer comunidades da Baía de Paranaguá.

O trajeto também pode se dar via Guaraqueçaba, saindo de Curitiba, pela rodovia BR-227 até o município de Antonina e depois pelas PR-440 e PR-405 até Guaraqueçaba, percorrendo-se um total de 180 km, aproximadamente. Da sede do município é possível utilizar a mesma embarcação que também parte rumo Vila das Peças, seguindo o trajeto inverso, com destino final em Paranaguá.

Um outro trajeto possível quando se parte de São Paulo, é a partir da cidade de Cananéia ou da Ilha do Cardoso, no litoral do estado, onde se pode acessar a comunidade da Barra do Ararapira ou percorrer o Canal do Varadouro para acessar as demais localidades. A passagem interna pelo canal facilita o acesso continental à Ilha das Peças via estuarina (PERFIL DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, 2003).

Segundo CUNHA et al (2004), a comunidade de Vila das Peças distancia-se 10 milhas náuticas (cerca de 18 km) da sede do município de Guaraqueçaba e 11,32 milhas náuticas (cerca de 20 km) da sede do município de Paranaguá.

Aparentemente, sua posição resulta estratégica por possibilitar maior acesso aos centros urbanos de Paranaguá e Guaraqueçaba, o que supõe melhores condições de relações comerciais, acesso a bens de consumo, e insumos produtivos diversos. Além disto, favorece o contínuo aporte de visitantes, seja pelas embarcações regulares ou deslocamento autônomo. No entanto, a comunidade não se abstém totalmente das limitações impostas à uma condição insular de vida, sofrendo carências, principalmente nas áreas de saúde, ensino, comunicação e alternativas de trabalho e de renda fora da atividade pesqueira.

### **3.2. PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO DA VILA DAS PEÇAS**

De acordo com ANDRIGUETTO-FILHO (2002) e ANDRIGUETTO-FILHO & MARCHIORO (2002), a Ilha das Peças apresenta-se como uma vila de origem paranaense antiga, que juntamente com as Ilhas de Superagui e Ilha do Mel, apresentava-se em situação de estagnação (dados de 1996), com densidade demográfica de baixa a média e crescimento populacional de médio a negativo. Economicamente, se caracteriza como comunidade exclusivamente pesqueira, na qual

o pescador não se relaciona diretamente ao mercado, senão, intermediado por atravessadores.

Atualmente, a Vila das Peças se favorece do acesso a serviços sociais básicos que são indícios de qualidade de vida nem sempre comum às demais localidades do município. A partir dos anos 90 a vila sentiu significativa melhora na infra-estrutura básica com o fornecimento de energia elétrica (1995), ligação de água potável (1997) e de telefone (2002), o que estimulou a chegada de turistas e a compra de terrenos e residências por veranistas.

A população residente na comunidade, atualmente, é de aproximadamente 321 pessoas e constituída por 230 habitações, das quais 73 são de veranistas que marcam sua presença nos finais de semana, feriados e principalmente durante a alta temporada de verão (dezembro a fevereiro). Excepcionalmente, durante a Festa de São Sebastião, padroeiro da Vila, em 20 de janeiro, o fluxo de visitantes chega a 5.000 pessoas (BROCK, 2005).

#### 4. MÉTODOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A primeira fase da pesquisa consistiu na revisão bibliográfica sobre o tema geral da pesca e a inserção da mulher nela, assim como o ordenamento e análise da informação secundária existente sobre o caso do Paraná e da Vila das Peças.

Na fase de produção de informação primária, se utilizaram diversas técnicas que geraram dados quantitativos e qualitativos. Realizou-se observação visual, entrevistas não estruturadas, observação-participante, e entrevistas semi-estruturadas. A estratégia de pesquisa se definiu em função dos distintos níveis de pesquisa adotados:

- 1) esfera comunitária, referente à caracterização sócio-econômica da Vila e ao panorama evolutivo e atual da atividade pesqueira;
- 2) específico sobre o papel social e econômico da mulher na Vila, nos quais foram levantados distintos aspectos e utilizados diferentes instrumentos de pesquisa.

Para a caracterização geral da Vila das Peças foram levantados dados em relação à população permanente e temporária, condições de vida, trabalho e saúde, infra-estrutura e serviços disponíveis. As informações foram coletadas em base à observação visual em campo, e também mediante entrevistas a informantes qualificados considerados informantes-chave da comunidade por possuírem papéis de representantes que justificaram a escolha destes (como o presidente da Associação de Moradores; o professor da Escola Estadual, a Agente Comunitária de Saúde e um morador que realizou o levantamento do perfil da população da vila) (PIERRI et al, 2005; 2006). Em relação aos dados sobre a população, é preciso considerar que tratam-se de estimativas derivadas do conhecimento acumulado pela Agente de Saúde através do acompanhamento periódico de crianças e famílias que realizada na Vila. E, ainda que a Associação de Moradores já dispusesse do número total da população da Vila, estes dados foram complementados por informações geradas por Renato Pereira de Siqueira, que contabilizou o número total de áreas de serviço e de habitações da vila, e diferenciou a ocupação das residências entre nativo-morador, nativo-veranista, veranista, estimando a população permanente da comunidade. No total, foram quatro entrevistas abertas, realizadas nos dias 19 e 20 de junho de 2006.

Para levantar o panorama da atividade pesqueira na Vila, se desenhou um questionário para realizar entrevistas semi-estruturadas, junto a informantes qualificados identificados na comunidade (ANEXO I). Para a escolha dos informantes, a preferência foi por reunir pescadores que representassem diferentes categorias sócio-econômicas e práticas de pesca, a fim de gerar dados significativos e equivalentes sobre as distintas realidades de pesca existentes na comunidade, e ainda, que estivessem presentes moradores mais antigos e com idades suficientes para contribuir na reconstrução da evolução das estratégias produtivas na Vila das Peças, nos últimos 30 anos (os extremos das idades dos entrevistados foram 21 e 76 anos). Com este objetivo, foram entrevistados pescadores mais antigos que ainda pescam em lanços, ou utilizam apenas canoas; pescadores de praia, com apetrechos (instrumentos) simples (tarrafa e linha); pescadores mais jovens, “desapetrechados” (sem instrumentos de

pesca), que trabalham como “quinhoeiros”<sup>6</sup> proprietários de diferentes tipos de embarcações. Além destes, foram direcionadas entrevistas exclusivas para pessoas que exercem algum papel chave entre os pescadores, a exemplo do principal e mais antigo atravessador da Vila, e um ajudante de um outro intermediador. No total, foram treze entrevistados, dos quais apenas a dois foram aplicados questionários estruturados, devido à desconfiança dos moradores da Vila com órgãos de ordenamento e fiscalização da pesca (SEAP, IBAMA, etc). Neste sentido, se mostraram mais significativas e confiáveis as informações obtidas de maneira informal, em diálogos e entrevistas abertas, direcionadas com base em tópicos pré-definidos pela pesquisa-base, o que justificou a preferência por este instrumento para as onze entrevistas subsequentes. Para uma estimativa da frota atual da vila, foi realizado um levantamento visual e fichamento das embarcações locais (motor e remo), por tipo e proprietário, e o perfil de apetrechamento observado. A coleta dos dados contou com a ajuda de Renato Pereira de Siqueira, morador da Vila das Peças. Tanto as entrevistas como o levantamento da frota da Vila ocorreram entre o período 14 a 20 de julho de 2006. Em relação às informações sobre a evolução das estratégias produtivas na Vila, que constavam no questionário estruturados e foram mantidos como tópicos base para as entrevistas abertas, as informações geradas foram contextualizadas em base à dados anteriores disponibilizadas por Renato Pereira de Siqueira, resultado da compilação de informações coletadas por ele em registro de depoimentos orais de moradores antigos, cujos resultados fazem parte de um projeto de resgate e valorização da cultura caiçara na Vila das Peças. Alguma parte destas informações encontra-se em apostila intitulada “A história da Ilha das Peças contada por seus moradores”, como parte do projeto CULTIMAR, desenvolvido pelo Grupo Integrado de Aqüicultura e Estudos Ambientais (GIA) da Universidade Federal do Paraná. Tais informações, confirmadas e somadas àquelas obtidas com as entrevistas abertas, compuseram o capítulo subsequente que abre a apresentação dos resultados, e que descreve o histórico das estratégias produtivas na Ilha das Peças.

---

<sup>6</sup> Quinhoeiro é como se chama cada membro da tripulação de pesca, assim denominado por trabalharem com um sistema de partilha conhecido por “quinhão”: o total obtido é dividido em duas partes, uma para o barco, sua manutenção e despesas da saída, e a outra parte para dividir entre os pescadores.

Sobre o papel social e econômico da mulher na Vila, as diferenças metodológicas foram em função dos tipos de trabalho das mulheres na Vila, que justificaram a adoção de distintos focos. Os tipos de trabalho remunerado identificados foram os seguintes: (a) trabalho vinculado à pesca; (b) empregos formais e informais, permanentes ou eventuais, não vinculados à pesca; (c) trabalho cooperativo auto-gerado e gerenciado por grupos de mulheres organizadas. Somou-se ainda, entrevistas às duas mulheres que foram presidentes da Associação de Moradores.

No caso do trabalho vinculado ao setor pesqueiro, identificou-se em etapas prévias que o mais estendido e permanente tratava-se da atividade de descasque. O local e suas condições, assim como a organização do trabalho, se identificaram mediante observação visual, com registros fotográficos, e através de observação participante da pesquisadora que se integrou em várias oportunidades ao trabalho, junto com as mulheres da Vila. O histórico e a dinâmica do trabalho de descasque se identificaram mediante entrevistas não estruturadas mantidas como diálogos informais durante estas ocasiões de observação participante, e fora dela, com algumas das trabalhadoras mais acessíveis, com idades distintas, a fim de acompanhar o processo de mudança. Para a reconstrução da evolução das mudanças no papel econômico da mulher, estes diálogos constituíram a fonte principal. Para caracterizar o grupo de descasqueiras, e identificar o que representa seu trabalho na reprodução familiar e social geral, aplicou-se uma entrevista semi-estruturada a uma amostra de aproximadamente 50% do total de mulheres identificadas como trabalhadoras mais permanentes, totalizando 15 entrevistas. A constatação da quantidade total de mulheres no grupo aconteceu durante as etapas anteriores da pesquisa, e apenas após ser verificado um padrão mais constante na formação do grupo, que conteve no máximo, em torno de 30 mulheres, foi definido o número de entrevistas. Foram levantados os dados populacionais básicos (idade, estado civil, nível educacional), o conjunto de atividades remuneradas que realizam e o peso econômico de cada uma, em termos de % na renda familiar total (ANEXO II). Todo o processo de acompanhamento do trabalho aconteceu entre os dias 09 a 26 de agosto de 2006, sendo que a aplicação das entrevistas ocorreu entre os dias 14 a 18 deste mês.

Para identificar os tipos de trabalho ocupados pelas mulheres não vinculados diretamente à pesca, foi realizada observação visual, complementadas pelas entrevistas abertas aos informantes qualificados (representantes), realizadas na primeira fase da pesquisa.

Para estudar as atividades auto-geradas e gerenciadas por grupos organizados de mulheres aplicou-se um questionário semi-estruturado às líderes dos 3 grupos atualmente em funcionamento, que, além dos dados básicos da entrevistada e seu grupo familiar, levantou sua composição, estrutura e funcionamento, histórico de sua formação, principais conquistas e problemas (ANEXO III). Estas entrevistas aconteceram entre os dias 29 de julho e 02 de agosto de 2006.

As informações das entrevistas semi-estruturadas aplicadas às descascadeiras foram organizadas em banco de dados utilizando o programa Access 2003, aos efeitos de processar os dados quantitativos. A análise das mesmas foi feita mediante a leitura percentual. As demais informações foram analisadas qualitativamente, ainda que tenham sido armazenadas em banco de dados também pelo programa Access 2003.

TABELA 1 – QUADRO GERAL DA METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

	Linhas de análise	Informantes-chave	Método	Informações
Nível Comunitário	Caracterização geral da Vila das Peças	- Paulo Teodoro Dias (Presidente da Associação de Moradores) - Elenilda Santiago (Agente Comunitária de Saúde) - Fernando Brock (professor da Escola Estadual) - Renato Pereira de Siqueira (morador e pesquisador autônomo)	- Entrevistas abertas junto aos Informantes identificados;  - Observação visual em campo, com registros fotográficos;	- Situação sócio-econômica da comunidade, em relação às condições de vida, trabalho e saúde (infra-estrutura e serviços disponíveis).
	Evolução das estratégias produtivas na Vila das Peças e panorama atual da atividade pesqueira na comunidade	- Renato Siqueira - Jovanildo Pereira - Dona Nair e Seu José Martins de Siqueira - Maria das Neves e Seu Josino Pereira - Sr. João Versílio Pereira - Dona Rosina e Seu Azito Pereira - Dona Elenilda e Seu José Carlos Santiago - Dona Madalena Pires - Jaime (atravessador)	- Entrevistas semi-estruturadas ou abertas (de acordo c/ preferências do entrevistado)  - Observação visual e fichamento das embarcações (motor/ remo).	I. Dados do entrevistado II. Histórico do povoamento da vila; III. Evolução da pesca na comunidade, e o papel das mulheres neste contexto; IV. Oportunidades e atividades relacionadas ao turismo;  I. Estimativa da frota total da vila, por tipo e proprietário (perfil de apetrechamento da vila).
Papel Econômico e Social das Mulheres	Trabalho feminino vinculado à pesca	- Mulheres do grupo de descasque (15 entrevistadas, 50% do grupo mais permanente nesta atividade)	- Entrevistas semi-estruturadas (aplicação de questionário 2)  - Observação visual, com registros fotográficos; - Observação participante no descasque;  - Diálogos informais em ocasião da observação participante	I. Dados populacionais básicos (idade, estado civil, nível educacional); II. Atividades remuneradas que realiza; III. Composição do domicílio e atividades do grupo familiar; IV. Acesso à benefícios sociais;  - Identificação do local, condições, e organização do trabalho;  - Histórico e dinâmica deste trabalho.
	Demais espaços de trabalho da mulher na Vila	- Empregos formais e informais, permanentes ou eventuais, não vinculados à pesca, realizados pelas mulheres na comunidade;	- Levantamento visual e entrevistas abertas para o fichamento dos trabalhos;  - Entrevistas abertas a informantes qualificados	I. Características e condição de realização dos trabalhos (vínculo empregatício, atividades exercidas, remuneração).
	Espaços de trabalho auto-gerados: as iniciativas de associativismo feminino	<u>Líderes dos grupos de mulheres:</u>  - Cozinha Comunitária Clube de Mães (Ilda Xavier) - Cozinha Comunitária Mulheres Solidárias “D. Lurdes” (Maria das Neves Pereira) - Berço dos Golfinhos (Neli dos Santos)	- Entrevistas semi-estruturadas (aplicação de questionário III)	I. Dados do entrevistado (c/ trajetória ocupacional) II. Informações do grupo: origem, funcionamento, conquistas, problemas; III. Dados do grupo familiar.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. SITUAÇÃO GERAL DA VILADAS PEÇAS

#### 5.1.1. Histórico das estratégias produtivas da comunidade<sup>7</sup>

Já no final do século XVIII, aproximadamente em 1890, a reconstituição dos modos de vida na época apontou que a Ilha das Peças possuía núcleos populacionais interligados por caminhos pelos quais a população da ilha migrava de forma mais ou menos constante, para a realização de atividades produtivas específicas a cada ambiente. Na trajetória da ocupação da Ilha das Peças, o processo de uso e reconfiguração do espaço se dava de forma contínua. As comunidades deslocavam-se constantemente, em busca de locais onde era certa a ocorrência ou “safras” de determinados recursos, fossem estes para a alimentação, matéria-prima para manufatura, ou mesmo abrigo. As condições mais propícias para estabelecer morada eram determinadas, principalmente, por características fisiográficas da paisagem e composição da biodiversidade de cada ambiente em particular (mata, mangue, rio, praia). Era preciso identificar ainda, áreas com solo e cobertura vegetal mais propícia aos cultivos agrícolas onde se estabeleceriam as roças “de coivara”, sendo preciso também, organizar espaço de forma a facilitar estratégias e a distribuição de armadilhas para defender as roças do ataque de animais, o que acontecia com certa frequência e representava grandes perdas de alimento.

Entre os anos de 1910 e 1930, a Ilha possuía uma diversidade de comunidades espalhadas ao longo de sua costa, entre as quais as mais “permanentes” eram representadas principalmente pela Vila da Ponta das Peças, Guarituba, Ponta do

---

<sup>7</sup> O breve histórico de povoamento e trajetória de exploração da Vila das Peças foi resultado da compilação de informações coletadas por Renato Pereira de Siqueira, em registro de depoimentos orais de moradores antigos e da representação espacial contida nos mapas mentais de uso e ocupação, de 1900-1940, elaborados pelo autor (2004). Foram somadas, ainda, entrevistas abertas e diálogos informais com os mesmos moradores antigos, através da construção da genealogia das famílias hoje residentes na vila, seguindo a trajetória de vida das gerações passadas de modo cronológico, de forma a recompor as linhas de migração e ocupação da Ilha. As datas mais precisas, para fornecer o espaço de tempo estudado, foram recuperadas nos túmulos das famílias consideradas.

Indaiairo (ou Indaiatuba), Guanantuba, Bertioça, Tibicanga, Guapicum, e Laranjeiras. Entre estas, a Vila da Ponta das Peças era a maior em população, chegando a cerca de 20 famílias, que correspondiam a aproximadamente 100 pessoas, já instituídas nesta área onde até hoje permanece a vila atual. Em Guarituba, por sua vez, haviam 4 famílias e cerca de 21 pessoas. Não se sabe qual a população existente na Ponta do Indaiairo, porém, sabe-se que esta concentrava importante contingente populacional na década de 1920, mas que foram migrando quando se intensificou o processo de erosão de praia. Durante o desaparecimento desta “ponta”, situada à frente da Ilha de Superagui, a maior parte da população se direcionou à outra ilha, dando início a Vila da Barra de Superagui. Outra parte seguiu margeando a Ilha das Peças rumo sudoeste, passando por Guarituba e se estabelecendo, mais tarde, na Vila da Ponta das Peças.

De modo geral, o surgimento das vilas da Ilha das Peças acompanhou um fluxo de povoamento que partiu da região norte de São Paulo, a partir de Cananéia, passando por Ararapira e se bifurcando em duas tendências particulares de ocupação: uma parte veio pelo interior, pela região de Ariri (SP), adentrando ao litoral do Paraná pelo Vale do Rio dos Patos, em Guaraqueçaba; e a vertente veio margeando a costa, seguindo a Ilha de Superagui, e chegando a Ilha das Peças.

As distintas zonas de ocupação ofereciam ambientes de exploração diferenciados a estas populações em sua trajetória, e determinaram características particulares de povoamento e de estratégias para a sobrevivência. A linha do interior, marcadamente vinculada aos recursos da mata, tinha a caça como principal atividade de subsistência. Já a linha costeira permaneceu ligada aos recursos do mar, tendo a pesca como principal meio de vida. Ambas vertentes tinham a roça como atividade complementar, representando, uma fonte complementar de alimento.

No entanto, esta caracterização não é excludente, e não considera que cada “linhagem” de ocupação seja alheia às demais formas de exploração do ambiente. Pelo contrário, a complementaridade produtiva comumente atribuída às populações caiçaras parece resultar da miscigenação destas duas veias produtivas principais, que, por sua vez, já são derivadas da inclusão de elementos de outras culturas (principalmente a

indígena, européia e negra, esta última em menor proporção). O que de fato determina maior ou menor inclinação para o mato ou para o mar, cultivos ou extrativismos, parecem ser características culturais em função das condições de subsistência mais imediatas que eram proporcionadas à população.

A estruturação da própria Vila da Ponta das Peças como núcleo populacional até os dias atuais teve como principais determinantes algumas características do ambiente apontadas pelos moradores mais antigos:

i) a direção do vento e o canal da corrente de maré, concebidos como elementos que norteavam a migração dos peixes no trajeto entre os rios e canais interiores da Ilha para a desembocadura da baía, rumo ao mar, ou seja, local de passagem certa de cardumes e garantia de boas pescarias;

ii) existência de fontes de água, cuja responsabilidade de provisão e lavagem de roupas estava a cargo das mulheres, e não poderiam ser em locais muito distantes do povoado para que não precisassem se afastar demasiado da vila; e

iii) a proteção da faixa de marmelo distribuída na porção sudoeste da Ilha, favorecendo o abrigo em terra e em mar às adversidades do tempo e das marés.

Em um segundo momento, após o estabelecimento do povoado, a “Ponta” das Peças se consolidou como Vila central pela favorável posição como área de porto e para a navegação - com facilitadas condições de atraque e abrigo das embarcações, e saída otimizada rumo aos centros urbanos mais próximos. Tais condições foram determinantes ao estabelecimento de uma base comercial ativa na vila, motivando a criação de uma vida social mais permanente e estruturada.

Apesar da fixação da população em uma vila em particular, seu estabelecimento não representava um limite à circulação de pessoas. As migrações diárias mantiveram-se ativas por longo período, para a realização de atividades rotineiras - ora como práticas produtivas, ou necessidade de novos bens ou matéria-prima de origem mais distante (caças, coletas em geral, mananciais, escambo de mercadorias, comercialização, etc), de um ou vários dias, de sazonalidade variada, sendo freqüentes até a atualidade.

Hoje, este tipo de migração se realiza nas Vilas da Ilha das Peças principalmente em busca de melhores condições para a pesca, ao passo que as migrações permanentes acontecem em busca de fontes alternativas de empregos e renda, possibilidades de evolução nos estudos e melhores condições gerais de vida (IPÊ, 2003a).

De fato, CUNHA et al (2004) apontam um dos aspectos característicos das comunidades da região de Guaraqueçaba: que, embora estivessem inseridas desde o início da colonização européia nas redes da pequena produção mercantil, o faziam em grau de maior ou menor intensidade de acordo com períodos históricos particulares no contexto dos diferentes ciclos econômicos da região. Neste sentido, os autores afirmam que a relação com o mundo externo se dava de forma tênue, limitada, inclusive, pelas condições geográficas locais, mas que concediam às comunidades estuarinas certo grau de auto-suficiência do mercado diante da disponibilidade de exploração direta dos recursos naturais. As formas de organização econômica apontadas por CUNHA et al (2004) para esta autonomia voltam-se, de fato, à pesca e/ou à lavoura, alternando-se conforme a época, de acordo com as especificidades do meio-ambiente natural – da terra, do mar e do rio, exploradas mediante tecnologia rústica ou artesanal.

#### 5.1.2. Cenário sócio-econômico atual

A pesca é a principal atividade econômica realizada atualmente na Vila das Peças, e ainda que não seja trabalho de toda a população, é a fonte de renda fundamental da comunidade. Mais ainda, a pesca define a rede de relações sociais e econômicas na vila, em função das necessidades e afinidades que a atividade determina. A organização social existente por detrás da pesca fundamenta muitas das relações de poder na vila, assim como a sua perpetuação. Atualmente, os pescadores mais apetrechados para o exercício da pesca são, geralmente, aqueles que tiveram um histórico de comércio na Vila, pois tiveram condições para acumular certo capital. Esta condição parece comum às principais comunidades da região de Guaraqueçaba (SPVS,

1992). De fato, dados do projeto de manejo da pesca desenvolvido pelo IPÊ em seis vilas do entorno do Parque do Superagui, constataram que a pesca profissional responde por 85% (oitenta e cinco por cento) da renda das famílias situadas nesta região (IPÊ, 2003b).

A literatura interpreta que a atividade pesqueira local atualmente apresenta-se como uma interface entre os extremos opostos dos sistemas técnicos que dominam a pesca no estado, estando entre os sistemas artesanais e industriais, ainda que nesta última tenha escala de produção e incorporação técnica reduzida. ANDRIGUETTO-FILHO (2002) afirma que a pesca na Vila das Peças, quando realizada nos rios e áreas abrigadas da baía, se caracteriza pelo uso de técnicas mais simples, em escala reduzida, com produção voltada tanto à subsistência quanto ao mercado (dependendo das necessidades mais imediatas da família, e do valor comercial da captura). Quando destinada à plataforma costeira e áreas estuarinas mais afastadas, se caracteriza como pesca de pequena/ média escala já especializada (sistema de arrasto de portas voltado ao camarão), cuja produção é predominantemente voltada ao mercado, e os grupos de pesca se estruturam em base a relações capitalistas por vezes sobrepostas a afinidades e relações familiares. E mantém-se no caso desta comunidade, a intermediação na cadeia produtiva (CUNHA et al., 2004).

Fora da pesca, são limitadas as alternativas de renda para a população da vila, sendo a maioria delas realizada em caráter eventual (prestação de serviços), e poucas representadas por empregos formais, sempre restritos ao setor público (escola, posto de saúde e correio). A construção civil também é um ramo presente fora da pesca, mas a articulação com esta se mantém, devido à eventualidade de construções e reformas na Vila. Esporadicamente, algum morador da Vila especializado no ramo assume uma empreitada em Paranaguá.

Interessante notar que as mulheres são responsáveis pela criação e gestão dos três grupos cooperativos existentes na vila, dois direcionados à prestação de serviços no ramo alimentício, e um de artesanato. Trata-se de uma possibilidade ímpar para geração de renda e são de grande relevância ao atender a demanda local de produtos para consumo diário, por integrar mercearias e padarias.

Fora do âmbito pesqueiro, verifica-se o potencial crescente da atividade turística e de veraneio como demandante de serviços diversos, em caráter, ora eventual, ora mais permanente. Quando se trata de atividade sazonal (representada pelo turista/visitante) as demandas se direcionam aos estabelecimentos comerciais, para alimentação, hospedagem e artesanato. Neste caso, o aporte econômico pode ser semanal ou anual, vinculado aos finais de semana e feriados, ou limitados à temporada de verão. De forma mais permanente, predomina a atividade de veraneio, caracterizada pela maior permanência de turistas na vila, em segundas residências particulares adquiridas por estes na década de 80. Neste caso, a geração de renda acontece por intermédio da prestação de serviços, sejam voltados à manutenção das casas durante o ano (caseiros para limpeza, jardinagem, concertos gerais), como os vinculados à estadia desta população na vila, relacionados à alimentação (estabelecimentos locais e encomendas particulares de bolos, tortas, etc), lavagem de roupas, e atividades de lazer (passeios de barco, venda de isca para pesca esportiva, limpeza dos pescados após a captura, etc). Destas, a venda de iscas se constitui em atividade de significativa expressão econômica, sendo a forma mais direta e a mais lucrativa de venda de camarão dos pescadores da comunidade.

É entre os proprietários de estabelecimentos comerciais particulares, e entre estes e a população, onde fica mais evidente a diferenciação econômica e social. Os comércios na comunidade vão de pequenas mercearias ou bares, a restaurantes maiores, freqüentados por um turismo de elite<sup>8</sup>.

A pequena parcela que, de fato, é capaz de sobreviver principalmente da atividade turística é representada, hoje, por estes poucos estabelecimentos de maior porte que se beneficiam do turismo de elite. No entanto, estas famílias não se desvincularam da pesca, que representa sua segunda atividade econômica, em tempo empregado e renda gerada.

---

<sup>8</sup> Estes restaurantes maiores realizam reservas através de rádio amador, aceitando encomendas de pratos excepcionais ao cardápio, à escolha do cliente. E ainda, dispõem de serviços para manobra e atraque das embarcações, geralmente lanchas e veleiros, realizados por moradores da vila.

TABELA 2 - ESTABELECIDAMENTOS COMERCIAIS NA VILA DAS PEÇAS (2006)

<i>Estabelecimentos Comerciais</i>	
<b>Pousadas</b>	Pousada do Carlinhos Pousada e Restaurante Teodoro Dias
<b>Restaurantes e Lanchonetes</b>	Cozinha Comunitária Clube de Mães Cozinha Comunitária de D. Lurdes Restaurante Iná II Restaurante Recanto da Ilha Restaurante Teodoro Dias Restaurante Beira Mar Bar e mercearia Alvorada Mercearia do Jaime Lanchonete Bom Abrigo
<b>Artesanatos e souvenirs</b>	Grupo de Artesanato Berço dos Golfinhos Loja na Onda

FONTE: Dados de campo, 2006.

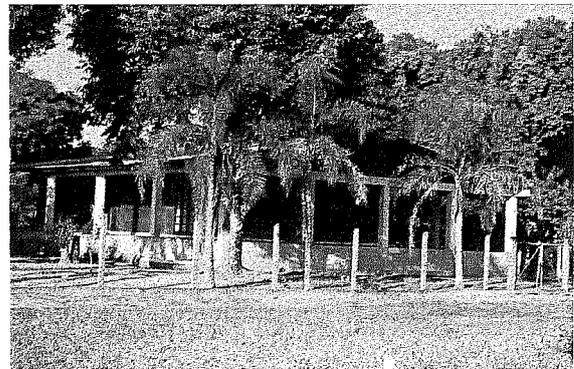
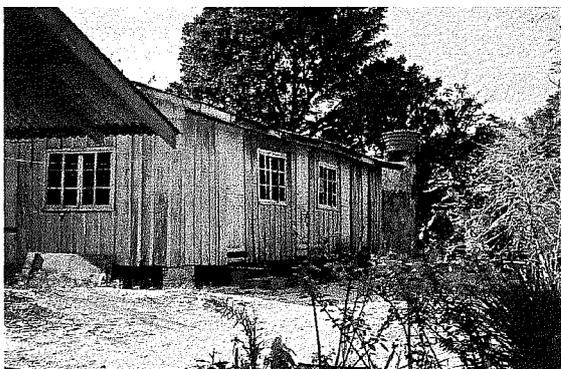
Mais recentemente, a maricultura de ostras tem mostrado potencial capacidade de desenvolvimento como alternativa econômica, tendo sido estimulada na comunidade por instituições externas. Hoje, quatro cultivadores dedicam-se à atividade, que tem apresentado boa aceitação pelos turistas, chegando a vender ostras para a ilha vizinha (Ilha do Mel). De fato, o cultivo de organismos aquáticos é apontado como potencial estratégia para se desenvolver de forma complementar à pesca (por não exigir dedicação integral), podendo incluir o trabalho de mais membros da família, e ainda é capaz de manter o pescador ligado ao ambiente marinho e à sua região, desestimulando a migração por oportunidades de emprego e renda. E ainda, pode representar um favorável alívio da pressão sobre os estoques naturais (SPVS, 1992; CALDEIRA, 2004).

### 5.1.3. A influência da ocupação turística nas condições de vida local

O processo de especulação imobiliária teve início em meados de 80, tendo seqüência após a implantação do PARNA do Superagui em 1989, quando ocorreu uma rápida expansão da quantidade de residências e a sua concentração em um espaço reduzido. Devido à ausência de regularização fundiária e controle efetivo dos lotes no

decorrer da crescente visibilidade turística da região, encontra-se em estágio avançado o processo de apropriação do espaço por especuladores e veranistas locais, sobretudo vindos de Paranaguá e Curitiba.

Os atuais modos de ocupação da Vila das Peças podem ser comparados com o padrão verificado em 1989 por CUNHA et al. (2004). Segundo os autores, em 1989 a Vila contava com uma população de 300 pessoas, e possuía um total de 66 casas, das quais 52 pertenciam a nativos, 11 a turistas e 3 encontravam-se desocupadas. ROUGEULLE (1993) afirma que no já início dos anos 90 a Vila estava, com 70 casas, não alinhadas e concentradas na porção sudoeste da Ilha. Atualmente a comunidade é formada por 230 habitações sendo 98 casas de nativo-morador, 21 de nativo-veranista, 73 de veranistas e 38 áreas de serviços, ocupadas por uma população permanente de 321 pessoas (SIQUEIRA<sup>9</sup>, com.pess.). Hoje, a diferença social entre veranistas e moradores tradicionais se evidencia na aparência das casas bastante claramente (FIG. 4 e 5).



FIGURAS 5 E 6 - EM CONTRASTE, CASA DE NATIVO MORADOR, À ESQUERDA, E DE VERANISTA, À DIREITA.

Isto significa que em um espaço de 15 anos, a população local se manteve quase constante (com pequeno crescimento, de 21 pessoas entre 1989 e 2006), mas passou a viver no dobro de casas (52 casas em 1989 e 98 em 2006), supondo unidades familiares menores (5,8 hab/ residência em 1989, frente a 3,3 hab/residência hoje).

<sup>9</sup> Renato Pereira de SIQUEIRA, morador da vila que elaborou recente croqui sobre a configuração espacial e perfil de propriedade das residências na vila (2005), e gentilmente cedeu os dados à equipe.

Enquanto que, no mesmo período, os turistas multiplicaram mais de oito vezes sua apropriação do espaço (8,5) (PIERRI et al., 2005).

Na fase inicial da apropriação imobiliária, em 1989, vale ressaltar a ausência de energia elétrica na comunidade, assim como a falta de água encanada e de posto de saúde adequado. Porém, já existia a disponibilidade de transporte regular no trajeto Paranaguá - Vila das Peças – Guaraqueçaba, oferecido duas vezes por semana, fato que certamente promoveu o acesso à comunidade (CUNHA et al., 2004). Para os autores, a especulação imobiliária e o crescimento urbano configuram-se para a vila como principais fatores de alteração da paisagem física e diferenciação social local.

O contraste sócio-cultural decorrente do processo de maior contato com os centros comerciais e do convívio mais permanente com os turistas interferiu diretamente nos padrões de vida e hábitos de consumo da comunidade, alterando a percepção sobre a necessidade de dispor de dinheiro, e instituindo outras formas para obtê-lo. Esta situação causou, gradativamente, a transição das práticas de subsistência para alternativas variadas de geração de renda como principais meios de vida para a população.

A apropriação turística interferiu também nos espaços produtivos tradicionais da comunidade, particularmente para a pesca (FIG. 6). Hoje, é expressiva a ocupação da orla marinha pelas residências de veraneio, e a prática de navegação esportiva incide em locais onde se realizam maior parte das pequenas pescarias - na faixa costeira e desembocadura do Rio das Peças (onde se situam os “lanços”).



FIGURA 7 – ESPAÇO MARINHO COMPARTILHADO ENTRE NAVEGAÇÃO ESPORTIVA E PESCARIAS DE BEIRA DE PRAIA. DETALHE PARA O LANÇADOR DE TARRAFA, E PARA OS GALHOS QUE SERVEM DE AMARRAÇÃO DE REDES DE ESPERA, NA COSTA.

No entanto, é recorrente a imagem do turista como “benfeitor” da comunidade, diante das oportunidades proporcionadas à população por sua presença ou visita. Em muitos casos, o turista cumpre funções de assistência social ou econômica, providenciando atendimento médico ou transporte aos moradores doentes para os centros urbanos, tramitando o acesso a benefícios sociais e trabalhistas, intermediando cursos para a população da vila, subsidiando fundos para a Associação e Moradores, etc.

Hoje, todas as habitações descritas dispõem de energia elétrica desde 1995 e rede de água encanada desde 1997, e a comunidade conta com quatro telefones públicos dispostos em três locais da vila, que foram instalados em 2002. Em meio às moradias locais, na área central, localizam-se a escola estadual e a municipal, duas igrejas (católica e batista), um posto de saúde e uma agência do correio. O salão comunitário da Associação de Moradores e o campo de futebol se constituem em espaços de festa e lazer (no entanto, o salão atualmente encontra-se emprestado à escola estadual, que está em reforma). Identificou-se ainda a existência de um cemitério atual, situado a leste da ilha (o antigo encontrava-se em área que sofreu erosão, e está submerso).

No entanto, a elevada movimentação turística da temporada, somada à ocasião da Festa de São Sebastião<sup>10</sup>, tem gerado implicações sócio-ambientais sérias, devido à grande demanda de serviços que requer tamanha população, e que freqüentemente tem comprometido a eficiência em vários deles: no abastecimento de água; na capacidade de suporte de saneamento; e no armazenamento, coleta e retirada de lixo da Ilha.

Entretanto, a especulação e ocupação imobiliária na Vila das Peças esta sob processo de reordenamento e fiscalização, sendo que, atualmente, a situação fundiária do Parque encontra-se em estágio de regularização, por parte do IBAMA e da Secretaria do Patrimônio da União<sup>11</sup>. Na tentativa de deter a irregularidade na ocupação da área de proteção ambiental, em 2002, teve início o mapeamento e demarcação das propriedades existentes nas vilas do entorno do Parque, a fim de emitir os Contratos de Concessão de Uso para os moradores tradicionais, garantindo-lhes o direito de permanência, já que nunca detiveram o título da terra.

Todavia, as atuais residências de veraneio existentes na Vila não foram desapropriadas, mas pagam tributos diferenciados pelo imóvel, cujos elevados valores tendem a desestimular a sua manutenção, ou compra de outros que estão à venda por alguns proprietários. Desta forma, o cenário de ocupação turística de segundas residências tende a manter-se estagnado, e possivelmente não se reduzirá, diante da baixa probabilidade dos moradores locais voltarem a adquirir estas habitações, ou seja, estas casas provavelmente continuarão pertencendo a pessoas externas à comunidade.

## 5.2. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA VILA DAS PEÇAS

O atual panorama da pesca na Vila das Peças reflete o conjunto de mudanças ao longo da trajetória de desenvolvimento da atividade, particularmente nos últimos 30 anos. Tais mudanças dizem respeito, principalmente, à disseminação das relações de mercado, ao surgimento da concorrência e da incorporação técnica, com implicações

---

<sup>10</sup> São Sebastião é o santo padroeiro da vila, e sua comemoração acontece em 20 de janeiro e permanece por três dias, quando a comunidade chega a receber de 3000 à 5000 pessoas (BROCK, com. pess.).

<sup>11</sup> Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Sustentável do entorno do Parque Nacional do Superagüi – Guaraqueçaba/PR (2003).

práticas muito particulares na organização da cadeia produtiva interna à Vila. De fato, a pesca na região de Guaraqueçaba já aparece na literatura como a primeira e principal atividade da região a se inserir no universo da economia de mercado, a partir da decadência da agricultura no início da década de 60 (SPVS, 1992).

A diversidade de estratégias e técnicas de pesca desenvolvidas na Vila das Peças apresenta correspondência com a localização privilegiada da Ilha, que se situa em ambiente estuarino, mas próximo à entrada da Baía de Paranaguá, o que facilita o acesso à plataforma costeira. Atualmente, a frota da Vila se distribui entre a pesca nos tradicionais espaços e “pontos de pesca” (lanços e pesqueiros ao longo do Rio das Peças<sup>12</sup>) e Baías de Pinheiros e Laranjeiras; porém, dedica-se, cada vez em maior intensidade, às capturas na margem continental e na plataforma costeira adjacente. Esta tendência tem conferido destaque à Vila, que hoje constitui um dos principais núcleos de pesca marítima de Guaraqueçaba, junto com Barra do Superagüi e Barra do Ararapira (IPÊ, 2003; CUNHA *et al.*, 2004).

Atualmente, muitas mudanças se manifestam no interior dessa atividade, tanto em relação às técnicas e ao ritmo produtivo, como ao nível das relações de trabalho, nas formas de tratamento e comercialização do pescado e em termos de repartição dos benefícios econômicos (CUNHA *et al.*, 2004).

### 5.2.1. FROTA PESQUEIRA

A evolução temporal da atividade pesqueira na Vila das Peças, em relação ao perfil de propulsão das embarcações, pode ser visualizada em dados compilados por ROUGEULLE (1993), somados aos de CUNHA *et al.* (2004) e aos dados levantados pela pesquisa de campo referentes ao ano de 2006.

Nota-se que a quantidade total de embarcações na Vila passou de 97 embarcações em 1963, para 70 em 1980 - queda de 27,8% no período. No entanto, provavelmente tal redução não significa uma redução da capacidade de frota, mas de sua concentração. No tocante às diferenças entre sistemas de propulsão dos

---

<sup>12</sup> Nos lanços de pesca, geralmente se localiza um rancho de pesca, onde ficam guardados os apetrechos de seu proprietário. Já os pesqueiros representam pontos de pesca preferenciais a certas espécies, e podem estar a distâncias variadas da costa.

embarcações, enquanto em 1963 o remo movia 87,6% das embarcações, ao início da década de 80 a sua representatividade não passou de 28,6% do total da frota. Por outro lado, mesmo com a quantidade total de embarcações diminuindo no período considerado (em 27,8%), o número de embarcações motorizadas praticamente quadruplicou, passando de 12 para 50 unidades, ao passo que o número de canoas reduziu-se na mesma proporção, em mais de três quartos (de 85 para 20 unidades). Este incremento na motorização corresponde exatamente à época em que tiveram início os programas da EMATER de transferência de tecnologia aos pescadores, em meados de 70 (SPVS, 1992). É preciso considerar que incremento de motorização sugere aumento em capacidade de pesca, bem como de surgimento de novos tipos de embarcações (FIG. 7, 8, 9 e 10).

Já na década de 90, CUNHA et al. (2004) verificaram que a frota local na Vila manteve o padrão altamente motorizado da década anterior: das 67 embarcações locais registradas pelo IPARDES (1989), 79% eram movimentadas a motor. E ainda, tratava-se de uma frota variada, composta de embarcações de porte e formatos distintos, na qual predominavam as traineiras, baleeiras e botes<sup>13</sup>.

Interessante notar a manutenção no número de embarcações motorizadas entre as décadas de 90 a 2006, que se manteve em 53, ao passo que a quantidade de embarcações a remo teve importante retomada em quantidade total, em 78%. Possivelmente, esta nova realimentação na quantidade total de canoas no início dos anos 90 tenha correspondência ao período em que se iniciaram as restrições nas práticas agrícolas e extrativistas à partir da criação do Parque Nacional de Superagui (1989), e que certamente impeliu grande parte da população para o trabalho no ambiente aquático, de uso menos restritivo. De fato, a ambiente estuarino se mostra favorável para a navegação e exploração, onde o uso de instrumentos simples (linha ou gerival, por exemplo) é capaz de garantir, ao menos, subsistência.

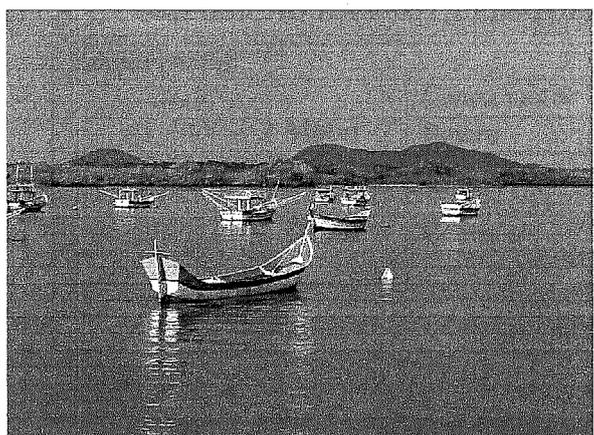
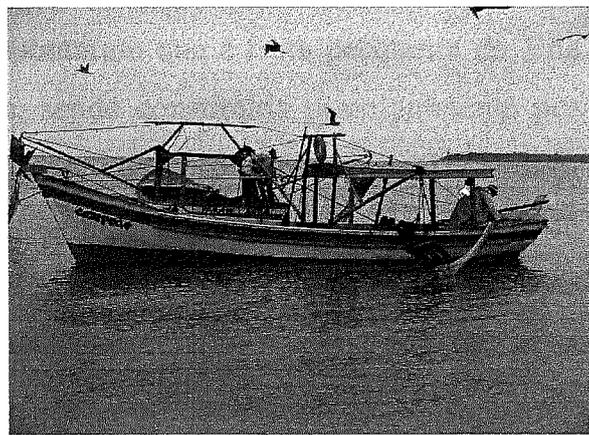
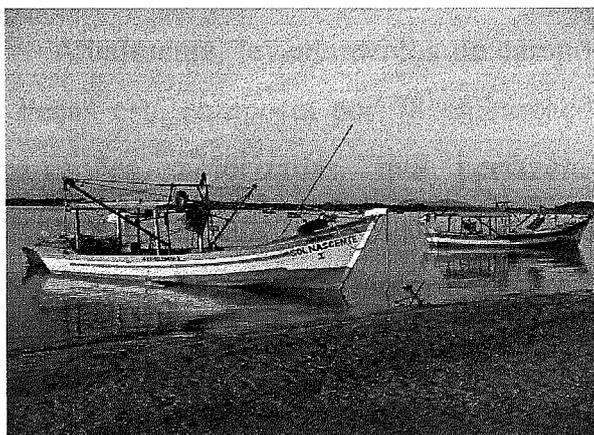
---

<sup>13</sup> As denominações e características em detalhe das embarcações podem ser encontradas na literatura, a exemplo de CHAVES et al (2002) e ANDRIGUETTO-FILHO et al. (no prelo)

**TABELA 3 - EVOLUÇÃO NO Nº TOTAL DE EMBARCAÇÕES NA VILA DAS PEÇAS NAS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS (1960, 1980, 1990, 2000)**

Evolução no Nº total de embarcações na Vila das Peças							
1963		1980		1990		2006	
Motor	Remo	Motor	Remo	Motor	Remo	Motor	Remo
12	85	50	20	53	14	53	25
Total = 97		Total = 70		Total = 67		Total = 78	
12,4%	87,6%	71,4%	28,6%	79,1%	20,9%	67,9%	32,1%

FONTE: ROUGELLE (1993); CUNHA et al. (2004) e pesquisa de campo (2006)



**FIGURAS 8, 9, 10 e 11 - TIPOS DE EMBARCAÇÕES MOTORIZADAS VERIFICADAS NA ILHA DAS PEÇAS. ACIMA, EMBARCAÇÕES DENOMINADAS DE BOTES, UTILIZADAS PARA ARRASTO DE CAMARÃO. ABAIXO E À ESQUERDA, CANOAS DE DISTINTOS PORTES.**

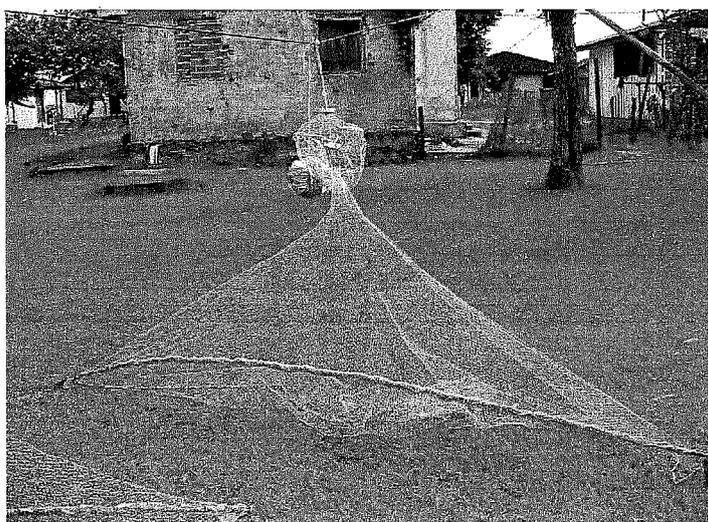


FIGURA 12 – INSTRUMENTO DE PESCA CONHECIDO POR “GERIVAL” OU “TARRAFINHA”.

Atualmente, levantamentos de campo apontaram que a frota pesqueira da Vila das Peças está composta por 78 embarcações, sendo constituída principalmente por embarcações motorizadas, que perfazem quase 68% da frota local. Destas, praticamente a metade das embarcações são botes (45,2%), ao passo que as demais são representadas por canoas a motor (32%), e por bateras (22,6%). As canoas a remo na Vila somaram 25, compondo um total de 32% da frota.

TABELA 4. COMPOSIÇÃO DA FROTA PESQUEIRA ATUAL DA VILA DAS PEÇAS

Embarcações	Subtotais		Total
Propulsão	Motor	Canoa motor	17 (32,1%)
		Batera	12 (22,6%)
		Bote	24 (45,2%)
	Remo	Canoa	25 (32,1%)
Frota da Vila das Peças			78

Fonte: Dados de campo (2006)

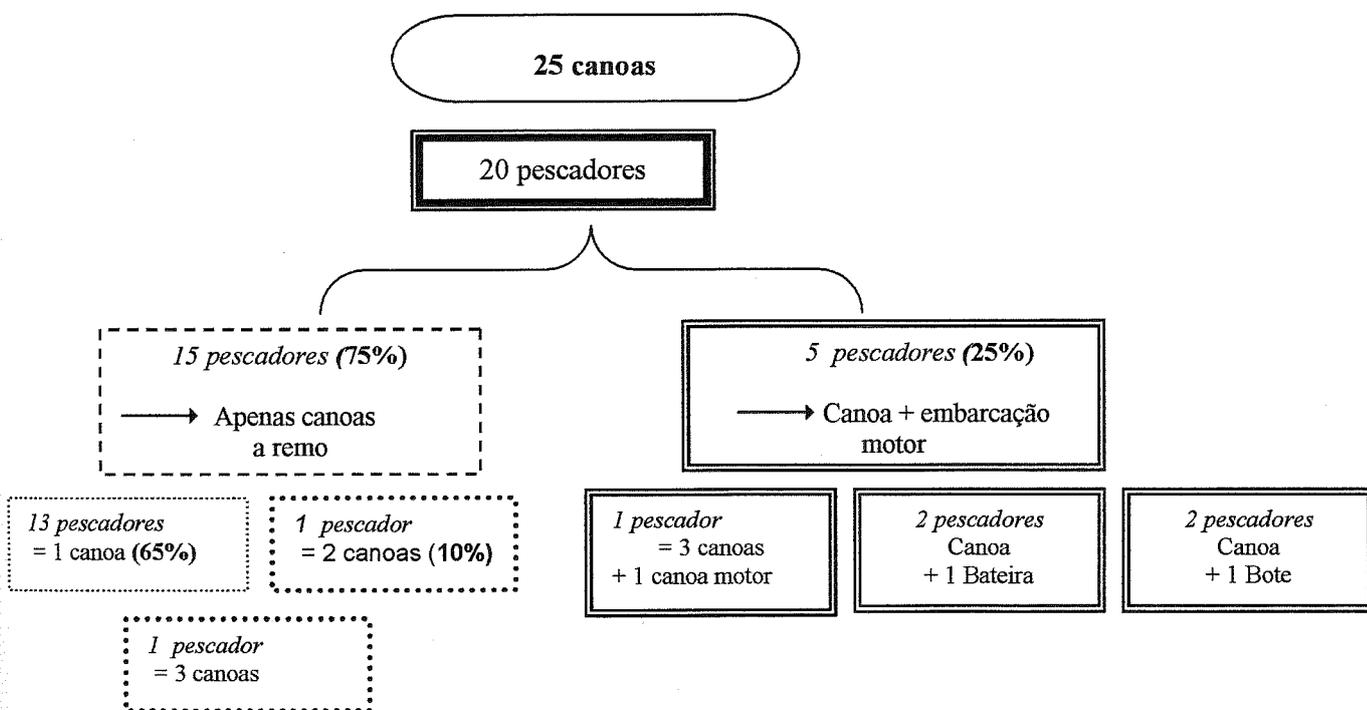
Dados anteriores mais recentes sobre a frota da Vila datavam de 2003, quando foram catalogadas 38 embarcações a motor em diagnóstico sobre a atividade pesqueira na Vila, elaborado pelo IPÊ. Deste total se compunham 14 canoas motorizadas, 9 bateras e 15 botes. O principal incremento, de então até os dados do censo atual, foi maior parte representado pelos botes, categoria que quase duplicou a quantidade de

embarcações na Vila, passando hoje, para 24 do total da frota. Já a canoa a motor passou de 14 para 17, e as bateras de 9 para 12, atualmente.

Em relação ao perfil de propriedade das embarcações na Vila, a distribuição dos 78 embarcações que hoje compõem a frota se mostrou um tanto desigual, mas com significativas discrepâncias em alguns casos particulares.

Em relação às canoas à remo, o total de 25 averiguadas na Vila são de propriedade de 20 pescadores, dos quais 65% possuem apenas uma única canoa a remo (FIG. 12). Apenas 2 pescadores (10%), do total destes 20 proprietários possuem mais de uma canoa (um pescador tem 2, e outro tem 3 canoas). Por outro lado, os pescadores que possuem, além da canoa, outra embarcação à motor perfazem 25% do total de proprietários de canoas, o que representa 5 pescadores. Destes, 2 deles são proprietários também de uma bateira cada; outros 2 de um bote cada; e um deles possui, além de 3 canoas à remo, uma canoa à motor.

FIGURA 13 - CENÁRIO DE PROPRIEDADE DAS CANOAS A REMO NA VILA DAS PEÇAS





FIGURAS 14 E 15 - CANOAS DE PROPULSÃO A REMO, DAS QUAIS ALGUMAS SÃO, OCASIONALMENTE, UTILIZADAS TAMBÉM A VELA.

Em relação às embarcações motorizadas, a maior concentração verificada foi de 3 embarcações à motor por pescador (dois botes e uma bateira), no entanto, um dos dois botes deste proprietário foi apreendido pela fiscalização por atuação irregular, e a atual multa já ultrapassa o valor da embarcação. Hoje, o quadro de propriedade acumulada é de, no máximo, duas embarcações motorizadas por pescador (TABELA 6).

TABELA 5 - MAIORES CONCENTRAÇÕES DE POSSE DE EMBARCAÇÕES À MOTOR NA VILA

QUANTIDADE E TIPO DE EMBARCAÇÃO	Nº DE PROPRIETÁRIOS
Bateira + bote	2
2 botes	1
2 canoas motor	1
1 canoa motor + 3 canoas remo	1
Total = [ ] 7 embarcações a motor (13,2% do total da frota motorizada)	Total = 5 pescadores

Isto quer dizer que das 53 embarcações motorizadas existentes na Vila, 7 delas são de pescadores que possuem mais de uma embarcação, e destas 7, 6 se concentram entre 4 pescadores que já possuem outra embarcação também motorizada.

Contabilizando o total de pescadores e suas respectivas embarcações descritas acima (incluindo embarcações a remo e motor), chega-se a um número de 24

pescadores, que detém a propriedade das 25 canoas existentes na Vila, e 11 do total de embarcações á motor. Isto quer dizer que as demais 42 embarcações motorizadas da frota se distribuem entre os demais pescadores da comunidade, estimados em 110 homens acima de 16 anos, e cerca de 90 homens entre 16 e 50 anos (idade economicamente ativa). Se considerarmos que 50 anos não se verifica, na prática, como limite ao exercício da atividade pesqueira, os pescadores que não possuem nenhuma embarcação ficam em torno de 44 homens, o que inclui também idosos, que podem ou não exercer a pesca. Excluindo-se estes, ao colocar o teto de idade ativa nos 50 anos, a quantidade de pescadores sem embarcações cai para 24, ainda que estes possam possuir artes de pesca que sejam realizadas na praia, ou mesmo que sejam tripulantes (quinhoeiros) de outros barcos.

Interessante notar que mais da metade dos pescadores locais possui pelo menos uma embarcação (66 em relação aos 110). Nota-se, ademais, uma forte especialização entre os proprietários de canoas a remo e de embarcações a motor, com apenas uma pequena parcela (5) possuindo canoas e embarcações conjuntamente.

TABELA 6 - SITUAÇÃO GERAL DE PROPRIEDADE DE EMBARCAÇÕES

PERFIL DE APETRECHAMENTO DOS PESCADORES	Nº DE PESCADORES	EMBARCAÇÕES	
		REMO	MOTOR
Donos apenas uma canoa	13	13	--
Donos de mais de uma canoa	2	5	--
Donos de mais de um barco, com apenas um a motor	5	7	5
Donos de mais de um barco à motor	4	--	6
<b>Subtotais</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>11</b>
Donos de um barco à motor (restante da frota motorizada)	42	--	42
Sem nenhuma embarcação	44 > de 16 anos * 24 entre 16 e 50 anos **	--	--
<b>Totais</b>	<b>110 *</b> <b>90 **</b>	<b>25</b>	<b>53</b>

FONTE: Dados de campo (2006)

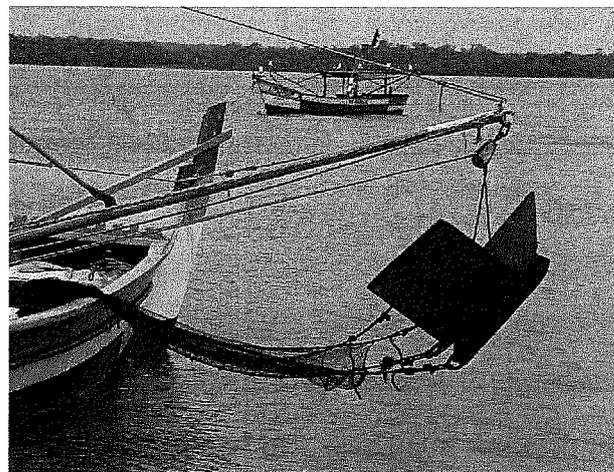
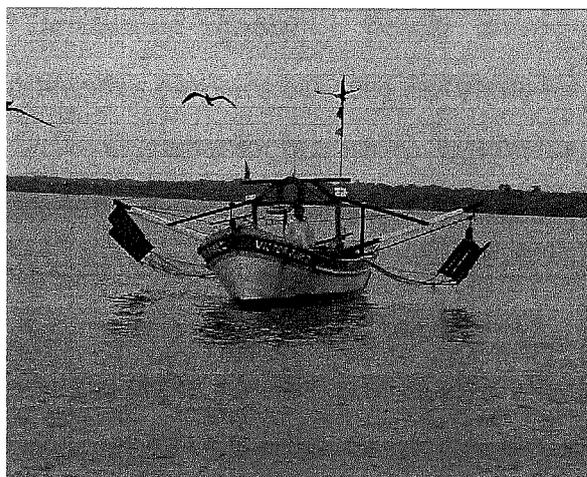
NOTA: \* Considera o nº total de pescadores acima de 16 anos, sem idade máxima como limite, e se baseia na estimativa da população masculina total, em cerca de 110 homens.

\*\* Considera os homens com idade entre 16 e 50 anos, e, portanto, tem como base estimativa do nº total de 90 homens nesta faixa etária na Vila.

### 5.2.2. Tipos de pesca e apetrechos

Em geral, os sistemas técnicos utilizados na Vila são variados, e diferem principalmente em função do ambiente explorado (estuário/ rio ou região costeira) e tipo de embarcação necessária e/ou disponível para a realização da atividade pesqueira.

A *pesca de arrasto* é a mais freqüente modalidade realizada por praticamente toda a frota motorizada local. Designada preferentemente para a captura de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), a pesca de arrasto pode ser arrasto simples (uso de portas); ou também utilizar “tangones”, estruturas fixadas a embarcação (como braços transversais) que permitem arrastar duas redes simultâneas, uma de cada lado da embarcação (FIG 16 e 17). Nestes sistemas de arrasto, prevalece o trabalho em grupos de pesca, geralmente com 2 ou 3 pescadores (as vezes mais, dependendo do tamanho da embarcação). A partilha da produção no grupo segue o sistema de quinhão, do tipo terços: uma parte vai para o “barco” e o restante divide-se entre os companheiros, incluindo uma parte desta para o proprietário do barco, se este integra o grupo. Mas, este esquema pode variar em função da composição do grupo (o dono da embarcação pode ou não arcar com as despesas do combustível; pode ou não possuir demais apetrechos de pesca, ou senão, apenas o barco; pode participar, ou não, da pescaria).



FIGURAS 16 E 17 - EMBARCAÇÃO DE PESCA DE ARRASTO E DETALHE DA “PORTA”, NAS QUAIS É FIXA A REDE QUE ARRASTA AO FUNDO.

De fato, uma das principais mudanças apontadas por CUNHA *et al.* (2004) nas relações de trabalho na atividade pesqueira, foi a transição da “pesca com” (quando o proprietário dos instrumentos de trabalho também pescava, fazia parte do processo produtivo) para a “pesca para” (o proprietário dos instrumentos pesqueiros não mais participa diretamente do processo produtivo, sendo este proprietário, na maioria das vezes, o próprio negociante que simultaneamente detém a posse de muitos aparelhos de pesca e controla o processo de circulação do pescado).

Atualmente, a maior inclinação para a pesca de camarão na Vila acompanha a tendência regional de capturas da frota de pequena e média escala (empresarial) que opera hoje no estado. De fato, a pesca de arrasto foi motivada, grande parte, pelo salto na capacidade produtiva que a introdução deste sistema pesqueiro representou, cujo desenvolvimento esteve ligado à introdução do motor de pesca entre os anos 1960 e 1970, uma vez que a inovação possibilitou ampliar o universo de exploração e territórios de captura para além das águas calmas do estuário (ROUGEULLE, 1993). A partir de então, de uma atividade esporádica, passou, rapidamente, a uma prática sistemática.

Além dos benefícios da técnica (grande volume de captura), o predomínio desta modalidade na Vila das Peças se favorece da possibilidade da frota local acompanhar as migrações sazonais das safras de camarões ao longo do ano nesta região (intercalar entre a pesca do camarão sete barbas, *Xiphopenaeus kroyeri*, e camarão branco, *Litopenaeus shmitti*, e pescar no estuário, mas também fora, acompanhando as diferentes espécies em suas distribuições espaciais ao longo do seu ciclo de vida<sup>14</sup>).

O camarão branco (*Litopenaeus shmitti*) também possui grande importância econômica para as pescarias locais, por seu alto valor no mercado. É pescado com a rede de *caceio* (malha 5) ao longo da baía, ou ainda, na *pesca de arrasto*. Atualmente, para captura de camarão, usa-se ainda, outro tipo de apetrecho, a *tarrafinha*, também conhecida por *gerival*, que consiste numa adaptação tradicional da tarrafa. A tarrafinha desempenha as funções de um arrasto, e possibilita ao pescador, ainda que sozinho em uma canoa a remo, operar a rede de forma que se arraste o fundo. O uso do *gerival* é

<sup>14</sup> Para maiores dados sobre a distribuição espacial do camarão na costa paranaense, e suas migrações reprodutivas consultar NATIVIDADE, C., 2006.

considerado por alguns pescadores como um dos fatores responsáveis pela sobre-pesca do camarão no estuário (ANDRIGUETTO, FILHO et al., no prelo) e também foi afirmativa verificada na Vila das Peças, no entanto, é modalidade pesqueira bastante difundida no local. Particularmente, por sua facilidade de manejo, que não exige um saber pescar particular, nem o uso da força. Além do gerival, o *cambau* também constitui prática comumente realizada, e mencionada também como atividade já exercida pelas mulheres da comunidade.

O *espinhel* se mostrou apetrecho de elevada importância para a população pesqueira da Vila, e amplamente utilizado (FIG. 18). Antes realizado exclusivamente com o uso de embarcação à remo, agora predominam saídas em canoa a motor e mesmo bateras. O *espinhel* se destina a captura de peixes de maior porte, variados, dependendo grande parte da especialidade do “pescueiro” e da isca utilizada. As principais espécies capturadas na Vila tem sido: *miraguaia*, *badejo*, *parati*, *caranhas*, *bagres* e *raia*, sempre em ambiente estuarino.



FIGURA 18 - ISCAS SENDO COLOCADAS NOS ANZÓIS DO ESPINHEL.

Entre as redes de emalhe, foram constatadas variadas versões (FIG. 19). A rede tradicional de *fundeio* é muito utilizada, seguida da rede *boiada*, e ainda, da rede de *picaré*, uma variação da pesca de *cambau* (disposta de forma que acompanha o movimento da maré), que tem sido utilizada para a captura de pescada *galheteira*. Já

algumas espécies, como a *pescada amarela*, justificam investimentos em redes específicas, que geralmente dão resultados econômicos satisfatórios<sup>15</sup>.

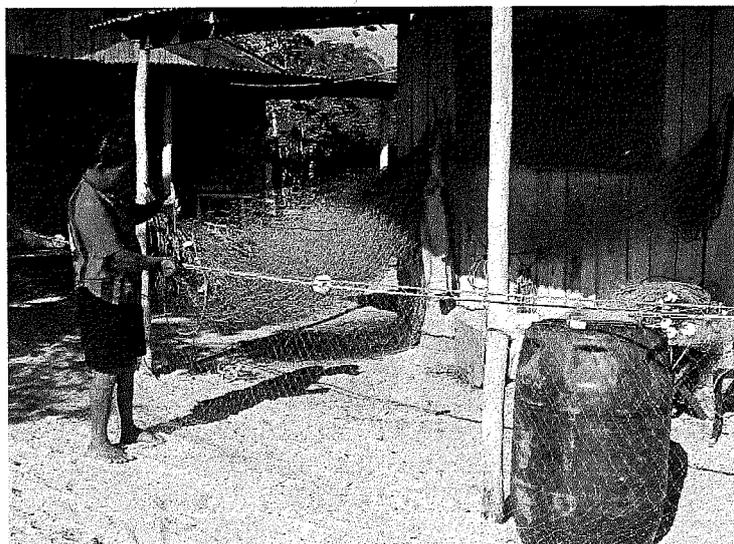


FIGURA 19 - REDE DE EMALHE SENDO TECIDA POR PESCADOR DA COMUNIDADE.

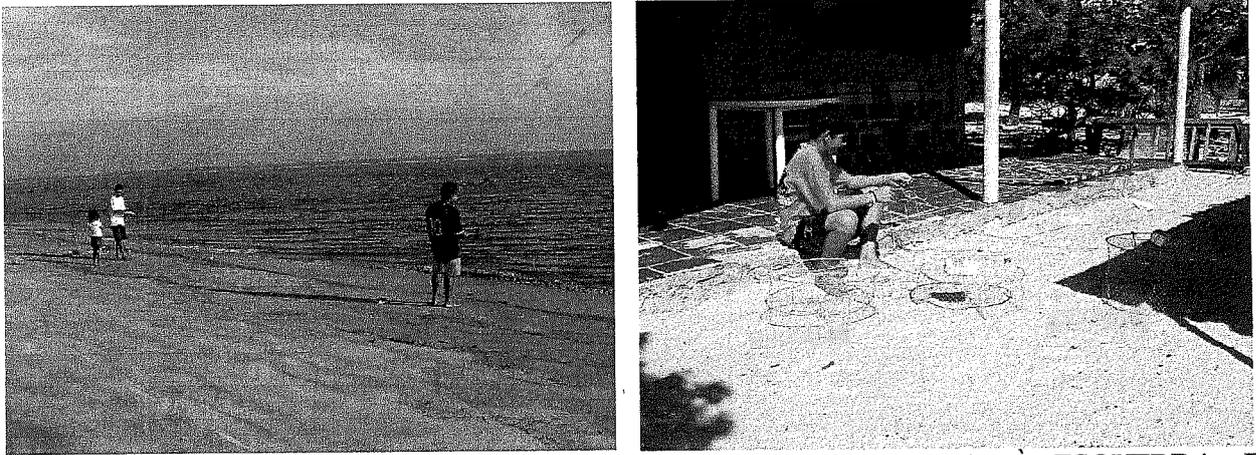
Na Vila das Peças, praticam-se, também, as pescas de praia, que não requerem uso de embarcação, algumas caracterizadas por serem práticas individuais, outras coletivas. Entre as coletivas, o *arrastão de praia*, nos moldes tradicionais, parece modalidade em extinção na Vila. No entanto, a pesca nos *lanços* permanece ativa em três dos cinco pontos tradicionais ao longo do Rio das Peças.

Na faixa de praia predomina o uso da *tarrafa*, instrumento de trabalho que apresenta um importante papel para um número considerável de pescadores, muitas vezes na condição de único apetrecho da família. É comum verificar na Vila a pesca de *tarrafa* durante todo o dia, e, de acordo com o montante da produção, é possível destinar parte dos pescados para o consumo da família, e parte para algum atravessador local.

A pesca de *linha* é realizada geralmente no trapiche, ou sobre as embarcações ancorados na área de “porto”. Assim como a pesca com *covo* (para siris), a *linha* é utilizada principalmente pelos mais jovens, encarado muitas vezes como atividade de

<sup>15</sup> O mercado de Paranaguá paga ao pescador, hoje, pelo quilo da pescada cerca de R\$ 10,00. Considerando que um indivíduo adulto pode atingir até 20 Kg, cada unidade pode render até R\$ 200,00 reais ao pescador, uma vez que seja entregue diretamente ao mercado.

lazer, mas que rende contribuição ao núcleo familiar como fonte de alimento (FIG. 20 e 21).



FIGURAS 20 E 21 - PESCARIAS DE PRAIA: PESCA DE LINHA, À ESQUERDA, E CONFEÇÃO DE ARMADILHA PARA CAPTURA DE SIRI, À DIREITA, GERALMENTE UTILIZADO COMO ISCA PARA ESPINHÉIS.

O *Catuero* também é uma arte de pesca que requer o mínimo esforço e apresenta importância entre os pescadores menos capitalizados. É uma adaptação do espinhel, porém, com poucos anzóis, geralmente de 4 a 10, sendo deixado nas áreas mais próximas à Vila.

Assim como todas as modalidades pesqueiras, estas práticas se dão diariamente, em horários que variam em função da maré, dependendo das fases da lua e das estações do ano, que gerenciam a safra dos recursos pesqueiros e as possibilidades de exploração do ambiente.

TABELA 7 - PRINCIPAIS MODALIDADES PESQUEIRAS DA VILA DAS PEÇAS (2006)

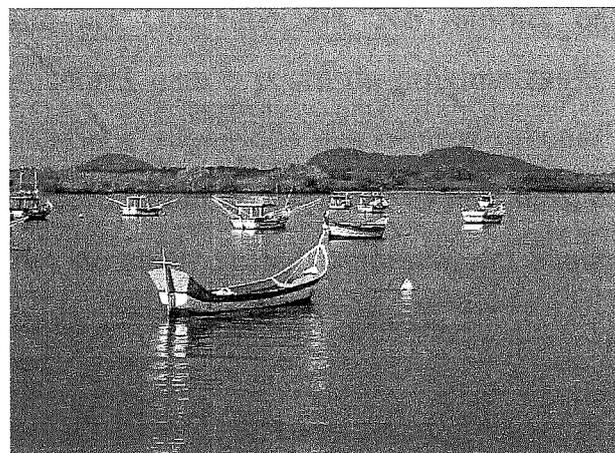
	TÉCNICAS DE PESCA	RECURSO
<i>Praia</i>	Tarrafa	Peixes diversos
	Covo	Siri
	Linha	Peixes diversos
	Lanço de tainha	Tainha
	Lanço de praia e de costa	Peixes diversos
<i>Estuário</i>	Caturo (espindel de 4 anzóis)	Peixes diversos
	Cambau	Camarão 7B
	Caceio	Camarão Branco
	Espindel	Peixes diversos
	Gerival	Camarão (7B e Br)
<i>Mar de fora</i>	Picaré (e redes de emalhe)	Peixes diversos (galheteira)
	Arrasto	Camarão 7B
	Redes de emalhe (alta e boiada)	Peixes diversos

FONTE: Dados de campo (2006)

NOTA: Modalidades negritadas possuem maior importância comercial

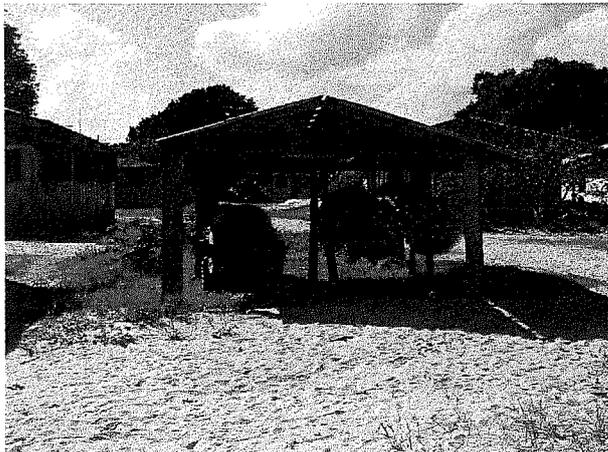
### 5.2.3. Estruturas de pesca, cadeia produtiva e de comercialização

A Vila das Peças possui um trapiche para atracação das embarcações (instalado em meados da década de 80), o que facilita o desembarque de pessoas, da produção pesqueira e outras cargas. Após descarregados, as embarcações geralmente são atracadas na área norte ao trapiche, região mais abrigada da ilha e que se constitui no espaço portuário da comunidade (FIG. 22 e 23)



FIGURAS 22 E 23 - TRAPICHE E AMBIENTE DE ATRAQUE DAS EMBARCAÇÕES.

Não existem estruturas específicas para a disposição e abrigo das embarcações e instrumentos de pesca, salvo poucos ranchos de pesca espalhados ao longo da faixa praial (FIG. 24 e 25).



FIGURAS 24 E 25 - RANCHOS DE PESCA SITUADOS A BEIRA-MAR, LOCAL DE ABRIGO DAS EMBARCAÇÕES E INSTRUMENTOS DE TRABALHO DO PESCADOR PROPRIETÁRIO.

A Vila não possui fornecimento *in situ* dos principais insumos de uso diário para a atividade pesqueira, como diesel e gelo. Inexiste, ainda, a oferta de redes ou materiais para reparos de quaisquer equipamentos de captura. A aquisição destes produtos geralmente é vinculada à atuação dos intermediadores locais, que compram a produção do dia de trabalho de uma embarcação, a ser entregue preferentemente em Paranaguá, Pontal do Sul ou eventualmente em Guaraqueçaba. No retorno, os comerciantes trazem as encomendas dos pescadores para a pesca da próxima saída, que é repassada por valores quase equivalentes aos adquiridos nos centros urbanos (FIG. 26). O maior lucro do intermediador acontece, via de regra, sobre os pescados, e em eventuais encomendas de redes ou produtos de maior valor (compradas em Santa Catarina e repassadas pelo preço médio do Paraná, geralmente bem maior).



FIGURA 26 - EMBARCAÇÃO DE ATRAVESSADOR LOCAL SAINDO PARA PARANAGUÁ. DETALHE DAS CAIXAS DE ISOPOR, QUE VÃO COM OS PESCADOS E VOLTARÃO COM GELO.

Inexistem, também, locais específicos para a venda direta de pescados da produção local ao consumidor, mesmo diante da constante circulação de pessoas e de renda derivadas da atividade turística e de veraneio. A função de venda direta fica a cargo dos intermediadores (principalmente de um dos dois existentes na Vila), ainda que de forma ocasional, pois não há oferta ou nenhum destaque de que ali funciona um comércio de pescados, direto ao consumidor.

Notadamente, a literatura retrata como problema básico identificado em inúmeras comunidades pesqueiras a distância do mercado consumidor e incertezas deste mercado, o que facilita a atuação de atravessadores que garantem a compra da produção, e a oferta de demais gêneros de consumo (MANESCHY et al., s/d).

Atualmente, na Vila das Peças, operam dois intermediadores principais. A principal diferença verificada entre as formas de escoar a produção está no destino e nas características do produto demandado, particularmente para o caso do camarão: um deles entrega o camarão “miolo” (descascado) para o mercado de Paranaguá; o outro escoar por Pontal do Sul o camarão *in natura* (inteiro), que se destina às fábricas

de processamento em Guaratuba (buscado por via terrestre, de caminhonete, pelo próprio intermediador da salga).

TABELA 8 - A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE PESCADOR/ INTERMEDIADOR/ MERCADO EM VILA DAS PEÇAS (2006)

Atravessador (1 e 2) e destino da produção	Produtos	Características	Preços (R\$/ Kg)	Demais fornecimentos aos pescadores
(1) <i>Paranaguá</i>	Camarão 7B	- <i>Miolo</i> (limpo) - <i>In natura</i> (Sujo) (+ - 80 Kg, eventualmente aceito)	7,00 2,50/ 3,00	Gelo (em consignação, p/ devolução na entrega da produção)
	Peixes grandes*	- <i>In natura</i> (sujo)	5,00/10,00	Diesel, óleo ou redes, venda sob encomenda.
	Peixes pequenos**	- <i>In natura</i> (sujo)	2,00/ 5,00	
(1) <i>Guaraqueçaba</i>	Camarão 7B	- <i>Miolo</i> (limpo) (+ - 60 Kg, eventualmente, encomenda de restaurante local)	9,00	---
(2) <i>Guaratuba (via Portal do Sul)</i>	Camarão 7B	- <i>In natura</i> (sujo) (salgas locais, descasque em máquinas)	2,50	---
(2) <i>Portal do Sul</i>	Camarão 7B Peixes diversos	- Eventualmente (Doca e Gerson)	---	Diesel, óleo ou redes, venda sob encomenda.

NOTA: \* Linguado, Robalo, Tainha, etc./ \*\* Pescadinhas, Bagres, Corvina, etc.

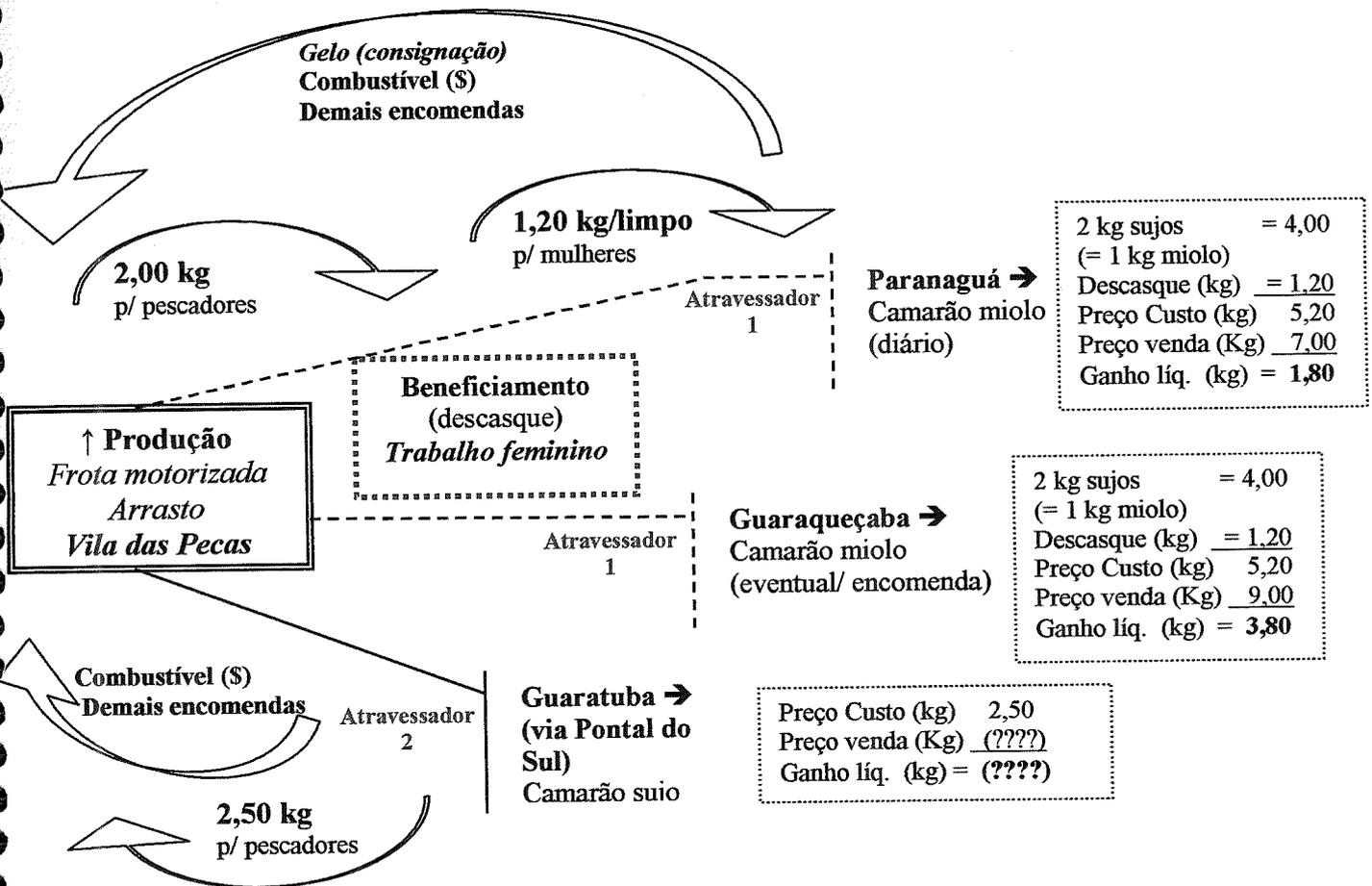
Atualmente, a integração da economia pesqueira no mercado em escala mundial influenciou de forma concreta a organização técnica e social do trabalho na cadeia produtiva, por determinar as características da comercialização e do produto demandado. Como consequência destes processos, é recorrente a menção do deslocamento da estrutura familiar da rede de produção e o desaparecimento quase completo do trabalho direto das mulheres na produção pesqueira (GEISTDOERFER, *apud* MANESCHY & SCALLIER, 2002, p. 258).

O exemplo prático destas mudanças na Vila das Peças pôde ser visto na gradativa redução na demanda pelo trabalho de beneficiamento dos pescados. A princípio, os peixes passaram a ser resfriados/ congelados, dispensando a salga e

defumação; atualmente, parte da produção local representada pelos pescados sai da Vila sem nenhum processo de transformação, e sequer passam por evisceramento. Recentemente, a mudança tem sido verificada particularmente em relação ao camarão: cada vez se demanda menos o trabalho feminino para seu beneficiamento. Gradativamente, o trabalho das mulheres na Vila está sendo substituído por máquinas de descasque, ainda que estejam situadas fora da comunidade, encontradas principalmente em Guaratuba, onde operam fábricas de processamento de pescados (salgas). A inserção das máquinas otimiza a produtividade, reduzindo os custos do trabalho por dispensar quase toda a mão-de-obra requerida para a atividade.

Atualmente na Vila das Peças, o atravessador vinculado às indústrias pode pagar mais pelo mesmo camarão que, se não passasse por ele, seria beneficiado na Vila, requerendo trabalho feminino e indo a outro destino (mercado municipal). É assim que o intermediador que vende à indústria oferece R\$ 2,50 pelo quilo sujo ao pescador, ao passo que o intermediador que vende no mercado de Paranaguá paga R\$ 2,00. Nesta situação, os grupos de descasque vão perdendo o status de principal atividade intermediária na cadeia produtiva capaz de agregar valor à produção e de oferecer um espaço de trabalho às mulheres da comunidade.

FIGURA 27 - CADEIA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAMARÃO DE MAIOR ESCALA NA VILA DAS PEÇAS (2006)



No entanto, a falta de estrutura específica (local) para o beneficiamento do camarão é outra questão que compromete a manutenção, e mesmo o desenvolvimento dos processos de transformação dos pescados na Vila. No entanto, tal carência não é limitada exclusivamente pela falta de interesse dos comerciantes locais, particularmente para um deles, que manifesta a intenção em edificar uma estrutura para o trabalho de descasque, por ter garantia de escoamento da produção, em qualquer quantidade. A principal limitação acontece pela Vila ser área de uso fundiário controlado pela União, o que impede, ou ao menos dificulta, qualquer obra de construção. As dificuldades burocráticas desestimulam o investimento.

Geralmente, os grupos de descasque se reúnem em mesas próximas ao estabelecimento do atravessador, a céu aberto. Mas durante os períodos de inverno, o

trabalho passa a ser realizado nos espaços limitados que o comerciante possui, em ambiente aberto, ou interno, ainda que extremamente pequeno. Nestas ocasiões, a produtividade fica limitada ao número de mulheres que comporta tais ambientes, e obriga ao atravessador a entregar o camarão sujo. No entanto, o intermediador afirma que seu principal agente (Mercado Municipal de Paranaguá), se recusa a comprar mais de uma caixa (cerca de 80 quilos) de camarão nesta condição (sujo), pois não possui tempo hábil ou força de trabalho feminino para empenhar tal atividade anterior à venda. Deste modo, caso ele não possa manter as atividades de descasque em quantidade satisfatória, a tendência é que passe a destinar o produto sujo para as fábricas de processamento, dispensando permanentemente o beneficiamento na Vila.

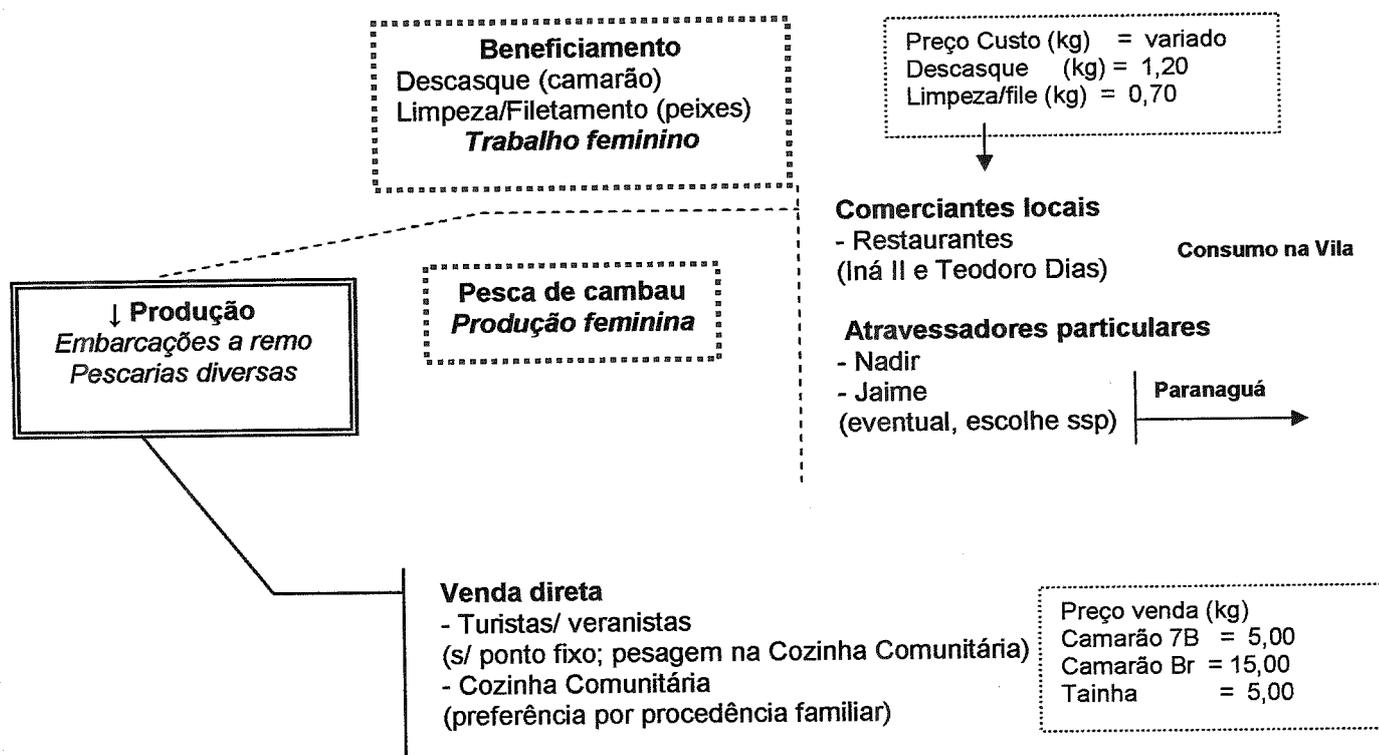
Muito provável que esta situação ainda não aconteceu por duas razões principais: por ainda existir a demanda pelo camarão limpo, que é aceito em qualquer volume em Paranaguá, e em qualquer ocasião; e pelo esquema com as salgas representar ainda, uma inicial tentativa de introdução na Vila por parte do setor industrial, e fortemente atrelada a relações pessoais do outro atravessador. De fato, a abertura deste canal de escoamento aconteceu apenas no início de 2006.

Além destes intermediadores em maior escala, a Vila mantém ainda, um mercado paralelo para a produção pulverizada dos pescadores de menor escala, representados principalmente, por comerciantes locais ou atravessadores particulares, que operam em suas casas, e compram em pequena quantidade, armazenada em freezers. Nestes casos, a produção geralmente é submetida ao beneficiamento, e segue dois trajetos distintos: parte é destinada ao consumo na vila (oferecida nos restaurantes locais dos intermediários) ou segue para Paranaguá (após ser agregada à produção da família do atravessador, que também pesca; neste último caso, beneficia-se apenas o camarão, os peixes seguem *in natura*). Outra pequena produção absorvida por estes intermediadores era derivada da pesca de cambau, realizada pelas mulheres em alguns períodos do ano; no entanto, esta atividade não foi verificada no decorrer da pesquisa.

Interessante notar que a pequena produção da vila, resultante de pescarias diversas, se mostrou como um dos exclusivos canais para venda direta, ainda que de modo informal. Entre os principais consumidores, estão os turistas, que geralmente

esperam na praia a chegada de alguma embarcação, ou o sucesso de uma tarrafa ou lanço. Nestes casos, a pesagem é realizada na Cozinha Comunitária Clube de Mães, contígua ao trapiche, que disponibiliza a balança e não tem nenhuma contrapartida nesta negociação. De fato, a própria Cozinha representa um potencial consumidor para estes pescadores; mas nestes casos, predomina a preferência pela produção de familiares das associadas do empreendimento.

FIGURA 28 - CADEIA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PEQUENA ESCALA NA VILA DAS PEÇAS (2006)



### 5.3. O PAPEL SOCIAL E ECONÔMICO DA MULHER NA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DA VILA DAS PEÇAS

#### 5.3.1. Histórico da participação das mulheres nas atividades produtivas na vila das peças nas últimas três décadas do século XX

A reconstrução da participação da mulher nas estratégias produtivas da Vila das Peças teve como objetivo identificar seus papéis ao longo da trajetória de desenvolvimento da Vila, e acompanhar as principais mudanças. Para isto, foi necessária uma abordagem que integrasse um tempo anterior, cujo limite foi definido com base a elementos identificados na literatura sobre a comunidade que se mostraram relevantes à delimitação do período. Neste sentido, a escolha foi por retomar a fase de complementaridade produtiva, anterior à maior inserção da Vila na economia de mercado, buscando acompanhar este processo, cujo marco foi interpretado como sendo, primeiramente, o estabelecimento do transporte de barco regular no início dos anos 80 do século XX. Tendo esta data como base, o intuito foi recobrar uma década anterior, indo até a atualidade.

Diante da variabilidade de formas de atuação da mulher nas atividades produtivas já descritas na literatura, este trabalho pretende levar em conta a complexidade de fatores que condicionam a sua participação. Especificamente na pesca, considera-se que o envolvimento da mulher reproduz um contexto muito particular no qual se insere, e se caracteriza pela dinâmica que pode assumir em diferentes tempos e espaços, em função de variáveis sociais, econômicas, ambientais, ou outras que venham a se expressar.

De fato, foi constatado na pesquisa que na década de 70 a comunidade de Vila das Peças mantinha como principais pilares produtivos a pesca e pequenos cultivos (mandioca, leguminosas, frutas), e, de forma complementar a criação de pequenos animais, e o extrativismo na mata e no mangue. Tratava-se de atividades produtivas de pequena escala, que abasteciam diretamente de alimento à população, com margens

variáveis de excedente comercializável, sendo recorrente a atuação das mulheres em praticamente todas as atividades (TABELA 10).

O trabalho nas roças, em geral, era realizado em espaços comuns específicos a este fim, nos quais se estabeleciam “propriedades” particulares às famílias, algumas das quais contavam ainda com “casas de farinha” para o beneficiamento da mandioca. Em geral, os homens faziam a derrubada e a limpeza do terreno e as mulheres participavam do plantio e da colheita, e ainda, dos processos de beneficiamento. Esta situação de cultivos em espaços coletivos também é descrita por CUNHA *et al.* (2004) para esta Vila.

Na pesca, as entrevistadas afirmaram que a maioria das mulheres sempre participou da atividade junto aos pais ou maridos, ajudando na pesca realizada no cambau, no lanço, e na pesca de rede de espera, no largar e puxar rede. Os depoimentos também afirmam que realizavam algumas atividades sem presença masculina, geralmente junto com outras mulheres ou os filhos, com predominância para a pesca de cambau, e, de modo mais eventual, a coleta de recursos no manguezal (sururu, ostra, tarioga, purrudo, berbigão, caranguejo). Poucas afirmaram dominar a arte e ter usado com frequência a tarrafa.

O efetivo envolvimento da mulher na atividade pesqueira, assim como demais extrativismos, remete, fundamentalmente, à condição econômica da família: quanto maior a necessidade da família, mais intenso era o trabalho delas nestas atividades. E ainda, diferia de acordo com a composição da família e divisão do trabalho entre seus membros, sendo maior na ausência ou doença de pai ou mãe, ou quanto menos filhos homens tivesse a família.

(...) a gente ia né, precisava de ir (...)o que a gente fazia? Era de tudo o que outro parceiro que fosse ia fazer, seja homem, mulher, filho, quem fosse (...), mas se a gente tava em família tudo ia pra casa, então a gente até deixava os filho em casa pra ir (...) assim rendia mais o dia de pesca (M.S, com. pess.)

Para as mulheres, as atividades extrativistas sempre constituíam, via de regra, ocupações que se integravam às responsabilidades domésticas como meio de colaborar na provisão de alimento. E, ainda que implicassem enorme esforço e sobrecarga diária

de afazeres, não se caracterizava como um trabalho. De fato, na pesca, as mulheres nunca foram o agente principal, e sequer elas a percebiam como um trabalho, praticando-a mais frequentemente até que acumulassem mais responsabilidades domésticas após se casarem, com a chegada dos filhos, ou em episódios na família que exigissem maior permanência da mulher em casa, cuidando de enfermos, ou irmãos menores. A constatação do caráter complementar e secundário do trabalho feminino na pesca, em regime familiar, foi situação apontada também por MANESCHY & ALMEIDA (2002), MANESCHY & SCALIER (2002) e MANESCHY *et al.* (s/d). Para as autoras, participar nestas atividades enquanto mulher, não representava uma conquista de espaço em um universo profissional reservado aos homens, nem pressupunha autonomia ou liberdade; tratava-se de condição de sobrevivência, diante da inexistência de alternativas. Na grande maioria dos casos, a pesca, historicamente, assumiu a função de prover produtos para auto-consumo, mas também se constituiu em fonte de renda monetária para a família, ainda que de forma eventual (como produtores mercantis simples).

Foi identificada na pesquisa apenas uma mulher na Vila das Peças que atuava na década de 70-80 nos grupos de pesca de recursos de maior porte e valor, juntamente com os homens, sendo considerada *companheira de pesca* e recebendo a sua parte pelo trabalho exercido (quinhão). Neste caso, foi uma das poucas menções à uma mulher como “*pescadora*”, reafirmando esta condição dizendo que sua destreza ou desempenho se assemelhava a dos homens, “os” pescadores. “(..) e pescava tão bem, que nem homem!! (..) e tinha quem preferia levar ela do que muito pescador por aí” (S.A., com. pess.) Pode-se considerar que a referência do entrevistado às qualidades “masculinas” da pescadora evidencia a construção cultural da divisão sexual do trabalho na localidade.

Não apenas em relação à participação da mulher, mas em geral, foi verificado nesta vila o caráter eventual das saídas para coletar recursos no manguezal, que não assumiu a representatividade esperada para uma comunidade inserida em uma região com abundância deste ecossistema. Um dos fatores apontados para a baixa ocorrência das coletas no manguezal (de moluscos, em geral, e caranguejo) foi a importância

limitada destes recursos, quase exclusivamente, nos meses “de pedra” (junho, julho e agosto), quando é comum a queda nos rendimentos da pesca, ou mesmo, a impossibilidade de pescar pelas más condições de tempo e de mar. Nestas ocasiões, prevalecia a coleta de moluscos pelas mulheres (época em que estão “gordos”) acompanhando, também, a caça de pequenos animais com o uso de armadilhas (principalmente pássaros, como a jacutinga e os papagaios). Tais atividades tinham a finalidade exclusiva de subsistência, diante da falta mais aguda de alimentos para o consumo da família. Enquanto isto, no período “de pedra”, os homens saíam à mata, para caças maiores, e se dedicavam também dos cuidados com apetrechos de pesca (reparos e fabricação).

O fato de que as saídas das mulheres ao mangue fossem principalmente no inverno e como complemento de alimento da família pode ser considerado fator que explica a baixa presença da captura dos caranguejos nas suas atividades. Quando questionadas sobre o fato, explicam:

A gente aqui nunca deu pra catá caranguejo sá menina (...) é mais o pessoal lá pra dentro (da baía)(...) de Valadares também tem muita gente que cata, mas é que lá tem gente de toda parte (...) daqui, só poucas mulher que iam, que nem homem pra lidá (trabalhar) na lama, mas porque gostavam pra comer de vez em quando. (N. C., com. pess.)

É possível considerar que esta falta de “costume” em catar e consumir o caranguejo pode derivar de um descompasso existente entre a época de maior atuação das mulheres nas atividades extrativistas (pressionadas pela necessidade) e as épocas favoráveis à captura do caranguejo (que tem sua safra de produtividade a partir de novembro, quando saem das tocas). Quando chegava o verão, elas afirmaram não ir ao mangue, inicialmente, pela falta de necessidade extrema, já que tinham fartura de pesca na costa. Neste caso, não precisavam submeter-se às condições hostis do ambiente de manguezal, como o excesso de pernilongos e mosquitos, e as dificuldades de locomoção na lama. “(...) a gente (mulheres) ia só às vezes, quando queria unzinho pra comer (...) mas ele tinha que ta andando, porque é um grande trabalho se enfiá na lama pra cata ele na toca (...)” (M. S., com. pess.).

Em termos de trabalho remunerado, as mulheres ocuparam nichos econômicos derivados de uma embrionária rede mercantil instalada na Vila das Peças desde a década de 60. Para o beneficiamento dos pescados (limpeza, salga e defumação), era empregado trabalho feminino, pelo intermediador local, assim como para o descasque de camarão, atividade que se constituiu, e ainda constitui, a principal ocupação remunerada vinculada à pesca exercida pelas mulheres em toda a trajetória de evolução da pesca artesanal nesta comunidade.

Na década de 70 eram dois os principais agentes comerciais da Vila que possuíam estabelecimento para venda de produtos de consumo a granel (por peso), com pagamento à vista ou troca por produtos de seu interesse. Entre os preferenciais estavam os pescados, (peixes e camarões) e recursos madeiráveis (toras de guanandis e caxetas), com algumas demandas eventuais estabelecidas pelo comerciante (as cascas de berbigão e restos de sambaquis, por exemplo, foram importantes produtos de troca, servindo para o aterro de casas). As demandas também seguiam preferências de mercado e encomendas dos centros receptores, especialmente Paranaguá.

Muitas das mulheres da vila, “*senão todas*” segundo as entrevistadas, participavam desde 1970, de forma mais permanente no descasque de camarão do principal atravessador da época, de maior constância e demanda. Passavam todo o dia no trabalho, iniciando-o antes de amanhecer, por volta de 4:00 da manhã, e seguiam até a noite. As crianças maiores, em idade escolar, participavam o antes possível da atividade, ajudando na produção da família, nos horários em que não estavam na escola. Quando se tratava de crianças de colo, na ausência de outra pessoa para cuidarlos, eram levados ao local de trabalho, acomodados em camas improvisados ao lado da mãe, que podia parar para dispor de cuidados e alimentação à criança no decorrer do dia, sem precisar deixar o trabalho por maiores períodos.

A gente acordava ainda de noite, umas 4:00 horas, tomava um café e já ia lá no descasque. Quando as crianças eram de colo ainda a gente levava (...) fazia um bolo de rede e de sacola de pano e colocava elas pra dormir ali do lado (..) se joelhava e ficava no chão, catando os camarão de umas pilhas assim ó. (...) quando as criança já pegava idade pra ajudar, ah, uns quatro anos já dava pra querer ajudar, já ia, e ficava lá o dia todo. Se queria ir embora, a gente levava pra casa, deixava uma comida pronta, e voltava, porque enquanto tinha camarão a gente ficava lá, descascando (M.S.P, com.pess.).

Por se tratar de um emprego, ainda que informal, e que requeria a saída da mulher de sua casa para o serviço extra-doméstico, o descasque de camarão pode ter representado uma inicial superação da tradicional barreira imposta ao trabalho feminino, geralmente limitado ao âmbito doméstico. Raras vezes foi mencionado que o trabalho nas salgas e descasque contrariasse condições impostas pelos maridos. Como ressaltado pela literatura, também naquela localidade o ingresso da mulher no trabalho dava-se de acordo com a tradicional divisão sexual das tarefas que atribuía principalmente a elas os cuidados com a reprodução da família. Nos marcos da pequena produção mercantil, assim como entre o campesinato agrícola, as mulheres com filhos pequenos associavam ao tempo das tarefas domésticas, o tempo do trabalho extra, resultando em uma extensa jornada e não somente na dupla jornada, como se vê nos depoimentos. Conforme cresciam, as crianças iam ajudando de modo mais regular no beneficiamento. Estava subentendido que a atividade da mulher era importante à própria reprodução da pesca na comunidade, o que fazia o trabalho delas naturalmente consentido por contribuir, também, à manutenção do homem enquanto pescador. Ademais, não comprometia o padrão cultural vigente. Notadamente, as mulheres reconhecem que a importância econômica da ajuda delas à sustentação de sua própria família era fator secundário para os homens, uma vez que a função de principal “provedor” era deles, e não delas. Esta situação é mencionada também por ALENCAR (1994) que afirma que o desempenho do homem como provedor da família assegura o seu reconhecimento social, e é central na construção de sua identidade de gênero.

Outros fatores apontados pelas entrevistadas que favoreceram esta inicial saída das mulheres para o trabalho remunerado e extra-doméstico se baseia no fato de que o descasque envolvia apenas mulheres, não implicando no encontro com outros homens; mantinha o caráter de atividade “em família”, por envolver pessoas apenas da comunidade, e, de fato, não representava um distanciamento permanente do lar, de forma que não resultava em abandono das responsabilidades domésticas tradicionais. O fato de que os filhos geralmente participavam (meninos e meninas) permitia cuidá-los na mesma hora em que estavam no trabalho. Estes fatores garantiram à mulher a chance de desempenhar atividades vinculadas à pesca fora do espaço doméstico,

retificando o apontado na literatura (TALLER LATINO AMERICANO SOBRE GÊNERO E O TRABALHO DA MULHER EM COMUNIDADES PESQUEIRAS COSTEIRAS, 2000; MANESCHY, 2001).

O fato dos homens permanecerem todo o dia envolvidos em atividades ligadas à pesca, fora da casa, limitava a existência de trabalho doméstico da esposa do preparo da alimentação, e a sua presença na noite, quando ele retornava ao lar. No mais, desde que estivesse em dia a limpeza da casa, o cuidado da roupa, etc, não importava o horário em que o fizessem.

Se a gente ficava o dia descascando, quando chegava em casa já tinha que deixar comida ajeitada pro outro dia, pra pode sair cedinho de novo (...) a roupa a gente lavava num tempinho que dava, quase sempre de noite, depois que todo mundo se deitava e se acalmava tudo (E. S, com. pess.).

Essas falas evidenciam quão intensas eram as lides das mulheres naqueles períodos e, ao mesmo tempo, invisíveis pelos padrões culturais que eram, então, reforçados pelas instituições sindicais e previdenciárias. Com efeito, apenas com a Constituição de 1988 a mulher pescadora, assim como a trabalhadora rural, veio a ser considerada plena beneficiária dos direitos sociais das respectivas categorias, independentemente do status do marido.

Enquanto trabalho, a atividade de descasque se enquadra dentro das relações de produção capitalistas conforme se apresentam no local e, em geral, em comunidades pesqueiras. Apresentam alto nível de sobre-exploração, estabelecido mediante utilização de mão-de-obra considerada "barata", representada principalmente pelas mulheres e crianças, com um sistema de pagamento por quantidade de produção individual, e baixos valores, que induz a um maior esforço, em termos de extensão da jornada de trabalho, e com ambientes de trabalho com condições precárias (trabalho em pé, ao ar livre, ou protegidos em espaços muito pequeno e úmido). A forma de contratação, por produção e não por períodos fixos, ajusta-se a um ramo que apresenta resultados bastante flutuantes. Isso compunha um quadro de dupla subordinação (produtiva e comercial) da família do pescador a um atravessador que intermediava os produtos da pesca e também possuía a venda que abastecia de alimentos e outros

suprimentos à vila. Desta forma, o pescador homem que entregava sua produção pesqueira ao atravessador, e a mulher que trabalhava para ele no descasque, produziam valor apropriado por ele, mas também deviam comprar dele os alimentos não produzidos, o que criava uma situação favorável à constituição de dívidas como adiantamentos do pagamento dos peixes ou do descasque, cuja dificuldade de saldar, sujeitava e enfraquecia a ambos (homens e mulheres), fazendo-os mais exploráveis.

Segundo depoimentos, este atravessador principal da época de fato se estabeleceu como um dos maiores comerciantes da vila. Se bem havia outros pescadores que compravam as pequenas produções pulverizadas da pesca local, para acumular, beneficiar (ou não) e entregar no mercado regional mais próximo. A predominância deste se dava por duas vias:

i) pagava pouco, mas pagava à vista pela entrega dos pescados ou pelo trabalho de descasque; senão, marcava o equivalente ao pagamento em créditos para serem quitados mediante a compra de gêneros alimentícios; e

ii) era o único comerciante que se apresentava, de fato, como permanente na Vila e consolidado economicamente, enquanto os demais eram eventuais.

Ou seja, questioná-lo, ou tentar sobrepujá-lo poderia representar uma total falta de apoio econômico - fosse pelo espaço de trabalho concedido à mulher; pelo garantia de compra dos pescados; pela concessão de créditos, que garantiam a provisão de alimentos ou equipamentos e insumos para a pesca; ou mesmo em episódios de atendimento emergencial à eventuais necessidades da família (de locomoção até a cidade, contatos pessoais, médicos, ou outros). Toda esta rede de "favores" obrigava a "respeitar" as condições comerciais por ele impostas. Ciente de suas vantagens, o atravessador requeria um vínculo comercial permanente, e um compromisso recíproco: ele se comprometia a comprar sempre a produção, qualquer que fosse a quantidade ou composição; e os pescadores deveriam, invariavelmente, entregar os pescados apenas a ele e, em nenhuma hipótese, vender a terceiros.

Notadamente, em todas as menções sobre o comerciante transparece a falta de consciência dos pescadores das formas e da intensidade em que se processava esta dominação econômica sobre eles. E muito menos das conseqüências desta relação para

a reprodução e fortalecimento das desigualdades de classe no sistema pesqueiro da vila, e mesmo na comunidade em geral. Os pescadores o retratam como “homem sério, de palavra (...) capaz de comprar uma carroça inteira de peixe que chegou de Superagui, mas que estragou no caminho pelo atraso na viagem (pelo mau tempo) (...) só para não prejudicar os pescadores”. Mesmo nos relatos das mulheres entrevistadas, o fato do descasque representar a fonte de renda quase que exclusiva, senão, a mais permanente à elas (fora a venda de recursos da flora), auferia importância e valorização ao trabalho por ele “oferecido”. Em nenhum momento transpareceu por parte das entrevistadas percepção deste trabalho como exploração. Pelo contrário, a caderneta como forma de sempre manter créditos a ser quitado em seu comércio foi mencionado como maneira do “garantir que a família tivesse ali suas comprinhas do mês”. De modo geral, este atravessador foi considerado como benfeitor por grande parte das famílias mais antigas da vila<sup>16</sup>: “(...) homem bom aquele, queria ajudar a gente”. Uma típica relação de patronagem conforme salientada na literatura antropológica, que envolvia trocas não apenas monetárias, mas também lealdades e obrigações diversas, numa aparente reciprocidade, embora a dependência dos clientes fosse evidentemente bem mais acentuada.

Outro importante nicho econômico ocupado pelas mulheres na comunidade foi a “salga do japonês”, instalada na vila nos anos 80 do século XX. O comerciante empregava trabalho feminino para o beneficiamento do camarão: o descasque era pago por produção individual; enquanto as atividades de cozimento e salga eram remuneradas por horas trabalhadas, e com pagamento de horas extras quando requeridas para finalizar certa quantidade de produção. O nome do responsável e o ano exato de sua atuação na vila as entrevistadas não souberam informar, e não se sabe se existe algum vínculo com a empresa de cultivo de algas instalada nesta época na

---

<sup>16</sup> Soma-se ainda, que o peso da dominação econômica se estendia no plano das relações sociais: este comerciante foi o primeiro a ter televisão na vila e fazia sessões de novela abertas aos moradores todas as noites. E ainda, era um dos poucos que possuíam gerador e oferecia eletricidade às casas mais próximas, gratuitamente (R. P. S., com. pess.). Nesse contexto, as relações comerciais não se reduziam ao aspecto puramente monetário.

região de Guaraqueçaba, conhecida por SEIJI MORI E MARUITI (SP) cuja atuação foi mencionada por ROUGEULLE (1993).

As mulheres apenas mencionam a breve atuação desta salga na ilha, devido ao falecimento do proprietário cerca de dois anos após sua chegada. Ainda assim, foi perceptível a relevância por elas atribuída ao que consideram como o primeiro emprego com caráter mais formal na vila, que exigia habilidades mais específicas, e onde aprenderam outras técnicas de beneficiamento<sup>17</sup>.

Outra atividade remunerada onde foi relevante a atuação da mulher até o início dos anos 90 foi a extração e venda de recursos florestais com demanda constante no mercado local, como samambaias, musgos de pedra (tipo 'tapete'), orquídeas e toras de lenha. As entrevistadas afirmaram ser comum e de grande importância a ajuda das crianças nestas atividades, mas, principalmente, já em casa, na preparação das "unidades" utilizadas para a comercialização: fechos das samambaias, separação por tamanho dos "tapetes" de musgos, e toras das lenhas. Esta importância econômica de espécies da flora local também aparece descrita na literatura sobre a região de Guaraqueçaba (SPVS, 1992).

A importância econômica dos recursos da flora foi ressaltada pelas mulheres como fonte de renda específica delas, pois tratava-se da única atividade onde elas dominavam todo o ciclo produtivo, da coleta à comercialização, o que lhes garantia a disposição sobre a renda resultante, cujo montante muitas vezes era desconhecido pelo marido<sup>18</sup>. Além disto, a relação custo-benefício era vantajosa (baixo esforço físico e bom rendimento financeiro), e a produção era facilmente vendida a comerciantes vindos principalmente, de Maciel, Pontal do Sul e São Paulo, diretamente na vila.

---

<sup>17</sup> As mulheres mencionam técnicas de salga em cozimento, de descasque em sacos batidos na pedra, de corte e limpeza específica a cada camarão, polvilho com gergelim, entre outros.

<sup>18</sup> Deste modo, tratava-se de um "fundo de reserva", que podiam gastar com mais independência da opinião masculina, pois não derivava de nenhum esforço deles.

TABELA 9 - A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

Estratégias familiares	ATIVIDADES DAS MULHERES		Fatores de Sazonalidade	Finalidade	
PESCA	Pré-Captura	Redes e cordas de fibra de tucum (cipó)	Confecção de Algumas, que sabiam a arte	Atividade extinta Antes do fio sintético	Para a família Escambo (importante)
	Fazer redes	Redes de Nylon Tarrafa	Reparos eventuais Poucas, que sabiam a arte Confecção Algumas, que sabiam a arte	Atividade extinta Predomina a encomenda a um "fazedor de redes" (pregar bóias e chumbos)	+ Para a família (venda eventual)
	Captura - Pesca	Cambau de camarão	Em família + "Sozinhas", em grupos de mulheres	Maio e Junho Na praia, à noite quando não tem arrasto noturno	Consumo familiar Venda* (+)
		Lanço (Rio)	Em família	Safras de diferentes cardumes	Consumo familiar Venda (+)
		Rede de espera (largar e recolher)	Em família "Sozinhas", em grupos de mulheres	Novembro- Parati Na praia	Consumo familiar Venda (+)
	Mangue - Coleta	Tarrafa	Sozinhas (poucas)	Casos excepcionais	Consumo familiar
		Moluscos	Em família (jornadas + distantes) "Sozinhas", em grupos de mulheres	Inverno ("gordos")	Consumo familiar Venda eventual (encomenda)
		Caranguejo	Em família ou "Sozinhas", em grupos de mulheres	Maior necessidade (na andata e c/ "vontade de comer")	Consumo familiar (recurso sem mercado)
		Lenha	Em família (coleta e corte)	Atividade quase extinta Antes, ano todo + Corte em casa (c/ filhos)	Consumo familiar Venda (+)
	EXTRATIVISMOS	Mata	Samambaia	Em família (+ filhos)	Atividade quase extinta Antes, ano todo
Musgos			Coleta e separação para venda "Sozinhas", em grupos de mulheres		
Roças		Mandioca	Em família (+ filhos) Todo o processo e colheita e transformação	Atividade extinta Antes, ano todo	Consumo - Troca Venda eventual, maiores propriedades
CULTIVOS		Animais	Galinhas, cabras, gado (-)	Em família (+ filhos)	Atividade quase extinta (apenas galinhas)

FONTE: Elaboração da autora.

NOTA: \* A escolha entre a venda ou consumo se dava em função das necessidades mais imediatas da família, de provisão de alimentos ou de renda, e também, de acordo com o valor comercial da espécie. Espécies de valor raramente são consumidas, apenas em caso de total falta de opção por outro alimento. A opção afirmada como a mais permanente precede do símbolo (+).

### 5.3.2. Dinâmicas econômicas e as mudanças no papel das mulheres na pesca e na comunidade

De acordo com informações levantadas na pesquisa, as mudanças nas atividades produtivas se deram pela conjunção de uma série de fatores. Por um lado, a criação do Parque Nacional e atuação do IBAMA e da Polícia Florestal culminaram no fim dos cultivos agrícolas e da extração de recursos florestais (fauna e flora). Por outro lado, as inovações técnicas aumentaram a produtividade da pesca e o mercado consumidor de seus produtos se expandiu, de forma que, seja pela impossibilidade de continuar as outras atividades como pela crescente vantagem da pesca, esta passou a ser a atividade econômica praticamente exclusiva da comunidade.

Notadamente, o acesso a novas áreas de captura, possibilitado pela introdução do motor como mecanismo de propulsão de diferentes embarcações, e da rede de arrasto como principal apetrecho de pesca<sup>19</sup> foram fatores que potencializaram a produção local. A partir da década de 70, segundo os depoimentos, a safra do camarão foi se mantendo mais constante ao longo do ano, utilizando-se, além da baía, áreas mais externas da plataforma costeira (o “mar de fora”). A produção possuía um centro consumidor permanente – Paranaguá -, e de acesso garantido pelos intermediadores da própria vila. A localização da Vila resultou em privilégio neste contexto, facilitando aos pescadores locais o acesso ao ambiente costeiro “oceânico”.

A maior autonomia concedida pela motorização das embarcações, possibilitou ao pescador condições de navegação mais permanente ao longo do ano, independente do mau tempo. A manutenção de escalas de produção mais permanentes, juntamente com o acesso a diferentes tipos de recursos, muitos dos quais com alto valor de mercado, foram dinamizando a economia local, ainda que os maiores benefícios se limitassem à minoria de pescadores que puderam usufruir dos benefícios deste desenvolvimento do setor pesqueiro.

---

<sup>19</sup> As inovações foram introduzidas pelos imigrantes de origem “catarina” (ROUGEULLE, 1993; ROCHA, 2004).

De fato, em grande parte da trajetória pesqueira da Vila, predominaram poucos pescadores e comerciantes, que detinham a propriedade da maioria dos meios de produção e o monopólio de compra e venda de produtos. No entanto, a dinâmica econômica gerada pela pesca representava maiores possibilidades de trabalho e renda ao conjunto da comunidade: aos pescadores que participavam da captura (ainda que como quinhoeiros, em embarcações alheios); às mulheres e filhos que descascavam o camarão e beneficiavam os pescados. Mas, principalmente, esta circulação de capital favorecia mais aos proprietários de embarcações motorizadas e aos comerciantes locais, gerando-se um processo de maior diferenciação social.

A partir do maior predomínio da pesca de arrasto no mar de fora, as mulheres se viram desvinculadas da atividade de captura, e se estabeleceram de forma mais permanente como “parceiras de terra”. A motorização e o arrasto exigiram mais características “masculinas” de ordem física e psicológica, tais como força, coragem e conhecimento específico sobre a pesca, em recursos, áreas e adaptações técnicas (mecânica), segundo os próprios pescadores e as mulheres explicam.

De modo geral, a partir da década dos 80 do século XX, é possível sintetizar que o afastamento gradativo das mulheres da pesca e demais atividades extrativistas foi resultante de dois processos fundamentais: das mudanças técnicas e de espaços de pesca relatados, que reportaram incremento de venda e acesso à maior quantidade de bens de consumo; e, também, da disponibilidade de novas opções para a inserção da mulher no contexto econômico local, facilitadas pela chegada dos turistas, construção do trapiche, e a passagem regular do barco de transporte na rota Paranaguá-Guaraqueçaba (à princípio três vezes na semana, e a partir da década de 90, diariamente). Esta situação teve vários reflexos práticos na organização da vida em função das possibilidades geradas, e das novas necessidades gradativamente incorporadas no cotidiano da comunidade.

O acesso facilitado a centros comerciais pelas embarcações a motor, e também pelo barco regular de transporte permitiu a aquisição de uma maior diversidade de produtos e bens de consumo, que não se produziam ou produziam de forma insuficiente na Vila. Neste sentido, ao passo que foi melhorado o acesso a produtos

industrializados para o consumo, inseriu-se novos hábitos que aumentaram a necessidade de dispor de dinheiro por todos, estimulando às mulheres a buscar fontes de renda ou à ampliação das já existentes. Em segundo momento, o acesso a eletrodomésticos até então inacessíveis para as mulheres da Vila (geladeiras, fogões, etc), representou um salto tecnológico que resultou em economia de esforço nas jornadas domésticas diárias, liberando tempo para outras atividades. E ainda, foi reduzindo-se a necessidade de muitas práticas de manufatura, de cultivo e de beneficiamento (como a salga e defumação, por exemplo). Quando a energia elétrica ainda dependia de geradores a incorporação destes elementos foi baixa e recém se generalizou a partir de 1997, quando foi instalada a rede que abastece de eletricidade a Vila.

De fato, o papel da inserção no mercado para a reestruturação das relações de trabalho e das condições gerais de vida na Vila das Peças já foi constatada nos trabalhos de ROUGEULLE (1993), PEDROSO JR (2002), CUNHA *et al.* (2004) e ROCHA (2004). E neste contexto, como sugerido por MANESCHY (1995) e PIERRI *et al* (2005), as funções da mulher na pesca parecem diferir conforme o grau de urbanização que a comunidade apresenta, assim como os níveis de vida e consumos predominantes.

A atividade turística mais permanente na Vila começa em meados da década de 80, com a aquisição gradativa de terrenos por pessoas de fora, tendo um boom a partir dos anos 90, dando origem ao quadro atual de ocupação turística, que tem igualado o número de residências de moradores e de veranistas no presente (2006). Esta situação deu origem a uma rede de demandas por serviços tradicionalmente “femininos”, de limpeza, cozinha, jardinagem, e manutenção das casas dos turistas. Em um primeiro momento, essas novas alternativas de renda não parecem relevantes por tratar-se de atividades de caráter temporário, dependentes da efetiva presença dos turistas/veranistas no local, e principalmente, por não resultar em mudanças estruturais na organização produtiva local (MANESCHY, 2002). No entanto, ainda que sazonais, o surgimento das atividades vinculadas ao turismo representou um nicho econômico de fundamental importância para as mulheres desta comunidade, constituindo um

espaço de trabalho extra-doméstico, remunerado, capaz de suprir de outra fonte as constantes imprevisibilidades e variabilidades dos ganhos com a pesca. E ainda, a aquisição de segundas residências dos turistas gerou uma demanda mais permanente pelo trabalho da mulher por garantir sua estadia na Vila cada verão.

Uma das entrevistadas atribui a melhoria nas condições de vida ao crescente reconhecimento e valor dado ao trabalho da mulher. Considera que à medida que foram sendo criados mais serviços fora de casa para as mulheres, e rendendo a elas remuneração, multiplicaram-se as fontes de renda dentro de uma mesma família, e a mesma renda que já não dependia exclusivamente da pesca (imprevisível e de ganhos limitados pela cadeia de intermediação). As melhorias sentidas não dizem respeito, exclusivamente, à qualidade de alimentação, saúde e vestuário; mas principalmente, pelo abandono das atividades consideradas mais penosas, das quais se incumbiam as mulheres para colaborar com seus parceiros e concentrar a renda no núcleo familiar (caso do manguezal, incursões na mata e mesmo na pesca).

Outra entrevistada, comentando esta mudança coloca que, à medida que foi exigido menos das mulheres em termos de sobrevivência, elas foram gradativamente abandonando as tarefas que tinham o caráter de ajuda e que, de fato, não eram considerados (nem por elas nem pelos homens) como funções de responsabilidade feminina, como os trabalhos ligados à pesca e à mata. É assim que o surgimento de empregos para as mulheres fora da pesca, derivados do turismo e do serviço público, e a criação do primeiro grupo de mulheres, culminou no efetivo afastamento delas das atividades extrativistas<sup>20</sup>.

### 5.3.3. Panorama atual do papel da mulher na pesca e nas demais atividades extrativistas na Vila das Peças

As informações obtidas na pesquisa apresentam uma contradição relativa à participação atual da mulher na atividade pesqueira. Algumas entrevistadas afirmam que as mulheres foram ativas e mantiveram-se na pesca até recentemente, há cerca de

<sup>20</sup> Interessante colocar que neste momento, as mulheres que participavam da conversa passaram espontaneamente, a comprovar esta constatação, apontando e contando os atuais empregos ocupados pelas mulheres na vila, e citando a diversidade de trabalhos sazonais prestados aos turistas.

dois anos, pois esta ainda representava uma forma adicional de gerar renda em épocas de baixa temporada turística (principalmente com cambau de camarão e rede para parati, no inverno). No entanto, a prática se tornou arriscada pela alta incidência de embarcações de arrasto operando na costa da Ilha das Peças durante à noite (área e período em que pescavam).

Outros depoimentos asseguram que as mulheres ainda pescam no ambiente de baía, de cambau, e buscam recursos no mangue. Tratar-se-iam de atividades com fins de lazer e de lembrança (em geral, aparecem nos discursos ora como brincadeiras de infância, ora como recordações de superação de tempos de vida difíceis). As entrevistadas afirmam que os recursos obtidos se destinam, principalmente, à alimentação, particularmente para suprir as “vontades” eventuais de membros da família, salvo sejam capturadas espécies de alto valor comercial (pescados e camarões), que são preferentemente vendidos. Entre as declarações, no entanto, predomina que se trata de atividades eventuais, realizadas cada vez com menos frequência. Um incentivo para ir ao mangue aparece de forma sazonal, sob encomenda de turistas, que pedem caranguejo ou sururu, nem que é raro. Atualmente, a encomendas de ostras de satisfaz com os cultivados existentes na vila, não exigindo ir ao mangue a catar. Esta situação coincide com ALENCAR (1991) que já observou em seus estudos que a associação entre o gostar de pescar e a necessidade de trabalhar é a principal situação que manteve e ainda mantém grande parte das mulheres na pesca.

Entretanto, foi menção comum às entrevistadas que, o fato que mais teve peso para abandonar as atividades extrativistas foi por estas exigirem muito esforço e desgaste físico. Notadamente, MANESCHY *et al.* (s/d) aponta que em suas pesquisas que um dos principais problemas abordados pelas mulheres que se mantêm ativas na pesca diz respeito às condições de trabalho e suas conseqüências sobre a saúde. A noção de trabalho associado à doença é premissa comum ao discurso de muitas mulheres em diversas regiões do litoral brasileiro constatada também por ALENCAR (1991).

Hoje em dia, os mais jovens já não manifestam muito interessados pelo extrativismo nem pela pesca, frente às novas possibilidades profissionais que emergem

em sua realidade, principalmente ligadas ao turismo ou a cursos de capacitação oferecidos em Paranaguá. O extrativismo tampouco é estimulado pelos pais, tanto no caso das meninas e moças como dos filhos homens, cientes do sacrifício que representa, *“sempre estar sujo, molhado, com frio, e ter renda imprevisível”*.

No entanto, o desestímulo enquanto fonte de renda não significa que as famílias ou as crianças estejam afastadas do universo da pesca. Pelo contrário, o envolvimento das crianças e jovens na pesca é claramente perceptível na vila, e se mantém diariamente, de forma natural, pela relação com os instrumentos de trabalho da família, e com a vida embasada no cotidiano das pescarias, de forma intensa, devido se tratar de uma ilha e a ainda marcada dependência da pesca como meio de sobrevivência local.

Da mesma forma que as atividades extrativistas das mulheres, foi constatado que os processos de salga e defumação se encontram quase extintos na vila. Atualmente, são atividades realizadas apenas para consumo familiar, inseridas no contexto da limpeza diária de pescados para alimentação. Assim, é possível encontrar varais com peixes dependurados, sob a fumaça de fogo de lenha, ou ainda, diretamente ao sol, nos arredores de algumas casas.

A plasticidade do trabalho das mulheres e sua fragmentação em diversas atividades podem ser vistas durante a temporada turística, ou em eventos mais breves de feriados, onde elas realizam quaisquer produtos ou atividades que lhes seja requerida. Neste esquema se encaixam desde o beneficiamento de siri, para preparação de produtos a serem comercializados nos restaurantes locais à limpeza e filetagem de pescados, para diferentes demandantes:

- i) atravessadores locais, que representam também os comerciantes da vila;
- ii) grupos aleatórios de pesca, que unificam a produção;
- iii) proprietários dos restaurantes locais;
- iv) turistas e veranistas locais que beneficiam o produto da pesca esportiva.

TABELA 10 - ATIVIDADES LIGADAS À PESCA REALIZADAS PELAS MULHERES ATUALMENTE

Atividades	Finalidade	Especificidade
Coleta de recursos de manguezal (ostra, sururu e caranguejo)	Consumo	Para suprir as "vontades" eventuais, de consumo, mas com fins de lazer e lembrança.
Salga e defumação	Consumo	Apreciado pelos moradores, demandado eventualmente por turistas, mas se trata de atividade inexplorada e em extinção (desestímulo devido á proibição de corte de madeira)
Captura e beneficiamento de siri	Venda do produto (encomenda)	Demanda turística eventual, para preparação de produtos a serem comercializados nos restaurantes locais.
Limpeza de produtos diversos (ostras, peixes, camarão) e filetagem	Renda (venda da força de trabalho)	Para os atravessadores locais (camarão)
		Para os grupos de pescadores locais (camarão)
		Para os proprietários de restaurantes da vila (ostras, peixes, camarão)
		Para os turistas (diretamente na produção da pesca esportiva realizada).

#### 5.3.4. O principal trabalho atual da mulher na atividade pesqueira: os grupos de descasque de camarão

Atualmente, no universo pesqueiro da Vila das Peças, mantém-se como trabalho feminino remunerado, principalmente, o descasque de camarão, capturado tanto por pesca de arrasto na plataforma costeira, como por caceio, cambau e gerival realizados na baía. Assim, a atuação delas no beneficiamento permanece significativa no presente, embora ao longo do tempo elas tenham diversificado suas atividades remuneradas, deixando as capturas ou passado a realizá-las mais esporadicamente.

As características mais evidentes dos grupos de descasque, em relação à organização do trabalho, é que se trata de uma atividade realizada de forma coletiva, executado por mulheres de todas as idades, cuja remuneração varia em função da tarefa (descabeçamento ou descasque), mas é comum ao grupo, onde o trabalho não representa nenhum vínculo formal ou garantia trabalhista e predominam os laços de parentesco e amizade para a convocação do grupo. Apesar do caráter aleatório que aparenta a formação dos grupos, constituídos pelas mulheres que estão disponíveis na

ocasião - a sua composição envolve, aproximadamente, um total de 30 que trabalham de forma mais freqüente<sup>21</sup>. Foi mencionada pelas descascadeiras mais permanentes a existência de aproximadamente mais 10 mulheres que eventualmente participam, em casos de maior necessidade econômica.

O trabalho é realizado para dois agentes econômicos que supõe locais variados para o descasque:

- i) Para um intermediário que agrega a produção comprada de certa parcela de embarcações, e realiza o trabalho nas imediações de seu estabelecimento comercial, com mulheres que trabalham para ele sem vínculo familiar;
- i) Para um grupo de pescadores que agrega sua produção, onde participam as mulheres das famílias envolvidas (e eventualmente os próprios pescadores), em locais próximos aos atraques das embarcações, na praia, em pontos aleatórios.

Em ambos os casos a remuneração é a mesma (R\$ 1,00/kg descabeçado e R\$ 1,25/kg descascado). Apesar da simultaneidade destas situações, foi verificado maior constância e maior volume de produtos no caso do intermediário, atualmente um dos principais interceptadores da produção, e até recentemente, o único, de fato, estabelecido na vila nesta condição<sup>22</sup>.

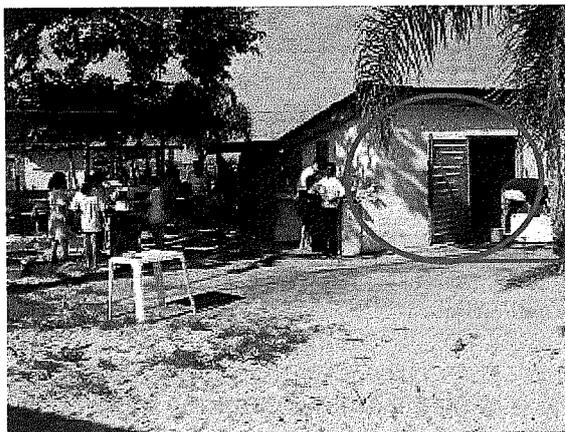
Este intermediador possui um barco que utiliza apenas para o transporte de pescados e insumos (principalmente gelo e diesel) que traz na volta da entrega da produção em Paranaguá. Possui um comércio local (mercadinho), e uma pequena instalação para armazenamento e pesagem dos pescados (FIG 29). Não conta com local específico para as atividades de beneficiamento da produção, que se revezam de acordo com as condições do tempo, geralmente ao ar livre, em mesas e caixas dispostas na areia; ou, então, ao abrigo do telhado de seu estabelecimento ou até na pequena instalação que utiliza para o armazenamento (FIG 30,31 e 32).

<sup>21</sup> Entre as trinta mulheres que configuraram o grupo de trabalho mais freqüente nos descasques, se entrevistou uma amostra de 50%, ou seja, 15 mulheres daquelas mais permanentes nestas atividades, e que participaram, no mínimo, em cinco dos sete eventos de descasque acompanhados em campo. Durante tais grupos de descasque acompanhados, foram tomadas as informações qualitativas, referentes às formas atuais e mudanças do papel da mulher na pesca. Apenas após os sete eventos de descasque mencionados (cinco para o mesmo atravessador e dois para grupos de pesca em família), foi possível constatar a mulheres mais permanente, e que apresentavam maior dependência econômica, senão exclusiva, deste trabalho.

<sup>22</sup> Trata-se do filho do antigo atravessador e comerciante da vila mencionado no histórico.



FIGURAS 29 e 30 - O MERCADINHO E LOCAL DE PESAGEM DA PRODUÇÃO INDIVIDUAL DAS DESCASCADEIRAS. À DIREITA, OS GRUPOS DE DESCASCADEIRAS AO REDOR DAS MESAS.



FIGURAS 31 e 32 - À DIREITA, PANORÂMICA DO LOCAL DE DESCASQUE, COM DESTAQUE PARA O DEPÓSITO DE ARMAZENAMENTO DE PESCADOS QUE, EVENTUALMENTE SERVE DE AMBIENTE ABRIGADO DE TRABALHO.

A idade média do grupo entrevistado esteve entre 48 anos, com predomínio de mulheres entre 30 e 39 anos (40%), e extremos de 23 e 68 anos. Na maior parte dos casos, tratava-se de mulheres casadas (80%), sendo solteiras 13,3% e viúvas 6,6%.

TABELA 11 - FAIXAS ETÁRIAS DO GRUPO DE DESCASCADEIRAS DE VILA DAS PEÇAS (2006)

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
20 - 29 anos	2	13,3%
30 - 39 anos	6	40%
40 - 49 anos	3	20%
50 - 59 anos	3	20%
60 - 69 anos	1	6,7%
TOTAL	15	100%

TABELA 12 - IDADES MÉDIAS POR ESTADO CIVIL DAS DESCASCADEIRAS DE VILA DAS PEÇAS (2006)

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA	%	IDADE MÉDIA
Solteiras	2	13,4	28
Casadas	12	80,0	42
Viúvas	1	6,6	58
TOTAL	15	100	48

No tocante à escolaridade, 80% das mulheres cursaram, no máximo, até a 4<sup>o</sup> série do Ensino Fundamental, e 13,3% sequer tiveram oportunidade alguma de estudo; apenas uma entrevistada (6,6%) concluiu a 8<sup>o</sup> Série, em oportunidade de curso supletivo oferecido na própria vila.

TABELA 13 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO GRUPO DE DESCASCADEIRAS DA VILA DAS PEÇAS (2006)

Escolaridade	Frequência	%
Sem estudo	2	13,3
Até a 4 <sup>o</sup> série	12	80,0
Entre 5 <sup>o</sup> e 8 <sup>o</sup> série	1	6,6,
TOTAL	15	100

Do total das entrevistadas, 46,7% declararam ter no descasque a sua ocupação principal, em termos de renda, das quais 28,6% trabalham exclusivamente nesta atividade, enquanto o restante 71,4% realiza também outras atividades remuneradas, tais como manutenção de casas de veranistas, cabeleireira, entre outras. Enquanto a atividade de maior renda afirmada pelo 53,4% restante do total de entrevistadas foi o trabalho nas cozinhas comunitárias (7) e grupo de artesanato (1).

TABELA 14 – OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL (EM RENDA) DAS DESCASCADEIRAS DA VILA DAS PEÇAS (2006)

Ocupação	Frequência	%
Descasque	7	46,7
Cooperativa de mulheres	8	53,4
TOTAL	15	100

NOTA: (1) Destas, 7 trabalham nas Cozinhas Comunitárias e uma no grupo de artesanato.

TABELA 15 – CARÁTER DE OCUPAÇÃO PRINCIPAL (EXCLUSIVA OU PRESENÇA DE OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA E COMPLEMENTAR)

	Principalmente descascadeiras		Principalmente Cooperativa de Mulheres	
	Frequência	%	Frequência	%
Ocupação Exclusiva	2	28,6	0	0
Ocupação Secundária	5 <sup>(2)</sup>	71,4	8	100
Ocupação complementar <sup>(1)</sup>	1 <sup>(3)</sup>	--	1 <sup>(4)</sup>	--
TOTAL	7	100	8	100

NOTA: (1) A ocupação complementar eventual é realizada pela mesma pessoa, e não soma às outras; (2) caseira; (3) serviços para turistas; (4) cabeleireira.

A diferença foi significativa na renda média mensal derivada de tais atividades, individualmente consideradas: em torno de R\$100,00 mensais para as dependentes do descasque; R\$ 370,00 para as mulheres das Cozinhas Comunitárias, e R\$ 120,00 para o grupo de artesanato. É assim que as atividades geradas pelos grupos de mulheres

organizadas representam uma ocupação mais permanente, que possibilita à seus membros reduzir a dependência do descasque, que historicamente era a única atividade remunerada existente para as mulheres da vila. Consequentemente torna-se possível, também, reduzir as implicações do trabalho de descasque nas condições de saúde das trabalhadoras: todas afirmaram sofrer de dores nas costas (pelo trabalho em pé, e na mesma posição durante cerca de 4 horas); ardência e descascamento nas mãos e inflamações sob as unhas (derivadas do manuseio com o camarão, de elevada acidez e com inúmeras esporas), e que tais complicações melhoram à medida que trabalham de forma mais espaçada no descasque.

No entanto, as descascadeiras mais permanentes ressaltam que é marcadamente variável a renda gerada neste emprego, que ora oferece atividade diariamente, ora pára por semanas, dependendo das condições do tempo. De modo geral, os grupos de descasques trabalham cerca de 3 a 4 vezes na semana, excluindo o defeso do camarão, sendo que, em cada ocasião, as mulheres tiram em média, entre 6 a 12 quilos limpos, dependendo da produção disponível, da habilidade e da hora de chegada no grupo. Nesta margem de produtividade, os ganhos semanais das descadeiras podem variar de R\$ 22,00 a R\$ 45,00, alcançando ao final do mês de R\$ 90,00 a R\$ 180,00. Porém, ocorrem eventualmente episódios de descasque em massa, como um presenciado em campo, no qual mais de 20 mulheres trabalharam por 6 horas consecutivas para descascar 600 quilos de camarão (além de outras que se dedicaram menor tempo). Nesta ocasião, a produtividade individual esteve em média, em 20 quilos, rendendo R\$ 25,00 no dia.

TABELA 16 - PERFIL OCUPACIONAL DAS DESCASQUEIRAS DA VILA DAS PEÇAS (2006)

Atividade principal declarada	% (f)	Idade média do grupo	Tempo médio nesta atividade	Renda mensal média declarada nesta atividade	Outras atividades simultâneas mencionadas
Descasque	46,6% (7)	43 anos	34 anos	≈ R\$ 100,00	Caseiras e demais serviços de limpeza a turistas (5) Beneficiamento de peixe p/ restaurantes e turistas (1)
Cozinhas Comunitárias	46,6% (7)	41 anos	7 anos	≈ R\$ 370,00 (1 SM)	Descasque* (todas as 7) Serviços á turistas (1)
Grupo de artesanato	6,7% (1)	36 anos	2 anos	≈ 120,00	Descasque e Cabeleireira (1)

NOTA: \* Nesta ocasião, todas as entrevistadas que citaram o descasque como atividade secundária, afirmaram ter participado desde sua infância e se mantido nele enquanto principal fonte de renda, participação que se reduziu em função da inserção nas cozinhas comunitárias.

A baixa contribuição do descasque em termos de renda, somada à imprevisibilidade da convocação foram motivos que incitaram às descasqueiras a desenvolver maior número de atividades paralelas, geralmente ligadas ao turismo. De fato, entre as mulheres das cooperativas (cozinhas e artesanato), a única atividade econômica adicional verificada foi o descasque, mencionada por todas elas (exceção de uma mulher que também trabalha como cabeleireira da Vila). Já as descasqueiras que não trabalham nesses grupos, necessitam desenvolver várias atividades, que chegam a ser 3 ou 4 em temporada, o que supõe sobrecarga de ocupações parciais, e uma polivalência forçada na qual se fundamenta o sustento de sua família. Por outra via, o mesmo quadro de “sobre-aproveitamento” da temporada também foi mencionado pelas integrantes das Cozinhas Comunitárias; porém, a jornada individual das mulheres passa a ser unicentrada nesta atividade, e seguramente amenizada pelo rodízio que o trabalho coletivo possibilita.

No entanto, apesar da necessidade de ampliar as atividades remuneradas (diante da baixa renda da maioria das ocupações e da sazonalidade de todas elas) grande parte das entrevistadas mencionou como limitações a existência de filhos pequenos (que precisam de cuidados e não tem onde ficar); seguida da proibição do marido para algumas atividades (particularmente aquelas que exigem contato direto com turistas), e ainda, problemas de saúde (dores na coluna, etc). Na literatura que

trata da relação mulher e trabalho nas comunidades pesqueiras, a busca por oportunidades de complementar a renda fora do lar geralmente traz conflitos de ordem familiar e tensões com o cônjuge (MANESCHY, 1995). Apesar da dinâmica econômica e tecnológica, os valores culturais permanecem embora se observe também seu questionamento na prática. As mulheres assumem as novas oportunidades de renda, continuando a arcar com as responsabilidades de cuidado com os filhos.

Em relação aos rendimentos totais das entrevistadas, aquelas que apontaram o descasque como principal ocupação apresentaram uma média de ganhos mensais em torno de R\$ 180,00, ao passo que aquelas que integram também os grupos cooperados de mulheres chegam a ganhar entre R\$ 220,00, no grupo de artesanato, e R\$ 450,00 na Cozinha Comunitária, por mês.

TABELA 17 - RENDIMENTO MENSAL MÉDIO DOS DIFERENTES TIPOS DE TRABALHO DAS MULHERES (VILA DAS PEÇAS, 2006)

Atividade principal	Renda média mensal do descasque (desvio padrão) (frequência)	Renda média dos serviços de caseira (desvio padrão) (frequência)	Renda média dos grupos de mulheres	Aporte na renda doméstica
				TOTAIS
Descascadeiras	R\$ 102,86 (+ - R\$ 7,6) (7)	R\$ 80,00 (mensal)* (+ - R\$ 20,00) (5)  + Eventuais R\$30,00(semana)*	---	R\$ 182,56  (+ R\$ 30,00 eventuais)
Cozinha Comunitária	R\$ 84,00 (+ - R\$16,7) (4)	----	R\$ 371,00 (+ - R\$ 48,8) (7)	R\$ 455,00
Artesanato	R\$ 120,00 (1)	----	R\$ 120,00	R\$ 220,00

NOTA: \* No caso semanal, trata-se do montante ganho no período médio em que os turistas permanecem na vila, conferido por elas como "dinheiro da semana". Já o valor mensal diz respeito ao trabalho de caseira de forma permanente.

Quando perguntadas sobre qual é a fonte principal de renda da família, 86,7% das entrevistadas responderam que é a pesca, se referindo propriamente à captura. Nestes casos, a pesca configura-se em atividade exercida por homens da casa, representados predominantemente pelos esposos das descascadeiras (84,6%), seguidos

equivalentemente, pela figura do filho ou irmão como responsáveis pela pesca (7,7% em cada caso). Em apenas um caso a dependência da pesca se caracteriza diretamente pelo vínculo com o descasque, que se constitui na única atividade remunerada realizada em caráter mais permanente na família, em uma situação em que a entrevistada é a chefe de família (em condição de “mãe solteira”, com três crianças para sustentar. Nesta situação, a imprevisibilidade comum à quem depende de rendas sazonais (seja da pesca ou do turismo) torna-se ainda mais crítica, sendo freqüente a necessidade de uma pensão mensal dos pais da jovem para suprir com as despesas da família (equivalente à R\$ 100,00).

Uma única família do total das entrevistadas não depende da atividade pesqueira (6,7% do total), cuja renda permanente é proveniente do emprego do esposo da entrevistada em uma ONG que atua na região (auxiliar de pesquisa) e já não pesca. Este caso, em particular, é uma das situações em que a atividade principal declarada pela entrevistada foi a Cozinha Comunitária, o que completa a única situação verificada de total independência da pesca para a renda familiar, já que o descasque também assume o segundo plano em importância econômica.

Apesar da relevância da atividade pesqueira como fonte de renda comum à estas famílias, a representatividade econômica da pesca pode variar em função de diferentes capacidades produtivas destes pescadores (contribuindo financeiramente com mais ou menos para o montante doméstico), e portanto merece ser considerada na análise. Supondo que a variabilidade da produtividade na pesca se relaciona com as condições que o pescador possui para o exercício da atividade, é possível conceber a posse ou não dos meios de produção como principal elemento para análise do potencial pesqueiro deste, e conseqüentemente, da contribuição derivada da pesca para esta família. A intenção desta análise tem o intuito de identificar o nível de imprevisibilidade ao qual estão submetidos os membros de uma família, e permitir uma margem de inferência mais real sobre o peso da contribuição do trabalho da mulher (no descasque, ou fora dele) para a reprodução econômica da família.

Contudo, nas entrevistas, apesar da menção sobre o tipo de embarcação e de pesca praticada (com os próprios instrumentos) foi freqüente a lacuna de dados

referentes à renda familiar proveniente da pesca. O mesmo aconteceu para atividades ligadas ao turismo, o que conferiu certa imprevisibilidade ao ganho mensal total da família.

Diante destas e aos efeitos de elaborar um cenário mais geral acerca da renda familiar derivada da pesca, bem como o percentual do aporte do trabalho da mulher na renda doméstica, realizou-se o seguinte procedimento:

i) as rendas declaradas foram agrupadas em classes, definidas com o critério de posse ou não de embarcação, sendo específicas ao tipo de barco declarado de uso pela família. Supõem-se esta como a principal ferramenta que define o potencial de captura, e, portanto, de produtividade, de um pescador;

ii) Em cada classe, foram obtidos os valores médios das declarações existentes sobre a renda mensal da família derivada da pesca, e o desvio padrão destas (salvo um caso de *out lier* que foi desconsiderado por superar em 100% a média dos demais valores deste grupo).

Mesmo ciente das limitações deste procedimento, devido a pouca quantidade de dados o que torna a média muito relativa, é pertinente considerar que serão agrupados em cada classe, pescadores semelhantes em relação ao seu potencial de produção. E, mesmo considerando que tratam-se apenas de estimativas, que possivelmente possam diferir em valores líquidos reais, pode-se ter uma idéia das principais categorias de trabalhadores no universo pesqueiro amostrado<sup>23</sup>, e da representatividade da pesca para a reprodução da família.

---

23

Interessante considerar que a elaboração da tabela foi iniciada em campo, e contou com a ajuda das entrevistadas para os delineamentos gerais referentes aos rendimentos em cada situação de pesca constatada.

TABELA 18 - RENDA FAMILIAR DERIVADA DA PESCA DECLARADA PELAS DESCADREIRAS E RENDA MÉDIA ESTIMADA ÀS CATEGORIAS DE PESCA DEFINIDAS COM BASE AO TIPO DE EMBARCAÇÕES (VILA DAS PEÇAS, 2006).

Embarcação e tipo de pesca declarada como praticada na família	Condição de trabalho	Renda média auferida para categoria (estimativa)	Renda média declarada entrevistado
Canoa remo (Espinhel, tarrafa, gerival)	Proprietário	≈ R\$ 150,00 (+ 56,00)	1. R\$50,00 a R\$ 150,00 2. R\$ 180,00 3. R\$ 350,00 (out lier) 4. R\$ 150,00 a R\$ 200,00 <b>Média = R\$ 150,00</b> <b>D. P. = R\$ 56,00</b>
Canoa motor (Espinhel, arrasto, caceio)	Proprietário	≈ R\$ 285,00 (+ 30,00)	1. ND Média (das médias) das categorias extremas = R\$ 285,00 Média dos D.P.extremos = R\$ 30,00
Batera (Espinhel, arrasto, caceio)	Proprietário	≈ R\$ 425,00 (+ 100,00)	1. R\$350,00 a R\$500,00 <b>Média = R\$ 425,00</b> <b>D.P.= R\$ 100,00</b>
Bote (arrasto)	Quinhão (permanente) Proprietário	≈ R\$ 462,00 (+53,00) ≈ R\$ 924,00 (2x)	1. R\$ 500,00 2. R\$350,00 a R\$500,00 <b>Média = R\$ 462,00</b> <b>D.P.= R\$ 53,00</b>
Sem embarcação Pesca de praia (tarrafa, lança, cambau)	Proprietário	≈ R\$ 125,00 (+ 35,00)	1. R\$ 100,00 2. R\$ 150,00 <b>Média = R\$ 125,00</b> <b>D.P.= R\$ 35,00</b>

NOTA: o símbolo (+-) se refere ao desvio padrão No caso dos proprietário de botes, a estimativa de renda foi multiplicada por dois, considerando que ele se apropria da parte do quinhão pela posse do barco.

De fato, foi perceptível a variação no aporte financeiro entre as categorias, e que tais diferenças se devem às distintas capacidades produtivas possibilitadas pelas embarcações e instrumentos de captura. E já se sabe que a imprevisibilidade de renda na pesca em geral é muito intensa, e varia ainda, de acordo com a “sorte” na pescaria (espécie e quantidade capturada) assim como em função das épocas de temporada (verão) e fora dela (inverno) – devido às condições mais ou menos favoráveis para a pesca.

Os valores encontrados para a renda média das classes definidas apresentaram equivalência com dados apresentados na literatura. Em relação à categoria de bateras (proprietários) e botes (quinhão) - que representam 68% das embarcações motorizadas da Vila - a renda mensal aproximada esteve em torno de R\$ 400,00, valor que correspondeu à renda observada por BORGES, *et al.* (2004) entre os pescadores da Barra de Superagui, que apresenta situação técnica pesqueira similar à da Vila das Peças, contabilizada em cerca de R\$ 350,00 (49% da renda total da família). Já em Piassaguera, comunidade também localizada na Baía de Paranaguá onde predominam sistemas pesqueiros mais artesanais, a renda auferida pelos autores foi de R\$ 213,00 (66% do total da renda familiar), o que corresponderia ao padrão de renda geral entre os pescadores de pequena escala na Vila das Peças (canoa a remo e a motor, e pesca de praia). A comparação com as distintas comunidades se deve à falta de dados referente à renda dos pescadores da Vila das Peças neste estudo. Por outra via, dados do IPÊ (2002) apontam que a pesca representa a principal fonte de renda para 88% da população da Vila das Peças, cuja renda média mensal gira em torno de R\$ 360, 00.

Analisando o rendimento total das famílias das mulheres que se dedicam prioritariamente ao descasque, cerca de 45% é derivado da soma gerada por seus trabalhos, enquanto que nas famílias das mulheres que integram a cozinha comunitária, o ingresso total de renda delas representa o 61,7%, do montante mensal da família, chegando, em um caso a quase 80%. Estas situações de grande aporte econômico da mulher reduzem significativamente a importância mensal do ingresso derivado da pesca, e, portanto, as margens de imprevisibilidade dos ganhos da família, elevando sua qualidade de vida a partir do trabalho destas mulheres.

Na tabela 19 se apresenta a contabilização da renda total derivada da pesca, os valores apresentados são resultantes diretamente da captura (venda primária), e indiretamente, através da atividade de descasque e aposentadoria. Os demais valores das famílias relativos à seguridade trabalhista (defeso) e outros benefícios sociais (bolsa família) estão em destaque, mas não foram somados aos valores.

TABELA 19 – COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, APORTES DA PESCA E SEGURIDADE SOCIAL E CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

Ocupação principal da mulher	Perfil de propriedade de embarcação na família	Renda média da família Ligada à pesca		Composição da renda		
		ELE	ELE +ELA	Total da renda familiar	% da pesca	% total da mulher
1. renda da pesca 2. renda total						
Descascadeiras  1. 100,00 2. R\$ 182,00	Canoa a remo (2) (1) defeso ele (1) defeso ele	R\$ 150,00	R\$ 250,00	R\$ 332,00	75,3 %	54,8%
	Canoa motor (2) (1) defeso ele/ ela + Bolsa família 65,00 (1) defeso ele/ ela + aposentadoria (pai)	R\$ 285,00	R\$ 385,00	R\$ 467,00	82,4%	38,9%
	S/ embarcação – Quinhão (1) + pensão do marido	R\$ 125,00	R\$ 225,00	R\$ 307,00	73,3%	59,3%
	(1) Aposentados ele / ela + canoa a remo	R\$ 350,00 +	R\$ 600,00	R\$ 682,00	87,9%	26,6%
	Não pesca* + bolsa família 95,00		R\$ 100,00	R\$ 182,00	55%	100%
<b>Subtotais (média)</b>					<b>74,78%</b>	<b>44,9%</b>
Integrantes da Cozinha Comunitária  1. R\$ 85,00 2. R\$ 455,00	Canoa a remo (1) + bolsa família 65,00	R\$ 150,00	R\$ 235,00	R\$ 605,00	38,8%	75,2%
	Batera (1) + defeso ele/ela	R\$ 425,00	R\$ 510,00	R\$ 880,00	57,9%	51,7%
	S/ embarcação – Quinhão (2) (1) defeso ele/ ela (1) defeso ele/ ela + Bolsa família 95,00 + Aposentadoria (mãe)	R\$ 125,00	R\$ 210,00	R\$ 580,00	36,2%	78,44%
	Aposentados (2) (1) defeso ela (1) bolsa família 65,00	R\$ 350,00	R\$ 435,00	R\$ 805,00	54%	56,5%
	Não pesca (Aux. De pesquisa) (1) + bolsa família 45,00	R\$ 520,00	R\$ 605,00	R\$ 975,00	62%	46,6%
<b>Subtotais (média)</b>					<b>47,98%</b>	<b>61,7%</b>
Integrante Artesanato 1. R\$ 100,00 2. R\$ 220,00	Bote Nenhum benefício	R\$ 924,00	R\$1024,00	R\$ 144,00	89,5%	19,2%
<b>Subtotais (média)</b>					<b>89,5%</b>	<b>19,2%</b>

De modo geral, a principal característica das famílias que dependem da pesca é a flexibilidade que exige de seus membros para driblar a imprevisibilidade e variabilidade dos ganhos com a pesca. E neste campo se enquadra perfeitamente o papel das mulheres, que passam a desempenhar múltiplas tarefas, dentro e fora da pesca, de forma a contribuir no orçamento doméstico, a fim de suprir ao menos as necessidades básicas da família, seja pela aquisição direta de alimentos ou de renda. Neste sentido, a crescente inserção da mulher no mercado, enquanto trabalhadora se mostrou importante no sentido do aporte econômico que representa à família, sendo uma forma da mulher contribuir diretamente com o trabalho investido na pesca, possibilitando a reprodução da família no exercício da atividade, e que aconteça em melhores condições materiais.

#### 5.3.5. Demais espaços atuais de trabalho das mulheres na vila das peças

Em geral, as formas atuais de representação econômica das mulheres na comunidade são derivadas das principais atividades existentes, ou seja, da pesca e do turismo. Como características principais e geralmente comuns às ocupações femininas em grande parte da sociedade, é que tratam-se de trabalhos informais, marcadamente sazonais, e que mantêm o tipo de tarefas exercidas no âmbito doméstico, com predomínio de serviços de limpeza e de manuseio de alimentos, em geral.

Com exceção do descasque de camarão, a outra atividade derivada diretamente da pesca, em caráter de trabalho contratado, é o beneficiamento da produção da pesca esportiva local ou para restaurantes da Vila. Além destas, as demais ocupações referem-se à manutenção das casas de veraneio e demais serviços demandados no tempo de permanência dos turistas na Vila (lavagem de roupa, manutenção das embarcações, encomendas de tortas, etc).

Outro tipo de trabalho acontece de forma autônoma, como as atividades de coleta e venda de latas de alumínio; encomendas de bolos e tortas em geral; encomendas e pronta entrega de artesanato, como crochês, bordados, etc.; revenda de produtos por catálogos; e mesmo a intermediação da pesca de menor escala da vila. E

ainda, existem os trabalhos oferecidos por intermédio da Associação de Moradores, que se constituem em ocupações de mulheres interessadas e cadastradas na Associação, que se revezam mensalmente para cumprir as funções de secretária do quiosque da Associação, ou para limpeza dos caminhos da Vila duas vezes na semana, nesta última, com duas mulheres por mês. Apesar do rodízio, estas oportunidades de renda são permanentes para as mulheres mais necessitadas da comunidade, e garantem um aporte financeiro ainda que em períodos intercalados (R\$ 100,00 mensais).

As outras possibilidades de renda às mulheres, mas que possuem o caráter de emprego de forma mais permanente são representadas: i) pelos empregos formais ligados ao serviço público na própria vila (escola, posto de saúde e correio, com 7 mulheres); ii) por trabalhos vinculados à comércio locais, na condição de proprietárias ou em regime familiar (4 proprietárias e eventuais contratadas na temporada); iii) nas cooperativas de mulheres - particularmente nas Cozinhas Comunitárias (com 20 mulheres), e também no grupo de artesanato (com 5 associadas) - que totalizam 25 integrantes permanentes.

Considerando o horizonte de desenvolvimento destas oportunidades para as mulheres, é importante considerar que existem limitações particulares a cada caso.

No tocante aos empregos ligados ao serviço público, os principais benefícios são provenientes do vínculo empregatício formal, e da renda fixa e acesso a direitos trabalhistas e previdenciários que estes representam. Porém, prevalece relativamente estante a possibilidade de incorporar mais pessoas neste setor, devido à manutenção que tradicionalmente se mantém no quadro de funcionalismo público, pelo menos durante uma mesma gestão eleitoral.

Em relação aos comércio locais, a inserção das mulheres pode acontecer nas empresas individuais (ou familiares), como é o caso dos restaurantes e mercearias locais; ou, nas cooperativas, como se constituem as Cozinhas Comunitárias. O fato de representarem o mesmo ramo (de produção, ou de intermediação de alimentos industrializados) condiciona a inserção de mais mulheres à ampliação deste setor; e, ainda que tais comércio se diferenciem em escala de produção, em serviços prestados e organização do trabalho, ambos os casos estão submetidos, sobretudo, às limitações

da demanda, seja pelos consumidores turistas ou moradores da vila. Uma vez que são o turismo e a pesca os tripés econômicos de tais consumidores, é a situação mais imediata destas atividades que dita a circulação de capital na comunidade; porém, que sentem na mesma época, suas variabilidades: inverno com baixa incidência de visitantes e de queda nos rendimentos da pesca. Neste sentido, a sazonalidade limita não somente os rendimentos, mas também a oferta de empregos disponíveis nos comércios da vila, uma vez que a inserção de mais pessoas para a realização de um mesmo serviço implica na redução da arrecadação individual.

Em relação às demais atividades exercidas pelas mulheres referentes à contratação a demandas eventuais ou prestação autônoma de produtos e serviços, os limites são os mesmos daqueles que se impõe ao comércio, ou seja, são derivados da sazonalidade a qual estão submetidos. Com exceção do trabalho de cabeleireira e revendedora de catálogos, que se sustenta fundamentalmente pela comunidade, o turismo é o elemento de variabilidade maior. Neste sentido, a imprevisibilidade da demanda por estas atividades caracteriza a fragilidade destas como alternativas de complemento de renda.

Na seqüência, se apresenta uma análise mais específica do potencial dos trabalhos realizados nos grupos de mulheres representados pelas Cozinhas Comunitárias e grupo de artesanato, enquanto nicho econômico criado por elas e apoiado por instituições externas, como estratégias desenvolvidas em caráter cooperativo buscando driblar a sazonalidade e informalidade dos tradicionais espaços de trabalho que predominaram para a mulher na vila.

TABELA 20 - ESPAÇOS DE TRABALHO OCUPADOS PELAS MULHERES NA VILA DAS PEÇAS (2006)

Proprietários e intermediários que contratam força de trabalho alheia ao núcleo familiar (Comércio)  (mulheres na condição de co-proprietárias)	Estabelecimentos comerciais	Restaurante Iná II (proprietária)
		Restaurante e Pousada Teodoro Dias + esposa + contrata serviços de beneficiamento de pescados e de atendimento de mesas;
		Pousada do Carlinhos + esposa + contrata cunhadas p/ prestação de serviços de limpeza;
		Mercearia do Jaime + esposa + contrata serviço de descasque
	Trabalho na residência própria	Restaurante Iná II (proprietária) Intermediação da pesca de menor escala
SUBTOTAL – 5 (proprietárias) + contratadas eventuais (variável)		
Cooperativas de produção	Cozinhas Comunitárias	Clube de Mães (13); D. Lurdes (7);
	Artesanato	Berço dos Golfinhos (5);
SUBTOTAL - 25		
Empregos formais regulares (estado/município)	Escola	Professoras ensino municipal (4) Auxiliar da escola (merendeira) (1)
	Posto de Saúde	Agente Comunitária de Saúde (1)
	Posto de Correio	Atendente (1) (s/ carteira assinada)
SUBTOTAL – 07		
Empregos formais em sistema de rodízio	Associação de Moradores	Secretárias (1 por vez) Manutenção das trilhas (2 por vez)
SUBTOTAL – Variável		
Contratados à demanda eventual	Locais variados (domésticos e extra-domésticos)	Descasque de camarão (=~30)
		Beneficiamento de pescados (restaurantes/ turistas) (+)
		Serviços domésticos e de manutenção de residências de veraneio
		Limpeza de praia (mutirão), em ações do governo municipal e do estado
SUBTOTAL – Variável		
Ofertantes autônomos de produtos e serviços	Autônomos	Cabeleireira
		Encomendas de bolos e tortas
		Coletora de latas (1);
		Artesanato/crochês
		Vendedora de catálogos (2)
SUBTOTAL – Variável		

### 5.3.6. Os grupos de trabalho cooperado de mulheres

Em geral, os grupos de trabalho cooperativo existentes na Vila das Peças se constituíram com fins primeiros de auto-geração de renda por iniciativa das próprias mulheres, apoiadas financeira e tecnicamente por instituições externas (EMATER e PROVOPAR). Trata-se de duas Cozinhas Comunitárias: Clube de Mães e Grupo de Mulheres Solidárias, esta última derivada do desmembramento da primeira; uma outra Cozinha identificada na etapa de definição do estudo de caso se extinguiu. O terceiro grupo voltado ao artesanato (Berço dos Golfinhos) teve apoio político, da PROVOPAR e do IPÊ, ONG ambientalista que trabalha na região. Em todos os casos, a obtenção das informações sobre o histórico do grupo e características atuais de funcionamento aconteceu mediante a aplicação de questionário semi-estruturado às coordenadoras de cada cooperativa, sendo que todas as três entrevistadas acompanham o mesmo grupo desde sua criação e tem forte relação com seu surgimento.

#### 5.3.6.1. A Cozinha Comunitária Clube de Mães

A entrevistada para recuperar o desenvolvimento desta cooperativa foi Ilda Xavier Carvalho, de 35 anos, que integra o grupo desde a sua fundação informal como Clube de Mães, permanecendo até sua constituição legal como Cozinha Comunitária. Há 4 anos Ilda ocupa o cargo de Presidente do grupo, mas já vem de uma trajetória ativa de participação na Diretoria, tendo sido também, antes do atual cargo, vice-presidente. Interessante notar que Ilda exerceu importante atuação política também na comunidade, na condição de Primeira-Secretária da Associação de Moradores, na gestão de Leoni Teodoro de Carvalho. Ilda concluiu recentemente a 2ª série do 2º grau, em oportunidade que surgiu na própria vila (onde é nascida), em curso de supletivo oferecido pelo estado para jovens e adultos na escola local.

#### 5.3.6.1.1. Histórico de criação

O Clube de Mães teve origem em 1990, como grupo auto-organizado, sem fins lucrativos, para dar assistência às famílias mais carentes da comunidade. No início, cerca de 40 mulheres da vila se reuniram para discutir as melhores formas para arrecadar fundos para o grupo, e para trabalharem em atividades artesanais variadas. Inicialmente, faziam chinelos bordados, pinturas em guardanapos e cerâmicas, confecção de panos de prato e lençóis, que eram vendidos dentro do próprio grupo, e, principalmente, para turistas assim como nas vilas mais próximas. Outra potencial fonte de arrecadação inicial foi a promoção de bingos, organização de bailes e de barracas para vender os mais variados produtos em datas festivas na vila.

Já no decorrer destas atividades, a EMATER, avisada da iniciativa por contato informal de freqüentadores da vila, buscava maneiras para estimular e consolidar o empreendimento. Em 1997 surgiu a oportunidade de formalizar uma fonte de apoio ao Clube de Mães, constituindo-o em associação, sob a qual a EMATER poderia direcionar fundos para investimentos em infra-estrutura e capacitação de seus membros.

Neste contexto, diante da existência de um projeto do Governo de Estado que visava incentivar organizações comunitárias, voltadas à melhoria na oferta de gêneros alimentícios e geração de renda para as populações da zona costeira paranaense, o Clube de Mães se constituiu, em 1997, em Cozinha Comunitária. A estratégia foi garantir o desenvolvimento do grupo, vinculando-o ao referido projeto, que na época estava sendo implementado por intermédio da própria EMATER nas principais vilas localizadas na região de Guaraqueçaba, e que, de fato, visava o estímulo à organização das mulheres em grupos de trabalho.

O objetivo principal do projeto foi melhorar as condições de vida por duas vias: geração de renda para uma parte da população e oferecer produtos e serviços de alimentação tanto para turistas como também para os moradores locais, facilitando à estes o acesso à produtos industrializados e demais necessidades de consumo. Além deste resultado mais imediato, a iniciativa serviu de estímulo à formação da mulher e

sua integração no mercado de trabalho, mesmo que limitado ao âmbito de sua comunidade. E mais ainda, esta medida reconhecia o potencial de estratégias coletivas, e estimulava a mobilização e princípios cooperativistas.

A médio e longo prazo, a proposta proporcionou às participantes experiências práticas e de capacitação seqüenciais, através de cursos oferecidos pela EMATER e por distintas fontes de apoio, que vieram no decorrer da consolidação do empreendimento. Os cursos realizados pelas mulheres foram vários, relacionados a técnicas de panificação (fabricação de pães, doces, salgados em geral), e manuseio e preparação de alimentos, e chegaram a proporcionar à algumas participantes um estágio em uma panificadora em Paranaguá, para o acompanhamento da rotina de produção.

#### 5.3.6.1.2. Estrutura e organização do trabalho

Em um primeiro momento, o grupo foi registrado legalmente como “Cozinha Comunitária Clube de Mães”, entidade sem fins lucrativos, com respectivo CNPJ e estatuto. Para a estruturação da Cozinha, a EMATER doou ao grupo os primeiros equipamentos, como louças, fogão, forno, freezer e balcão frigorífico, e investiu na consolidação financeira através da concessão de capital de giro inicial de R\$ 2.000,00, a fundo perdido.

O local escolhido para a sede da Cozinha é uma edificação da CODESPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná), onde operou por menos de um ano uma Cooperativa de Pescadores instalada na década de 80. Na época da criação da Cozinha, o galpão permanecia em desuso, e passou por reformas com o apoio da comunidade, que trabalhou em “mutirão”, nos moldes em que se realizava tradicionalmente: enquanto os homens reparavam o local, as mulheres cozinhavam, e ao final do trabalho todos comemoravam o feito. A verba para a obra também foi da EMATER, que dispunha de um montante para a construção de um local específico para a Cozinha. Como, neste caso, já havia na Vila uma estrutura física que, apesar de

deteriorada, possuía localização privilegiada (imediate ao trapiche), foi preferido reformar a base existente e investir o restante na compra de equipamentos.

Com o tempo, as melhorias na estrutura física e a aquisição de novos instrumentos foram sendo pagas com o resultado do trabalho de uma administração eficiente. O capital de giro se manteve fixo, e se contou com empréstimos reembolsáveis de fundos locais alternativos (Igreja Católica da Vila) e de financiamentos a médio e longo prazo dos equipamentos. Desta maneira, o grupo adquiriu uma masseira para fabricação de pães, mais um forno e um fogão, e dois freezers, além de mais louças e utensílios em geral. No entanto, a dificuldade em acessar créditos passa pela condição em que se situa a maioria das mulheres do grupo, que por terem no descasque de camarão e no grupo suas principais fontes de renda, não podem comprovar rendimentos mínimos fixos, indispensáveis nestes processos.

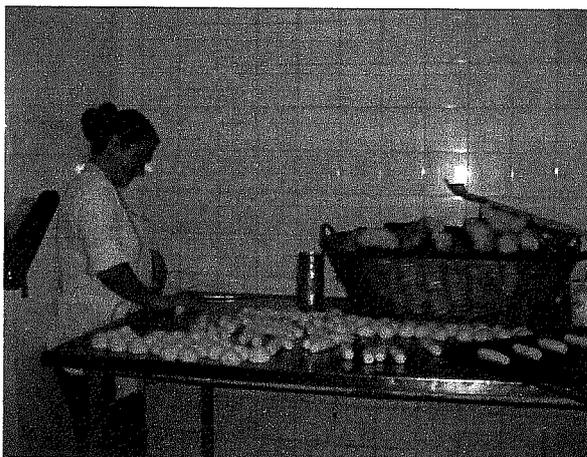
Atualmente, o grupo ainda mantém vínculo com a EMATER e PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense), entidades com as quais as mulheres têm buscado grande parte dos recursos mais recentemente. O último investimento foi a pintura da Cozinha e melhorias na aparência física, conseguida por intermédio da PROVOPAR, que favorece a atração de mais turistas e o movimento geral do estabelecimento, segundo a Presidente do grupo (FIG 33 e 34).



FIGURAS 33 E 34 – VISTA EXTERNA DA COZINHA COMUNITÁRIA, A PARTIR DO TRAPICHE, À DIREITA, E VISTA INTERNA, À ESQUERDA.

Mesmo sem nenhuma formação direcionada à capacitação em contabilidade ou processos administrativos, as participantes do grupo gerenciam as responsabilidades e finanças com uma eficiência que vêm garantindo a consolidação e a reprodução econômica do grupo há 9 anos. Do ponto de vista administrativo, cumprem as funções previstas em estatuto (presidente/ vice, secretária/ vice, conselheira/ vice, tesoureira/ vice, etc.), mas compartilham o poder de decisão final. Para toda e qualquer resolução é convocada reunião geral, na qual são tomadas as decisões por consenso da maioria. A hierarquia é funcional, e não estrutural, a presidente não possui nenhum privilégio sobre as demais e não há diferenças salariais. Os cargos são revistos em cada gestão, bianual, quando ocorre a formação das chapas e votação secreta.

Do ponto de vista da organização do trabalho, o grupo se fundamenta na igualdade para a divisão do trabalho, com formação de equipes que fazem rodízio em jornadas de 7 horas diárias, de forma que todas empenhem o mesmo esforço. No entanto, a divisão do trabalho respeita as habilidades naturais e visa explorar as potencialidades e diferenças intrínsecas às integrantes. A principal divisão tem cunho prático, havendo sub-grupos especializados nas tarefas de cozinhar, preparar os pães, e gerenciar a caderneta (atendente), de onde as equipes se formam com representantes de cada uma destas funções, independente do rodízio (FIG 35 e 36).



**FIGURAS 35 E 36 – INTEGRANTE DA COZINHA PREPARANDO OS PÃES, E BALCÃO DE ATENDIMENTO, ONDE AS DEMAIS MULHERES SE REVEZAM NAS DISTINTAS FUNÇÕES.**

Atualmente, o grupo é constituído por 13 mulheres, que se dividem em 4 equipes com 3 pessoas, e uma com 4 pessoas. A primeira equipe trabalha no período das 7:00 às 14:00 horas, e o segundo, das 14:00 às 21:00. Os horários possuem flexibilidade de acordo com a estação do ano, condizentes com as variações na pesca e no fluxo turístico, uma vez que são estas as atividades que aportam praticamente toda a renda para a população residente na Vila das Peças, e determinam a intensidade de movimentação financeira nos estabelecimentos locais.

No período em que estão em horário de trabalho, nos momentos de menor movimento, executam também as tarefas decorrentes dos cargos administrativos que assumem, principalmente, relacionadas à contabilidade dos débitos da comunidade, e das pendências do estabelecimento com seus fornecedores. Ou seja, articulam estratégias para concentrar o trabalho naquele período, e não acumular tarefas a serem levadas para a casa, e sobrecarregar ainda mais a jornada doméstica (que se concentra em menor tempo, mas não se reduziu, segundo as associadas).

Os rendimentos líquidos médios mensais totais giram entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00, chegando a R\$ 5.000,00 nas melhores épocas. Em geral, as variações no ganho são dependentes, principalmente, da quantidade de dívidas liquidadas pela população, que compre “fiado”. Isto significa que em média o trabalho renda entre R\$ 150,00 a R\$ 370,00 mensais para cada membro do grupo, nas baixas e altas temporadas, respectivamente.

O inverno é considerado o pior período para o rendimento econômico do grupo, com pico de queda nas vendas no mês de maio, quando a atividade pesqueira na vila entra em declínio, e o aporte de turistas se reduz drasticamente. Em junho e julho o movimento tende à melhorar, por ocasião das férias, e também da safra do camarão sete-barbas na baía, mas volta a cair em agosto e setembro, considerados meses críticos. A partir de dezembro se inicia o auge do verão, que assinala a época de cardumes variados de peixes (dos quais muitos de grande aceite no mercado), e marca também a chegada da temporada turística que mantém bom fluxo até março. Neste mês, os rendimentos voltam a cair por duas vias: a pesca estagna pela mudança de

safra dos “peixes de calor” para os “peixes de frio”, e o turismo torna-se extremamente eventual e limitado a episódios de feriados.

Em janeiro acontece a Festa de São Sebastião, ocasião em que mais de 5000 pessoas visitam e permanecem na Ilha, no mínimo, por três dias. De fato, a alta demanda deste momento gera uma capitalização ao grupo que garante as épocas mais calmas. A estratégia de manutenção do estabelecimento nos períodos de “baixa” está relacionada:

- i) Ao permanente fluxo de veranistas que possuem segunda residência na Vila, e que estão presentes aos finais de semana e feriados prolongados;
- ii) Ao constante atendimento às necessidades de consumo da comunidade, visando a superação das dificuldades de forma conjunta e articulada. Por um lado, garante aos moradores a possibilidade de manter a base alimentar da família, mesmo nos piores períodos de renda (o que também se estende às participantes do grupo). Por outro lado, a venda por caderneta (fiado) se constitui em uma reserva do estabelecimento para garantia de pagamento aos fornecedores, ao final do mês, considerando que ao menos parte das contas são sempre liquidadas.

Pelas duas vias, através do atendimento às demandas da população residente e flutuante (veranistas e turistas), se estabelecem as melhores condições para que o grupo obtenha, de forma mais ou menos periódica, os rendimentos necessários a manutenção de um caixa positivo mesmo em épocas de crise de movimento. Nestes casos, a busca por capital também passa por adequar a oferta de produtos de acordo com o perfil do principal público: enquanto os turistas e veranistas consomem mais as refeições, produtos da panificadora (pães, bolos, tortas, salgados) e açougue, a população local faz uso principalmente da mercearia, para produtos de higiene, limpeza e demais industrializados. Salvo o pão, que é produto comum buscado constantemente por ambos consumidores.

Outra estratégia para manutenção do capital de giro intacto, se baseia na premissa de que todos os débitos devem, invariavelmente, ser liquidados ao final de

cada mês, o que inclui: todos os fornecedores; eventuais prestações de equipamentos e produtos adquiridos pelo grupo; e também, a conta das associadas na “caderneta”, dos produtos adquiridos durante o mês para o consumo de suas famílias. Desta forma, ao final do mês, após todas as despesas de consumo descontadas do montante bruto, dividem-se os rendimentos líquidos do mês entre as associadas. Esta norma, apesar de simples, garante que, por menor que seja o ganho individual das associadas, o grupo terá condições de manter sua base de funcionamento, o estoque, e o capital de giro, além de manter a possibilidade para que elas mesmas voltem a marcar suas respectivas necessidades ao longo do mês.

#### 5.3.6.1.3. Conquistas, perspectivas e entraves

Notadamente, a principal conquista da associação é atribuída à permanência do grupo, de forma ativa, até a atualidade, superando as dificuldades de relacionamentos pessoais e entraves econômicos. A formação atual do grupo permanece com as mesmas 13 integrantes há nove anos.

Segundo as associadas, a constituição atual do grupo tende a permanecer, assim como as formas de organização do trabalho. Os procedimentos para a entrada de mais mulheres está suspenso, por decisão comum do grupo. O consenso geral de não permitir a entrada de mais mulheres busca evitar conflitos derivados da escolha de algumas em detrimento de outras, principalmente entre parentes das mulheres que já integram o grupo. Além disto, constam no estatuto limitações quanto à inclusão de familiares.

Conforme a demanda, quando preciso, o grupo atual têm buscado ajuda para as tarefas de atendente de balcão e de mesa, contratando os serviços dos próprios maridos das associadas, situação que aconteceu na última Festa de São Sebastião, em 2006. Nestas ocasiões, o trabalho acontece em caráter de ajuda, como contribuição ao significativo aporte econômico que representa a parcela de renda deste trabalho da mulher para a família.

Como principais problemas que o grupo enfrenta, hoje, estão as condições más físicas da estrutura atual, que necessita de reformas estruturais de maior porte e que irão requerer altos investimentos.

Em meados de 2005, um pedido para a reforma havia sido encaminhado para a PROVOPAR. Entretanto, enquanto aguardavam a decisão, o grupo foi informado de que se encontrava em trâmite junto ao governo estadual um projeto para a reforma do trapiche, cujas obras previam a inclusão da reforma da estrutura da CODESPAR (na qual se encontra a sede da Cozinha Comunitária). Na perspectiva de serem beneficiadas por esta via, transferiram o pedido para o Governo do Estado, vinculando efetivamente a reforma da Cozinha à obra do trapiche. No entanto, o projeto para esta reforma conta com verba proveniente de um fundo comum (que é direcionado ao Sistema Estuarino Lagamar Cananéia-Iguape-Ilha Comprida-Baía de Paranaguá), e o repasse do montante específico ao Paraná encontra-se barrado, por existência de dívida ativa do Estado. Desta forma, o entrave estendeu-se também ao empreendimento das mulheres, que vêm buscando novas maneiras de retomar o pedido de reforma por intermédio da PROVOPAR.

O grupo tem encontrado dificuldade, também, pela limitada estrutura de atendimento da qual dispõem: pela falta de louças (que permanentemente tem que ser repostas); e pela limitada capacidade de armazenamento refrigerado (frequentemente falta espaço no freezer). Aparentemente simples, tais entraves se constituem em problemas de cunho prático, e fundamental para um bom desempenho da Cozinha Comunitária quando chegue a época de maior fluxo turístico. As formas buscadas para superar estas dificuldades têm se dado por intermédio de novos apoios e financiamentos, junto às mesmas instituições com as quais o grupo tem trabalhado e se desenvolvido, principalmente a PROVOPAR.

E ainda, o grupo tem buscado parceiros para dar continuidade à capacitação de suas integrantes, em atividades diversas, ampliando o potencial econômico e social destas mulheres, e fomentando sua integração na esfera econômica da comunidade e da sociedade em geral.

### 5.3.6.2. A Cozinha Comunitária Grupo de Mulheres Solidárias (“Cozinha da D. Lurdes”)

As informações sobre a Cozinha Comunitária Mulheres Solidárias derivam de entrevista realizada com a presidente do grupo, D. Lurdes, como é conhecida Maria das Neves Pereira, que foi a responsável pela constituição do empreendimento e o coordena desde sua criação, em junho de 2004, e que também chegou a presidir o grupo anterior “quiosque”, cujo término deu origem à sua iniciativa. D. Lurdes possui 64 anos, e dos dez filhos que teve apenas seis estão vivos, dos quais uma filha ainda mora com ela e seu esposo. Nascida na Ilha, D. Lurdes teve a oportunidade de concluir apenas a 4º série do Ensino Fundamental, na época, já oferecido na própria vila.

#### 5.3.6.2.1. Histórico de criação

O Grupo de Mulheres Solidárias, conhecido como Cozinha Comunitária da D. Lurdes, surgiu da dissidência do Grupo de Mulheres Voluntárias, conhecido por “quiosque”, que por sua vez, era fruto do desmembramento do grupo Cozinha Comunitária Clube de Mães.

O empreendimento anterior, o quiosque, surgiu em 2003 com apoio da EMATER, por intermédio do Programa Paraná 12 meses, junto com a Prefeitura de Guaraqueçaba e a PROVOPAR. Pela EMATER, foram investidos R\$ 13.000,00 em equipamentos e utensílios para o trabalho (dois freezers, forno, fogão, balança, batedeira, liquidificador, garrafas térmicas, três botijões de gás, e utensílios diários, tais como 2 dúzias de xícaras, pratos, talheres, assadeiras, etc). Além disto, conseguiram uma máquina de gelo, que servia tanto à produção de gelo para a venda aos pescadores quanto para o armazenamento para as próprias mulheres, que passaram a vender alguns produtos pesqueiros beneficiados e congelados para os turistas e também à Paranaguá, de acordo com a safra de pesca. Entre os recursos preferencialmente explorados, estavam o camarão, o siri e os sururus.

O quiosque chegou a ser registrado legalmente como Grupo de Mulheres Voluntárias, porém, não foi dada seqüência aos trâmites legais, de consolidação do estatuto, etc. Além disto, os altos custos de energia elétrica demandada pela máquina de gelo, e a má administração financeira do grupo comprometeu a sua continuidade, resultando no fechamento do quiosque, com pouco mais de um ano de funcionamento, em meados de 2004.

Após a desistência deste grupo, D. Lurdes teve a iniciativa de abrir outro estabelecimento similar, cujo espaço é de sua propriedade, e do qual se tornou a coordenadora, chamado de “Cozinha da D. Lurdes”.

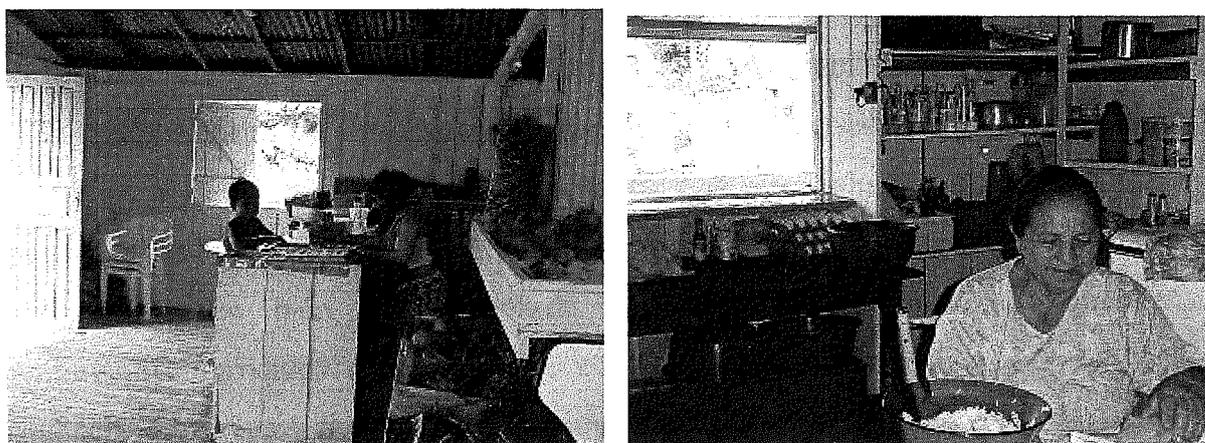
Esta iniciativa não teve apoio de outras entidades. Do grupo anterior (“quiosque”) do qual foram revertidos alguns materiais menores (louças, isopores, etc.). O restante de materiais e estrutura para dar início à nova Cozinha e mercearia partiu também de D. Lurdes, que disponibilizou, além do local, fogão, freezer e outros equipamentos que já possuía, possibilitando a formação do grupo.

#### 5.3.6.2.2. Estrutura e organização do trabalho

A Cozinha de D. Lurdes tem cerca de 2 anos, porém ainda não é registrada legalmente. A situação informal se estende à organização do trabalho no grupo, que se assemelha mais à uma empresa familiar, com propriedade privada de uma parte dos meios de produção (de D. Lurdes) e predominância de trabalho dos membros de uma mesma família. Hoje, o grupo conta com 7 associadas, sendo que destas, apenas 2 não pertencem à família de D. Lurdes e as restantes são 2 filhas, 2 netas e ela própria. Ao início da iniciativa, chegaram a participar até 12 mulheres que saíram por motivos diversos.

Em relação à atividade econômica esta Cozinha se assemelha à anterior (Clube de Mães) nem que numa escala menor: trata-se de uma estratégia de intermediação e de produção de alimentos; no primeiro caso, industrializados, encomendados de Paranaguá; e no segundo, da oferta de refeições e bolos, tortas, e salgados em geral.

O local de trabalho é o mesmo desde o início, porém, com sensíveis melhorias em infra-estrutura. O grupo adquiriu mais equipamentos para otimizar o trabalho, como um fogão semi-industrial e dois freezers, estes já derivados dos rendimentos acumulados pelo próprio grupo e quitados pelo esforço conjunto. A propriedade da maioria dos materiais e equipamentos de trabalho hoje, é do grupo, apenas a estrutura e os bens iniciais cedidos mantêm-se como posse de D. Lurdes (FIG. 37 e 38).



FIGURAS 37 E 38 – VISTA INTERNA DA COZINHA COMUNITÁRIA “MULHERES SOLIDÁRIAS” OU COZINHA DE D. LURDES (À DIREITA).

A divisão do trabalho acontece em dois turnos diários de 7 horas, e as equipes são três com 2 mulheres cada (com uma integrante extra que se soma de forma variada) que trabalham das 7:00 hs às 14:00 ou das 14:00 hs às 21:00 hs. Na época de temporada, as equipes chegam a excluir o rodízio e manterem-se todas em tempo integral, liberando-as em folgas diárias de acordo com as possibilidades e demandas por serviços. De fato, esta flexibilidade se deve à falta de rigor administrativo facilitado pelas relações de parentesco e dependência financeira concomitante entre avó-mães-filhas.

A principal clivagem na divisão das tarefas no grupo acontece em função das habilidades pessoais das mulheres, sendo que as atividades principais se distribuem entre a contabilidade diária (caderneta) e atender o balcão; cozinhar e produzir bolos; limpeza (interna e quintal); e transportes de materiais, do trapiche ao estoque, na própria cozinha. Em virtude desta especialização nas atividades desempenhadas pelas integrantes, as equipes são constituídas de forma que em cada uma distribuam-se tais

encarregadas (todas devem ter uma responsável pela caderneta, função de maior importância, pois nem todas o fazem).

Desconta-se do montante mensal total, primeiro, as despesas com fornecedores diversos, as despesas das associadas em suas contas de consumo familiar (caderneta) e o capital de giro (variável, e dentro das possibilidades). Posteriormente, o lucro é dividido de forma equitativa, chegando até mesmo a não sobrar nada, situação que ocorre geralmente nos meses de maio-junho e julho, épocas em que circula menos dinheiro na vila. Mesmo sem gerar renda líquida para as mulheres, a garantia de quitar as despesas mensais de alimentação e gêneros de uso diversos (como gás, produtos de limpeza e higiene pessoal), é o grande aporte que este trabalho traz às famílias das integrantes.

Por outro lado, na temporada de verão (dezembro-março) quando os rendimentos derivados das atividades econômicas locais circulam e existe maior afluência de turistas, o consumo no comércio aumenta notadamente, e as mulheres passam a receber uma média mensal de R\$ 200,00 cada, descontadas despesas da família (que geralmente não ultrapassam R\$ 200,00). Desta forma, este trabalho nesta época chega a render um total aproximado de R\$ 400,00 mensais.

Independente da época do ano, uma demanda mais ou menos regular é a encomenda de bolos e tortas por embarcações em viagem pela região (maior parte dos embarcações regulares de transporte, mas também de navegadores eventuais), e também para festas comunitárias e eventos especiais na vila (na escola, associação, etc).

#### 5.3.6.2.3. Conquistas, perspectivas e entraves

Atualmente, o grupo é formado por integrantes que estão desde o início da iniciativa, e não existe a perspectiva de admitir mais mulheres. A superação das dificuldades de relacionamento e a necessidade de disciplina para o trabalho coletivo são mencionados como fatores que desmotivam a entrada de mais integrantes. A justificativa se baseia no fato do grupo já ter uma rotina de organização do trabalho, e

inserir mais mulheres implicaria em reorganização do sistema de funcionamento. Mais do que isto, implicaria em dividir o trabalho, que, de fato, não requer mais pessoas e repartir também o lucro derivado, reduzindo os lucros individuais. Neste sentido, as mulheres muitas vezes percebem como injustiça o fato de novas integrantes disporem de toda a estrutura e do alicerce de produção construído por elas, e ainda dividirem seus ganhos e reduzirem, invariavelmente, os lucros individuais.

Diante da assertiva de não ampliar o grupo, para suprir as demandas da temporada admitem a possibilidade de contratar o trabalho diário de algumas mulheres, para funções específicas mais requisitadas. O contrato por dia não cria vínculos de trabalho de forma que não compromete a constituição original do grupo.

No grupo de D. Lurdes, nenhuma das integrantes recebeu algum tipo de capacitação, seja para melhorar o trabalho que realizam ou para administrar o empreendimento (contabilidade, etc). De fato, elas consideram como principal limite para o desenvolvimento do grupo a falta de aptidão para a administração financeira, de modo a manter fixo um capital de giro, além de render a elas um ganho mensal. Atualmente, o grupo tem trabalhado com uma média de capital de giro mensal em torno de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00, mas que não consegue se manter estável principalmente no período mais fraco (inverno). Nestes casos, o capital de giro é consumido pelas associadas, quando necessitam de produtos que não podem adquirir em seu comércio (como vestuário, ou medicamentos), ou fica preso na caderneta, nos débitos das associadas ou das demais famílias da comunidade, incapazes de liquidar a dívida pelos baixos ganhos com a pesca e a falta de alternativas econômicas.

Sem capital de giro suficiente para garantir a independência financeira do grupo, a reprodução do estabelecimento fica condicionada ao vínculo com os fornecedores, e às possibilidades de crédito oferecidas por eles. Hoje o grupo só se mantém durante todo o ano pela existência de prazos de pagamentos estendidos para determinados produtos, como o gás e carnes, que possuem altos custos e não podem ser quitados com o fornecedor antes de serem vendidos ao consumidor (cerca de 20 dias para o acerto).

A falta de capital fixo define, também, as chances de acumular reservas para aquisição de novos materiais, ou de investir em cursos para melhorar a qualidade e variedade dos serviços e produtos ofertados. Por outra via, tais possibilidades (créditos e capacitação) poderiam vir de instituições de fomento a iniciativas desta natureza, como têm acontecido com os demais grupos de trabalho coletivo de mulheres da comunidade (outra cozinha comunitária e artesanato). Porém, as integrantes da Cozinha de D. Lurdes afirmam não ter conhecimento das possibilidades existentes ou dos processos necessários para ter acesso a tais benefícios ou quaisquer estímulos externos, mas que certamente gostariam.

Os principais objetivos futuros do grupo são melhorias na estrutura de atendimento, forro do teto e banheiro mais adequado ao público (possuem hoje uma “casinha”, que poucas vezes supre a demanda, e que ainda despeja seus resíduos em um canal à céu aberto que corta a vila em direção ao mar). Além disto, visam um novo forno para que possam ampliar sua produção e passar a produzir o pão francês localmente (que hoje vem de Guaraqueçaba pelo barco de linha, todas as manhãs). Além disto, visam um novo forno para produzir o pão francês elas mesmas e otimizar a produção de bolos, principal item de consumo diário. O capital de giro suficiente e permanente também é uma conquista esperada, e que visa estimular o desenvolvimento do empreendimento.

#### 5.3.6.3. O Grupo de Artesanato Berço dos Golfinhos

As informações sobre o grupo de artesanato foi gerada pela entrevista realizada com Neli dos Santos de Carvalho, tem 52 anos, e apesar de nascida na vila, morou em Paranaguá por 23 anos, até a aposentadoria do marido pelo Sindicato dos Armadores, há três anos. Teve oportunidade de estudar apenas até a 4º série do Ensino Fundamental, ainda na vila, e sempre trabalhou apenas em casa, como costureira, desde os 13 anos, tanto na Vila quanto em sua fase de vida em Paranaguá.

#### 5.3.6.3.1. Histórico de criação

A Associação de Artesanato – Grupo de Mulheres Berço do Golfinho – foi criada em setembro de 2004, e teve na PROVOPAR importante apoio. A idéia inicial para a criação do grupo partiu de duas associadas (atuais presidente e vice), que viam o potencial de transformação e a variedade de materiais naturais disponíveis na vila, como conchas, folhas de bananeira, sementes, etc.

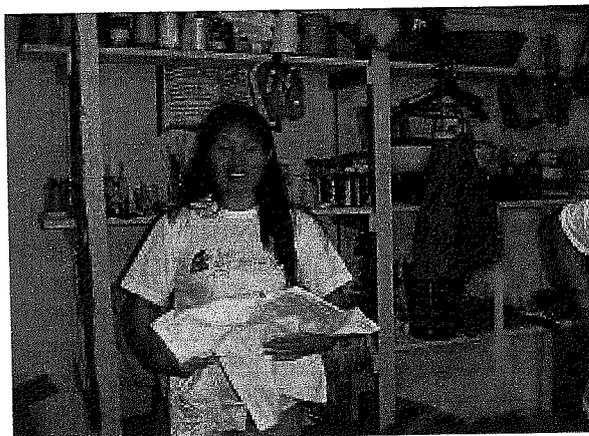
Os objetivos iniciais de geração de renda para as mulheres vieram de encontro com a crescente visibilidade turística que a Ilha das Peças foi assumindo a partir da década de 90, particularmente após a criação do PARNA de Superagui. Esta situação trouxe à Vila um número cada vez maior de visitantes, que representavam potenciais consumidores dos artesanatos a serem produzidos.

Inicialmente, o grupo foi composto por 8 mulheres, que investiram um “capital inicial” de R\$ 10,00 cada para a compra dos primeiros materiais para o trabalho (R\$ 80,00 em fios e agulhas). As primeiras atividades foram de crochê, bordados em ponto cruz, e artesanatos com conchas. O espaço para o trabalho em grupo é um barracão emprestado temporariamente pela Igreja Batista.

De fato, foi através de apoios particulares, em geral de cunho político, que aumentou a capacidade de produção do grupo. Por intermédio de um deputado elas puderam adquirir R\$ 500,00 em materiais de produção, otimizando os trabalhos em diversidade e qualidade. Foi também através deste deputado que o grupo deu início aos trâmites para consolidarem-se em uma associação, através de um advogado que encaminhou os trâmites legais (elaboração do estatuto, ata, e recolhimento de documentos necessários). Porém, o processo foi abandonado pelo fato do grupo não possuir, na época, o número mínimo de associadas requeridas para uma associação (mínimo de 12 pessoas). Atualmente, apesar dos demais documentos estarem em dia, falta o CNPJ, que culminaria na regularização do grupo.

Logo após seu início, o estímulo ao “Berço dos Golfinhos” veio por intermédio do IPE (Instituto de Pesquisas Ecológicas) organização não-governamental de caráter ambientalista que desenvolve trabalhos no PARNA de Superagui, instruindo as

mulheres na confecção de camisetas estampadas com figuras dos animais endêmicos da região (FIG. 39 e 40). Na Vila das Peças, a ajuda para o grupo consistiu na oferta de curso de aplicação de “patchwork” em camisetas com ilustrações de animais tais como o papagaio-da-cara-roxa, mico-leão-da-cara-preta, botos cinza, etc. Porém, as atividades de confecção ainda se desenvolviam de forma incipiente, e marcadamente dependente da presença contínua de um agente externo, principalmente para a aquisição de materiais de produção ou venda externa.



FIGURAS 39 E 40 – INTEGRANTE DO GRUPO DE ARTESANATO BERÇO DOS GOLFINHOS, E CAMISETAS BORDADAS COM ANIMAIS ENDÊMICOS DA REGIÃO.

#### 5.3.6.3.2. Estrutura e organização do trabalho

De fato, mesmo após a consolidação do grupo e a otimização do trabalho em qualidade e diversidade, a dependência de canais externos principalmente para a compra de materiais e venda manteve-se como particular entrave ao desenvolvimento da iniciativa. Atualmente, esta carência referente ao contato com centros urbanos tem sido amenizada pela PROVOPAR, que assumiu (após o término das atividades do IPÊ na vila) a função de subministrar as mercadorias necessárias para o trabalho do grupo (tecidos, fios, camisetas para bordar etc). Indo além de incentivos com caráter assistencialista e imediatista, a PROVOPAR tem intermediado a oferta de cursos na própria comunidade, que em geral eram oferecidos em outras localidades, e as

mulheres tinham poucas chances de participar. Mais recentemente, facilitou a oferta de um curso oferecido em Superagui, de beneficiamento de escamas de peixes para artesanato, realizado na sede da associação das mulheres.

Com o tempo, a capacitação continuada estimulou o potencial das mulheres e a percepção da fragilidade que representava estarem dependentes de atuação externa para continuidade de seus trabalhos. Na trajetória do grupo, os cursos realizados e técnicas aprendidas pelas mulheres correspondem a praticamente toda à diversidade de produtos ofertados atualmente (ver tabela), dos quais os materiais para a fabricação estão sendo adquiridos maior parte em Paranaguá, por elas mesmas.

TABELA 21 - TRAJETÓRIA DE CAPACITAÇÃO DAS INTEGRANTES DO GRUPO BERÇO DOS GOLFINHOS (VILA DAS PEÇAS, 2006)

Tipo de capacitação	Ano	Instituição
Biscuit em casca de ostra	2004	Deputado
Patchwork em camisetas	2005	IPÊ
Bordados em camisetas	2005	PROVOPAR
Princípios do associativismo/ cooperativismo	2006	Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba
Manipulação e trabalhos em Tear	2006	Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba
Fibra de bananeira	2006	Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba
Bolsas em lona	2006	Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba
Flor de meia	2006	PROVOPAR
Flor de escamas	2006	PROVOPAR

Hoje, o grupo é formado por cinco mulheres, que se reúnem três vezes por semana (segunda, quarta e sexta) das 13h30min às 17h00min, no Salão da Igreja Batista, onde desenvolvem as técnicas aportadas. A divisão do trabalho acompanha as aptidões particulares, porém, desde que atendam as demandas de produção. Quando preciso, todas fazem tudo, e não há hierarquia na partilha dos rendimentos do grupo. Devido à falta de capital de giro fixo, a percentagem mensal destinada à compra de novos materiais é dependente dos rendimentos médios. Em épocas de baixa comercialização, cai também a produção, e prioriza-se o uso de matérias-primas disponíveis, assim como a venda de produtos em estoque.

Os ganhos das integrantes são derivados desta mesma divisão, sendo manejado em função das necessidades. Quando precisam de ganho líquido em maior quantidade,

por baixas nas outras fontes de renda da família (pesca ou turismo), é investido menor capital no grupo. A flexibilidade, apesar de resultar em instabilidade financeira, acompanha as necessidades das mulheres relacionadas à manutenção doméstica e reduz sua inclinação à outras atividades mais penosas, como os trabalhos no descasque, ou a venda de serviços a baixo preço, para comerciantes ou casas de veranistas, como domésticas.

Em geral, os melhores meses para os rendimentos correspondem mais estritamente à temporada turística e eventos de feriado, já que ao contrário dos outros grupos de mulheres, não há consumidores potenciais entre os moradores da vila, apenas muito esporadicamente. Neste caso, de dezembro a março as mulheres conseguem arrecadar em média, cerca de R\$ 120,00 mensais, (com base no último verão). Já no inverno, particularmente nos meses de junho à agosto, os rendimentos às vezes chegam ao mínimo de R\$ 20,00 mensais. Apenas os veranistas se constituem em mantenedores nas épocas de inverno, já que visitam suas residências e eventualmente levam *souvenires*.

Enquanto associação, o grupo possui cargos específicos representados principalmente por Presidente, Vice-Presidente, Secretária e Tesoureira. Das cinco integrantes atuais, a única que não possui uma responsabilidade administrativa recém entrou para o grupo, e trata-se de uma moça mais jovem. No entanto, todas possuem laços de parentesco (tia, sobrinha, comadres, madrinha). Mesmo tendo a necessidade de integrar mais mulheres para o grupo se constituir legalmente em associação, as integrantes atuais buscam não agir de forma precipitada. A falta de rendimentos satisfatórios ao longo do ano geralmente desestimula a entrada de novas integrantes. Além disto, o grupo institui regras de trabalho que nem sempre estão ao alcance de muitas mulheres: o horário de trabalho deve, impreterivelmente, ser cumprido na sede do grupo; e não devem ser levadas crianças. Esta última condição foi o motivo para o afastamento de algumas das associadas, que não tem como se desvincularem do cuidado dos filhos, nem por períodos relativamente curtos.

Desde 2005 o grupo Berço dos Golfinhos estava integrado à Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba. Porém, o vínculo ganhou novo impulso com a recente

estruturação da nova sede localizada em Guaraqueçaba. Na ocasião da reinauguração da Cooperativa, duas representantes do grupo foram para a sede da Cooperativa para ter noções das finalidades de uma cooperativa, em palestra ministrada por um advogado. Todos os cooperados entraram com um capital inicial a fim de adquirir meios de produção coletivos. Desta forma, a cooperativa disponibilizou ao Berço dos Golfinhos 2 teares manuais e 2 máquinas de costura (reta e overloque), e se encarrega de vender parte da produção do grupo na nova instalação em Guaraqueçaba, ficando com um percentual do lucro.

#### 5.3.6.3.3. Conquistas, perspectivas e entraves

A principal conquista do ponto de vista das associadas foi dar início e organizar o trabalho em grupo. Atualmente, a principal meta para o desenvolvimento do empreendimento é a conquista de um espaço adequado e melhor localizado para a comercialização de seus produtos, já que continua instalado em local disponibilizado pela igreja Batista, que possui precárias instalações e uma localização afastada dos pontos de concentração ou circulação dos turistas, e que ainda vem sendo solicitada pela Igreja.

O grupo tem requerido novo local para a construção de uma sede, por intermédio da PROVOPAR, que tem buscado qual a situação fundiária do espaço proposto pelas integrantes do grupo, localizado nas adjacências do trapiche, especificamente nas antigas instalações dos antigos geradores de energia elétrica da vila (entre a Cozinha Comunitária e o Galpão do Lixo). Este terreno foi escolhido pela privilegiada localização, e pela existência de fundação, o que reduziria os custos de construção. E ainda, por ser local já edificado, favorece a liberação da área pelos órgãos ambientais (IBAMA, IAP) e SPU (Secretaria de Patrimônio da União). A área já foi solicitada ao IBAMA, e o grupo espera contar com apoio de políticos locais para a edificação da estrutura.

Outra limitação mencionada foi a ausência de capital de giro fixo, cujo valor varia em função do montante mensal girado pelo grupo. Esta condição de

imprevisibilidade do capital disponível para investir no mês seguinte compromete a capacidade produtiva do grupo, pois a falta de “caixa” foi apontado como principal fator que impossibilita a compra de materiais diretamente pelas associadas nos centros urbanos mais próximos (Guaraqueçaba ou Paranaguá), que apesar do baixo valor, devem ser pagos à vista. Conseqüentemente, fica também comprometida uma produção conveniente, em diversidade e qualidade, a ser oferecida ao público consumidor, e que resulte em rentabilidade mensal satisfatória.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 6.1. O ATUAL CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA VILA DAS PEÇAS

A Vila das Peças se caracterizou, economicamente, como comunidade predominantemente pesqueira, com vínculo indireto do pescador com o mercado. Socialmente, a pesca se mostrou determinante nas relações de afinidades e vínculos de trabalho, particularmente entre os indivíduos que detém e não detém os meios de produção e canais de comercialização. Mas, ainda que a pesca tenha o papel de principal fonte de renda para a comunidade, não se trata de atividade econômica exclusiva. A atividade turística veio a constituir uma fonte de renda complementar para diferentes setores da população que não resultou na perda da centralidade da pesca, sendo até uma forma de sustentá-la ou confirmá-la. A dedicação em tempo parcial possibilita esta pluriatividade por demais membros da família, o que por sua vez, se mostra como estratégia de alternar os rendimentos nos núcleos familiares, superando a imprevisibilidade dos ingressos da pesca.

O atual panorama da pesca na Vila das Peças reflete claramente o conjunto de mudanças ao longo da trajetória de desenvolvimento da atividade, particularmente nos últimos 30 anos. Especialmente, o resultado foi a transição da pesca fluvial e estuarina para a plataforma costeira, sendo acompanhada das conseqüentes evoluções técnicas e

econômicas que tal mudança exigiu, e que concretamente, resultaram em fins e ritmo de produção distintos, e cada vez mais voltadas para o atendimento ao mercado consumidor. Como conseqüências mais evidentes, houve uma reorganização das relações sociais de produção, nas formas de tratamento e comercialização do pescado e em termos de repartição dos benefícios econômicos gerados. Em decorrência da maior capitalização e mercantilização da pesca, e se desenvolveu maior diferenciação social, principalmente entre os donos e não-donos dos meios de trabalho, e geraram condições favoráveis para os que puderam deter o monopólio comercial e financeiro – através da função de intermediadores da produção pesqueira local e fornecedores de gêneros de consumo e de insumos para a pesca. Neste caso, a condição insular da Vila aparece como fator que dificulta o rompimento desta situação de dependência para o escoamento da produção e abastecimento da comunidade.

A trajetória de desenvolvimento técnico da atividade pesqueira observada na Vila das Peças demonstra uma tendência crescente de motorização da frota e de especialização na captura de camarão nas últimas três décadas, ainda que o perfil de propriedade das embarcações, atualmente, seja um tanto desigual. No entanto, levantar a questão da diferenciação social não implica em considerar que todos os pescadores deversem, *a priori*, serem motorizados, ou concentrarem-se sobre o mesmo recurso. A questão principal é perceber que esta perspectiva - de considerar as diferenças entre classes de pescadores, suas capacidades produtivas e interações entre estes – tem o intuito de apontar a necessidade de estratégias de gestão social e econômica de pesca de forma que sejam contempladas tais complexidades. Ainda que inexista uma orientação prática sobre como gerir este tipo de pescaria - de pequena e média escalas, com frotas variadas e complexas relações sociais de produção –indica-se a necessidade de uma ciência pesqueira centrada em contextos locais de análise. Neste sentido, este estudo buscou dar a base inicial para subsidiar esta abordagem local, fornecendo um panorama de como se institui economicamente a cadeia pesqueira e seus agentes sociais, e suas conexões dentro e fora dos sistemas pesqueiros, na tentativa de direcionar seus esforços de gestão e desenvolvimento. Ou seja, este estudo alcançou a

geração de informação básica atualizada em nível local a fim de oferecer suporte operacional para estratégias posteriores relacionadas à ciência e a gestão da pesca.

Concretamente, espera-se que as informações levantadas venham a subsidiar uma proposta subsequente, de gestão de pesca em nível comunitário, mas também, que sejam buscadas melhorias de qualidade de vida através de outras vertentes econômicas que mostraram subsistir e interagir com atividade pesqueira, complementando-a, ou sustentando-a. Neste sentido, considerar a diversidade sócio-econômica desta comunidade foi uma tentativa de apontar para a importância de conceber o conjunto de atividades produtivas de que depende a comunidade, sendo a ótica de gênero adequada para isso, pois ficou evidente que são as mulheres juntamente com os homens que asseguram a sua manutenção. Quaisquer políticas, conservacionistas ou de desenvolvimento, devem contemplar o apoio a ser dado a pluriatividade, seja, por exemplo, com instituição via alternativas de renda e não somente com aumento de capacidade produtiva. Todavia, a participação esclarecida dos interessados é indispensável e o projeto ao qual o estudo está vinculado tem um papel muito importante nessa promoção.

Em seu contexto evolução, a atividade pesqueira na comunidade tende a manter-se focada no camarão desde que acompanhe as tendências do mercado e mantenha um patamar mínimo de produtividade rentável. Em relação ao trabalho de beneficiamento da produção a falta de estrutura física específica para a realização do trabalho de descasque, e a crescente influência da demanda industrial pelos produtos *in natura* tendem a comprometer a continuidade desta atividade, e conseqüentemente, reduzir ou suprimir a demanda pelo trabalho feminino, ameaçando acabar com uma importante fonte de renda das mulheres da Vila em um futuro relativamente próximo. Vale considerar que não parece perceptível, por parte da população que se dedica a atividade pesqueira, as conseqüências mais imediatas desta situação, e o que significaria, em termos de aporte econômico, a perda deste espaço de trabalho para a mulher, diante das poucas oportunidades existentes na Vila.

## 6.2. A EVOLUÇÃO E A SITUAÇÃO ATUAL DO PAPEL ECONÔMICO DAS MULHERES

As mulheres demonstraram importante participação na história de desenvolvimento da Vila das Peças, atuando em praticamente todas as atividades produtivas exercidas em pequena escala, fossem voltadas à subsistência ou à comercialização. No entanto, a pesca na Vila, atualmente se configura como uma atividade eminentemente masculina, apesar da mulher ter contribuído em distintas intensidades e de diferentes formas ao longo da trajetória de desenvolvimento pesqueiro.

De modo geral, as formas de atuação da mulher na reprodução econômica e social da comunidade se caracterizaram pela dinâmica que assumiram em diferentes tempos, de acordo com as possibilidades e condições de vida mais imediatas da comunidade, e também daquelas mais específica a cada família em particular.

O surgimento de variadas oportunidades de renda e as melhores condições gerais de vida permitiram que as mulheres se afastassem definitivamente das atividades mais penosas e que resultavam em sobrecarga de afazeres – a exemplo dos extrativismos no manguezal e das pescarias. Hoje, o único trabalho realizado pelas mulheres vinculado à pesca é representado pelo descasque de camarão, e mesmo as mulheres que se mantêm nesta atividade representam as famílias que ainda mantêm uma maior necessidade de complemento de renda, e que tradicionalmente trabalharam neste ramo. De toda forma, seja pelo trabalho produtivo não remunerado, seja pelo trabalho remunerado, a mulher responde por uma parte fundamental na sustentação econômica da família, por representar um apoio permanente ao homem e ainda atuar de forma desvincilhada dele, o que garante de diferentes fontes que permitem, além da sobrevivência da família, a permanência e melhores condições materiais para o exercício da pesca.

Hoje, a expressão econômica da mulher na comunidade está relacionada à pesca e ao turismo, e que apresentam a semelhança de tratar-se de trabalhos informais, marcadamente sazonais, e que mantêm geralmente o caráter doméstico, por

repercutirem em atividades de limpeza e de manuseio de alimentos, em geral. No entanto, em todos os espaços de trabalho das mulheres, sejam ocasionais ou mais permanentes (com exceção daqueles ligados ao serviço público) se verifica o forte peso da sazonalidade que implica em limitações da demanda, seja pelos consumidores turistas ou moradores da vila. De modo geral, os prospectos de deslocamento do desembarque/venda de camarão e a conseqüente redução da demanda por esse trabalho na vila, assim como as restrições ao aumento do turismo aparecem como obstáculos às funções econômicas que elas desempenham.

### 6.3. O APORTE DOS GRUPOS COOPERADOS DE MULHERES

Uma análise sobre o papel social e econômico das cooperativas de mulheres, tanto para as suas integrantes como para a comunidade em geral, mostrou relevantes dois aspectos potencias destas iniciativas: i) Enquanto alternativa de sustentação alimentar das famílias em baixas econômicas, relacionadas às variabilidades e imprevisibilidades na renda derivada da atividade pesqueira e turística; ii) enquanto mecanismo de fortalecimento e visibilidade econômica e social para as mulheres da vila.

Como evidências mais claras do papel das Cozinhas Comunitárias para a reprodução econômica e social da comunidade, ficaram as melhorias na qualidade alimentar e de vida das famílias da Vila. Esta situação diz respeito à perspectiva de compra em crédito possibilitada não somente às associadas, mas à praticamente todas as famílias da vila ("sistema caderneta"). Este, sem dúvida, é o benefício mais evidente e democrático de tais empreendimentos, diante da atual impossibilidade de incorporar mais mulheres nestes grupos. Como resultados concretos derivados do "sistema caderneta", verifica-se a garantia de acesso a produtos industrializados antes indisponíveis na vila, e também, a manutenção de um padrão de consumo mensal satisfatório independente das oscilações nos rendimentos das famílias da comunidade.

Outro benefício derivado da obtenção de crédito na comunidade é a significativa ruptura da dependência comercial e financeira do sistema intermediador-

pescador, devido ao fim da exclusividade no fornecimento de gêneros alimentícios - condição que resultava em obrigatoriedade da entrega da produção a este e o dava margem à manipulação de preços a pagar pelos pescados. Neste sentido, a consolidação das Cozinhas Comunitárias no abastecimento de gêneros de consumo diário, sem nenhuma contra-partida, e com possibilidade de crédito expandido tornou efetiva a possibilidade de driblar a imprevisibilidade dos rendimentos da pesca, garantindo um padrão similar de subsistência no decorrer do ano, e independente do monopólio de um comerciante.

De fato, as próprias integrantes das Cozinhas Comunitárias têm a perspectiva de que são reconhecidas na comunidade pelo mérito de garantir a demanda de alimentos para a maioria, senão todas, as famílias na vila, e que por este motivo são bem vistas enquanto representantes de uma função social. Ou seja, predomina por parte da população e das próprias associadas esta percepção sobre o grupo – ainda mais do que pela representação econômica da iniciativa, enquanto espaço de trabalho e fonte de renda que oferece às mulheres da comunidade.

O benefício mais imediato para as suas integrantes foi a oportunidade de trabalho digno e significativamente remunerado, que permitisse se evidenciar econômica e socialmente na comunidade. Mas o benefício principal diz respeito às possibilidades de capacitação e desenvolvimento de habilidades proporcionadas às mulheres membros, favorecendo sua inserção à longo prazo no mercado de trabalho, seja nos grupos, na vila, ou fora dela. No espaço doméstico, o novo papel desempenhado por estas mulheres as revaloriza e constitui um exemplo que poderá ser seguido pelas seguintes gerações.

Neste contexto de possibilidades geradas à mulher, é preciso atentar a um fato que tende a passar despercebido na maioria dos casos, sendo frequentemente encarado como “natural” aos olhos de quem desconhece o peso das desigualdades de papéis entre o homem e a mulher na sociedade: o trabalho fora de casa, em atividade remunerada, por si, já representa uma conquista destas mulheres. Ainda que o trabalho de descasque já tenha realizado esta superação da barreira histórica que limita a mulher ao espaço doméstico e lhe confere atividades sem finalidades econômicas, as

particularidades que conferem ainda mais notoriedade ao trabalho nas cooperativas dizem respeito:

- por tratar-se de uma vila estuarina, situada em uma ilha, com relativo isolamento, e com valores baseados em tradicionalismos culturais marcantes;
- por tratar-se de iniciativas coletivas, com princípios de cooperativismo e igualdade;
- a formação dos grupos de mulheres teve fins de geração de renda, foram realizados fora do espaço doméstico, e supunham, desde o início, o contato direto com pessoas de fora da vila, independentes de idade, sexo, origem, etc.

Tais argumentos vêm a refutar a idéia contrária que pode ser tomada se consideramos que tais empreendimentos continuam reproduzindo atividades comuns à mulher, e em espaços que tradicionalmente lhe são habituais - como a cozinha ou a lida com atividades manuais. Neste sentido, apesar de aparentemente manter os principais elementos de reprodução dos papéis femininos, estes grupos fornecem uma abertura inicial que não seria possível de outra forma no contexto sócio-cultural desta comunidade.

De toda forma, é inteiramente válido considerar que a auto-geração de espaços de trabalho, de forma cooperada, fornece promissores indícios do potencial de evolução econômica destas mulheres nos próximos anos. Não bastasse, tais grupos podem ser concebidos como ferramentas efetivas que ampliam a capacidade das mulheres em novas habilidades e experiências, e representam um marco inicial que seguramente irá facilitar sua inserção no mercado de trabalho, seja na vila ou fora dela, por capacita-las e reconhecê-las diante da sociedade e principalmente, delas mesmas, como trabalhadoras e cidadãs.

Em relação ao papel da mulher para reprodução econômica e social desta comunidade pesqueira, foi evidente o aporte quantitativo de seus trabalhos para a economia doméstica e também, além daqueles derivados das melhores condições de vida para a comunidade. Ainda que o estudo tenha se baseado em estimativas de renda, o desenvolvimento de métodos mais precisos de contabilizar essas contribuições das mulheres à reprodução das famílias de pescadores contribuirá para reduzir a

invisibilidade dessa contribuição e para uma apreciação mais acurada da pesca de pequena escala sob a perspectiva de gênero. Elas hoje, de diferentes maneiras, continuam a suportar parte dos custos decorrentes do aleatório da pesca. O exercício de estimativa de renda realizado neste estudo aponta nessa direção. E, de fato, quantos são os estudos sobre o setor pesqueiro que se preocupam em contabilizar a renda gerada nas comunidades pesqueiras nessa perspectiva, pergunta-se. Essa preocupação permite também compreender a participação feminina na construção da chamada pesca responsável, pois a pluriatividade feminina muitas vezes permite reduzir a dependência exclusiva dos recursos pesqueiros, bem como o aumento indiscriminado da capacidade e ritmos produtivos, na tentativa de ampliar os ganhos derivados da pesca - o que, muitas vezes, favorece a subordinação econômica e financeira a agentes comerciais. Neste sentido, a mulher estaria garantindo não somente a pesca responsável, senão, o rompimento das relações de dominação econômica e, muitas vezes, política ao quais os pescadores de pequena escala geralmente estão submetidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, V. 43 nº 1, USP. São Paulo: 2000.
- ALENCAR, E. F. *Pescadeiras, companheiras e perigosas: A pesca feminina na Ilha de Lençóis*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF: 1991 (183 p).
- \_\_\_\_\_. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W. & MELLO, A.F. *Povos das águas, realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993 (p.63-82).
- ALMEIDA, M. P. Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade rural do nordeste paraense. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.B; MANESCHY, M.C. *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002 (p.83-110).
- ALVARES, M.L.M. A mulher e o mar: entre o pescado, a política e a casa, Fortaleza: [s.n] Trabalho apresentado ao 8 Encontro Norte Nordeste da ANPOCS. 10-16 jun. 1997.
- \_\_\_\_\_. As mulheres da Baía do Sol/ Mosqueiro: de donas de casa a pescadoras. In: Costa, Maria José Jackson (Org.) *Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001. (p. 197-216).
- ANDRIGUETTO-FILHO, J.M.; TORRES, R.F. & TOMAZ, L.M. Interações, fatores de mudança e sustentabilidade das práticas materiais e dinâmicas ambientais nos sistemas técnicos da pesca artesanal. In Lima, R.E. e Negrelle, R.R.B. (coords.). *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: diagnóstico*. Editora UFPR, Curitiba, 1998 (p.95-104).
- ANDRIGUETTO-FILHO, J.M. *Sistemas Técnicos de Pesca e suas Dinâmicas de Transformação no litoral do Paraná, Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Université de Bordeaux II, Curitiba, 1999 (254 p).
- \_\_\_\_\_. Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: Caracterização e Tipificação. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: Em busca da Interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais*. Claude Raynaud...[et al.]. 296 p. n.77. Curitiba: Ed.UFPR, 2002 (p.213-233).
- ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. & MARCHIORO, N.P.X. Diagnóstico e problemática para pesquisa. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: Em busca da Interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais/* Claude Raynaud...[et al.]. 296 p. n.77. Curitiba: Ed. UFPR, 2002 (p. 159-194).
- ANDRIGUETTO-FILHO, J.M., CHAVES, P.T., SANTOS, C. & LIBERATI, S.A. *Diagnóstico da Pesca no Estado do Paraná. Projeto RECOS: Uso e Apropriação dos Recursos Costeiros, Componente Modelo Gerencial da Pesca, Institutos do Milênio (CNPq-PADCT)*, no prelo.
- BECK, A. Pertence à Mulher: Mulher e Trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. In: *Fórum de Discussão sobre o universo social da mulher, a pesca e sua relação com a ecologia*. Natal, Rio Grande do Norte, 26-27, out., 1989.
- BENNETT, E. Gender, fisheries and development. *Marine Policy*, n. 29,. Science Direct. 2005 (p. 451-459).
- BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. (autores da versão original em inglês). KALIKOSKI, D.C. (Org. edição em português). *Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos*. Ed. Furg, Rio Grande.2006. 360 p.
- BORGES, L.M.M; MAULIN, G. C.; ANDRIGUETTO, J. M., Analysis of Income Sources of Fishers' Families on the Coast of the State of Paraná, Brazil. *Journal of Coastal Research*, SI 39 (Proceedings of the 8th International Coastal Symposium), pg - pg. Itajaí, SC - Brazil, 2004.
- BORRINI-FEYERABEND, G. *Manejo Participativo de Áreas Protegidas: Adaptando el Método al Contexto*, Temas de Política Social, UICN-SUR Quito (Ecuador), 1997. ISBN: 9978-04-301-2.
- BROCK, F.L. *Projeto para Ampliação do Sistema de Captação e Abastecimento de Água para a Comunidade de Vila da Ilha das Peças, Parque Nacional do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná, Brasil*. 2005.

- CALDEIRA, G. **Caracterização dos parques de cultivo de ostra nativa da Baía de Paranaguá (PR)**. Monografia de Graduação em Oceanografia, Centro de Estudos do Mar - CEM. Pontal do Sul: UFPR, 2004.
- CATTANI, A.P. As formas de defesa dos interesses coletivos dos pescadores artesanais do Litoral do Paraná-Brasil. Monografia de Graduação em Oceanografia, Centro de Estudos do Mar - CEM. Pontal do Sul: UFPR, 2006.
- CHAVES, P. T.; PITCHLER, H.; ROBERT, M. Biological, technical and socioeconomic aspects of the fishing activity in a Brazilian estuary. *Journal of Fish Biology*, n.61, p.52-59, 2002.
- CUNHA, L.H. de O. **Entre o mar e a terra. Tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Área de Concentração em Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo, 1987.
- CUNHA, L. H. de O; ROUGEULLE, M. D. & VON BEHR, M. F. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos - O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n.º3. NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP: São Paulo, 2004.
- DIEGUES, A C. **O mito moderno da natureza intocada**. NUPAUB/ USP. São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. 2º edição; NUPAUB, São Paulo. 2001
- \_\_\_\_\_. **Formas de Organização da Produção Pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos A pesca construindo sociedades: leitura em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004. 315 p. (cap. 6.)
- FAO, 2002. **The State of World Fisheries and Aquaculture**. Disponível em: <http://www.fao.org/documents>. Acesso em: 12/06/2005.b
- FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - PARKSWATCH/BRASIL PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI Perfil da Unidade de Conservação – Avaliação 2003. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza 7/5/2004 Center for Tropical Conservation – Duke University The Nature Conservancy do Brasil, 2003.
- FRANCO, A. C.N. P. **Caracterização da Comunidade Pesqueira de Antonina, Paraná. Monografia de Graduação**. Centro de Estudos do Mar - CEM. Pontal do Paraná: UFPR, 2004.
- IBAMA/CEPENE. Censo 2000 (Arquivo de microdados. Tabulações especiais)/IPARDES, Curitiba: IPARDES, 2003.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **APA de Guaraqueçaba: Caracterização Sócio-Econômica dos Pescadores Artesanais e Pequenos Produtores Rurais**. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Edison Vieira. Curitiba. 1989 (175 p).
- IPE-INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS, **Análise sócio-econômica das vilas do entorno do Parque Nacional do Superagüi – Guaraqueçaba – PR. Dossiê Secretário- IPE**, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do entorno do Parque Nacional do Superagüi – Guaraqueçaba. Diagnóstico Final detalhado do Entorno**, São Paulo: IPE, 2003 (a).
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento de Bases Sustentáveis para o Manejo de Recursos Pesqueiros na Região do Parque Nacional do Superagüi (Guaraqueçaba – Paraná – Brasil) - Relatório Técnico Final para o FNMA (Fundo nacional do Meio Ambiente)**, 2003 (b);
- KUMAR, K.G. Women in fisheries: a collection of articles In: **Gender Agenda, SAMUDRA Report**, Índia, ICSF, 2004.
- LIMA, M. C. O papel da organização comunitária na gestão ambiental. Anais: **Workshop Internacional sobre a Pesca Artesanal, UFC/ LABOMAR**. Fortaleza, CE, 1997. p.43-50.
- \_\_\_\_\_. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: Território, Costumes e Conflitos**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo(USP), São Paulo, 198 p. 2002.
- MANESCHY, M. C.; ALENCAR, E.; NASCIMENTO, I. H. A mulher existe? Pescadoras em busca de cidadania. **Relatório do projeto RENAS - Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Marítimas, Ribeirinhas e Lacustres da Amazônia: estudos das relações do homem com o meio ambiente**, Museu Paraense Emílio Goeldi. MPEG/GRDI – Canadá. [s/d]

- MANESCHY, M.C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Paraná. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série. Antropol. 11 (2) 1995. (p.145-166).
- \_\_\_\_\_. As faces da sereia: Formas de presença feminina nos movimentos sociais de pescadores em países do Norte e do Sul. In: FONTELES FILHO, ADAUTO. A (Ed.) **Anais do Workshop Internacional sobre a Pesca Artesanal em 3-5 de setembro de 1996**, Fortaleza, Ceará, Fortaleza: UFC/LABOMAR, 1996.
- \_\_\_\_\_. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: Costa, Maria José Jackson (Org.) **Sociologia na Amazônia: Debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001. p.165-196.
- MANESCHY, M.C. & ALMEIDA, M.P. Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.B; MANESCHY, M.C. **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002 (p.49-82)
- MANESCHY, M.C. & ESCALLIER, C. Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará. In: FURTADO, L.G.; QUARESMA, H. D.; BARBOSA, A. (Orgs). **Gente e Ambiente no Mundo da Pesca Artesanal**, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Eduardo Galvão), 2002 (p.57-90).
- MMA - Ministério do Meio-Ambiente. Diretrizes Ambientais para o setor pesqueiro. **Diagnóstico e Diretrizes para a Pesca Marítima**. Brasília, 1997 (124 p).
- MARRONI, E.V.; ASMUS, M.L. **Educação Ambiental: da participação comunitária ao gerenciamento integrado**. UFPel. Pelotas, 2003 ( 200p).
- MATOS, A. C; PORTILA, M. Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Documento-síntese do **Seminário Internacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais**, Natal: julho/2003. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Natal – RN, 2003.
- MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca de homem/ peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, v. 3. 1998 (p.377-399).
- \_\_\_\_\_. Quando chega esta visita. In: D'INCAO, M.Á.; SILVEIRA, I.M, da (Org.) **A Amazônia e a crise da Modernização**. Belém: MPEG, 1994 (p. 277-240).
- NATIVIDADE, C. D.; PEREIRA, M. J. C. F. & ANDRIGUETTO, J. M. Small-scale Fishing Landings on the Coast of the State of Paraná, Brazil – 1975-2000. **Journal of Coastal Research**, SI 39 (Proceedings of the 8th International Coastal Symposium), pg – pg. Itajaí, SC – Brazil, ISSN 0749-0208. 2004.
- NAYAK, N. Womens' s rights and fisheries development. In: **Samudra Report**, n. 5 e 6, junho de 1992.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: 20º Aniversário (1982-2002)**. s.l., 2002, p. 6. Disponível em: <<http://www.onuportugal.pt>> acesso em: 06/06/2005.
- OIT, 2005. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor** / Organização Internacional do Trabalho. – Brasília :8 v, disponível em: [www.ilo.org](http://www.ilo.org).
- PEDROSO JR, N. N. **Etnoecologia e Conservação em Áreas Naturais Protegidas: Incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagüí**. São Carlos. Tese (Mestrado) – UFSCar. 2002.
- PIERRI, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, Editora UFPR, 2003 (p.25-41).
- PIERRI, N.; CHANG, M.Y. & KAIK, T. Implantação de Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Recicláveis na Vila das Peças (Ilha das Peças, Guaraqueçaba-PR). **Projeto de Extensão Universitária FDA/UFPR**. Curitiba, 2005.
- PIERRI, N.; CHANG, M.Y. & KAIK, T. Melhorias no Sistema de Saneamento da Vila das Peças (Ilha das Peças, Guaraqueçaba-PR). **Projeto de Extensão Universitária FDA/UFPR**. Curitiba, 2006.

- PIERRI, N.; CHANG, M.Y.; FRANCO, A.C.; ALMEIDA, T. A mulher na pesca de pequena escala no Litoral do Paraná. **Relatório preliminar**. Programa Women & Sea, International Ocean Institute, 2005.
- POLINARI, M. "Pescadores artesanais", "caiçaras" e outros conceitos utilizados inadequadamente. In: LIMA, R. E. de; NEGRELLE, R.B. **Meio Ambiente e Desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998 (p.117-136).
- PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Enfoque de gênero nas relações com populações do entorno Unidades de Conservação**. Brasília: 2000.
- RAYNAUT, C.; ZANONI, M. & LANA, P. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? In: RAYNAUT, C. ; ZANONI, M. & LANA, P.; FLORIANI, D.; FERREIRA, A. D. D & ANDRIGUETTO-FILHO, J.M. **Desenvolvimento e meio ambiente. Em busca da interdisciplinaridade**. Pesquisas urbanas e rurais. Editora da UFPR. 2002 (235-248).
- RICHTER, G. O. **Relatório de Pesca e Aqüicultura**. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB. Departamento de Economia Rural Divisão de Conjuntura Agropecuária – DCA. 2000.
- ROCHA, E. P. **Nome, rezas e anzóis: tradição e herança caiçara**. Dissertação de Mestrado. Antropologia Social PPGAS / UFPR. 2005.
- RODERJAN, C. V. & KUNIYOSHI, Y. S., **Macrozoneamento Florístico da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba: APA - Guaraqueçaba**. FUPEF, Série técnica no 15 , Curitiba, 1988.
- RODRIGUES, A.; TOMMASINO, H.; FOLADORI, G.; GREGORCZUK, A. É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil. **Ambiente e sociedade** vol. 5 n.2 / vol.6 n.1 Campinas: Scielo Brazil, 2003.
- ROUGEULLE, M. D. La crise de la pêche artisanale: transformation de l'espace et d'ésestructuration de l'activité: Lê cás de Guaraqueçaba (Parna, Brésil) These Doct., UFR de Géographic, Univ. de Nantes, 1993.
- ROJAS, M. H. **Trabalhando com Conservação com Base Comunitária e Enfoque de Gênero: Um Guia**. Série Estudos de Caso. Programa MERGE: **Manejo de Ecossistemas e Recursos com ênfase em Gênero**, Tropical Conservation and Development Program Center for Latin American Studies, 2000.
- SEAP. **Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca**. Caderno de Resoluções. Louziânia: Novembro, 2003.
- SPVS - Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Diagnóstico da situação físico-biológica e sócio-econômica da região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. 176 pp. **Relatório técnico** – Curitiba, 1992.
- TALLER LATINO AMERICANO SOBRE GÊNERO E O TRABALHO DA MULHER EM COMUNIDADES PESQUEIRAS COSTEIRAS. **Trabalho da mulher pescadora em comunidades pesqueiras do litoral de Pernambuco**. Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. Recife, PE 2002 (29 p).
- TEIXEIRA.....
- VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A.C; SALES, R. **Relatório integrado: diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da SEAP**. Versão preliminar, Brasília: PNUD/SEAP, 2005.
- VIVEKANANDA, G. **Parque Nacional do Superagüi: a presença humana e os objetivos de conservação**. Plano de Dissertação de Mestrado – UFPR, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A presença humana no Parque Nacional do Superagüi**. **Cadernos do Litoral 3**. SPVS, Curitiba-PR. 2000 (p.57-59).
- WOORTMAN, E.F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero nas comunidades pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 7, n.1, 1992.